

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**Programa de Pós-Graduação em Linguística**

**AS FUNÇÕES DISCURSIVAS DAS RECATEGORIZAÇÕES**

**Janaica Gomes Matos**

**Fortaleza, 20 de novembro de 2005**

**Janaica Gomes Matos**

**AS FUNÇÕES DISCURSIVAS DAS RECATEGORIZAÇÕES**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientador: Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante

Fortaleza, 20 de novembro de 2005

Esta dissertação foi submetida a exame como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Lingüística, outorgado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca Central da referida universidade.

A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que seja em conformidade com as normas da ética científica.

---

Janaica Gomes Matos

---

Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante (UFC)  
(Orientadora)

---

Prof. Dr. Antônio Luciano Pontes (UECE)  
(1º Examinador)

---

Profa. Dra. Márcia Teixeira Nogueira  
(2ª Examinadora)

---

Profa. Dra. Ana Cristina Pelosi Silva de Macedo  
(Suplente)

Dissertação aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2005

## **Agradecimentos**

A Deus, meu Tudo, que guia meu caminho e me conforta nas horas difíceis.

À minha mãe biológica e à minha mãe adotiva, e também aos meus dois pais (*In memoriam*), pelo amor e pelo apoio que sempre me ofereceram em minha vida estudantil e profissional.

Aos meus irmãos Francisco Antônio e Jaysa Helena, que me acolheram em Fortaleza, de maneira muito especial.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC, principalmente à Ana Célia Clementino e à Márcia Teixeira Nogueira, que muito contribuíram com suas sugestões para a melhoria desta pesquisa.

Aos meus colegas da UVA, em especial aos coordenadores do curso de Letras, Geane Albuquerque, Márton Tamás Gémes e Elisalene Alves, que, com sua gentileza e atenção, forneceram-me condições para um melhor desempenho neste trabalho.

Ao Pró-Reitor de Graduação da UVA, Petrônio Emanuel Timbó, por ter-me concedido auxílio em certos momentos cruciais à minha atuação no curso de mestrado.

Ao Mário Junglas, pelo exemplo de entusiasmo, coragem e otimismo que, para mim, representa.

A todos os meus amigos, em especial a Mariza Brito, pela sua generosidade que me serviu de incentivo.

À minha professora orientadora Mônica Magalhães Cavalcante, pelo seu brilhante trabalho desenvolvido e também por ter acreditado, junto comigo, na realização deste trabalho.

“À medida que os homens se modificam em natureza, também se modificam os seus pensamentos”.

#### Empédocles

“Todas as coisas mudam, tomando aspectos ou formas diferentes, em razão das circunstâncias que as rodeiam.

Uma rosa, sendo igual em beleza às demais rosas, ao ser-nos oferecida como presente, transforma-se, tornando-se mais bela. Adquiriu outro valor; de suas pétalas se desprende outro perfume”.

Carlos Bernardo González Pecotche

## RESUMO

Esta dissertação possui como escopo a análise das funções discursivas das recategorizações. Este trabalho restringe-se à análise das recategorizações lexicais ocorridas por meio de anáforas diretas, correferenciais. Adotamos a perspectiva teórica de que o fenômeno pesquisado situa-se na atividade discursiva de referenciação, concebida como uma (re)construção do real, advinda da interação entre os falantes, de forma intersubjetiva. Propomos uma classificação das possíveis funções assumidas pelas recategorizações nos diferentes contextos discursivos. Para tal fim, abordamos, inicialmente, a proposta classificatória de Cavalcante (2003) dos processos referenciais, entre os quais estão inseridas as recategorizações. A partir disso, retomamos a análise pioneira de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) sobre as recategorizações, bem como discutimos os trabalhos de Tavares (2003) e de Lima (2003), que se baseiam nos dois autores. Contemplamos, fundamentalmente, a sugestão de Koch (2004) sobre as funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais, que serviram de parâmetro para nossa proposta de funções das recategorizações. Nosso *corpus* consta de 80 textos de diversos gêneros: destes, 62 textos foram por nós escolhidos aleatoriamente; a outra parte da amostra é pertencente ao banco de dados do grupo de estudos Protexto/UFC. Com a análise dos dados, averiguamos traços funcionais das recategorizações, que vieram a compor nossa classificação e nos levaram a constatar que as recategorizações podem ser multifuncionais nos discursos. (213 palavras)

## ABSTRACT

This dissertation has as a goal the analysis of the discourse functions of the recategorizations. This research was delimited to the analysis of the occurred lexical recategorizations through direct co-referential anaphoras. We adopt the theoretical perspective of that the searched phenomenon is placed in the activity discourse of referencing, conceived as a (re) construction of the reality, happened of the interaction between the speakers, in a intersubjective way. We proposed one classification of the possible functions assumed for the recategorizations in different discourse contexts. For such end, we approached, initially, the classifying proposal by Cavalcante (2003) about referential expressions, that has been used as a base of our functional proposal about recategorizations. From this, we retook the pioneer analysis by Apothéloz and Reichler-Béguelin (1995) about recategorizations, and we discussed the works by Tavares (2003) and Lima (2003), based on the two authors. We contemplated, basically, the suggestion by Koch (2004) about cognitive and discourse functions of the lexical referential expressions; in our proposal about recategorizations. Our *corpus* consisted of 80 texts was taken from different genres: 62 of them were chosen casually. Another part belongs to the bank of data of Protexto/UFC group studies. With the analysis of the data, we inquired functional traces of the recategorizations, that had come to compose our classification and it had taken us to evidence that recategorizations can be multi-functional in the speeches. (219 words)

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>1. NOÇÕES SOBRE REFERENCIAÇÃO E (RE) CATEGORIZAÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1.A noção extensional, a cognitiva e a sócio-interacionista .....	14
1.2.Definição de categorização.....	29
1.3.A recategorização na área da Lingüística Textual.....	33
<b>2. PROCESSOS REFERENCIAIS.....</b>	<b>40</b>
2.1.A proposta de Cavalcante (2003) - Tipos de introdução referencial e de anáfora.....	40
<b>3. PROPOSTAS DE CLASSIFICAÇÃO DAS RECATEGORIZAÇÕES.....</b>	<b>57</b>
3.1.A proposta de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) - O momento do texto em que se dá a recategorização.....	57
3.2.A proposta de Tavares (2003) - O critério da função referencial.....	67
<b>4. AS FUNÇÕES DISCURSIVAS DAS RECATEGORIZAÇÕES.....</b>	<b>74</b>
4.1. As escolhas do locutor entre as formas referenciais no discurso.....	74
4.2. A intencionalidade e a argumentatividade na referenciação.....	75
4.3. As funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais.....	78
4.4. A recategorização: uma estratégia textual-discursiva.....	95
4.4.1. A organização textual-interativa.....	96
4.4.2. A recategorização e os tipos de estratégias textual-interativas.....	98
<b>5. POR UMA TIPOLOGIA DAS FUNÇÕES DISCURSIVAS DAS RECATEGORIZAÇÕES.....</b>	<b>102</b>
5.1.Análise dos dados.....	102
5.2.Breves considerações sobre a relação entre função e gênero.....	128
5.3.Breves considerações sobre a freqüência das funções discursivas.....	132
<b>Conclusões.....</b>	<b>137</b>
<b>Referências bibliográficas.....</b>	<b>141</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho assume como objetivo investigar os tipos de recategorização existentes nos processos de referenciação sob um ângulo até hoje não bem explorado pelos pesquisadores que se ocupam da Linguística Textual: o das funções discursivas de anáforas correferenciais.

A motivação para pesquisar sobre tal tema nesta perspectiva adveio da constatação da importância de se analisarem as transformações por que passam os referentes e as conseqüentes mudanças de designação ao longo de um texto. A decisão tomada por um locutor ao escolher formas referenciais distintas, com certas alterações de significado, nunca é ingênua, mas faz parte de um fator preponderante da textualidade. Isto quer dizer que há vários objetivos ou intenções comunicativas, que influenciam no ato da recategorização, conduzindo o desenrolar argumentativo de um texto. Em suma, existem certas condições extralingüísticas que determinam decisões semântico-estruturais em um texto.

Em linhas gerais, cabe comentar que a recategorização é estudada como parte de um amplo processo de referenciação no discurso, sendo este compreendido como um espaço intersubjetivo em que os indivíduos actantes dessa interação verbal constroem-se uns aos outros, ao mundo e, da mesma forma, são construídos. Em outros termos, a realidade existente, que se constitui de referentes discursivos, não é dada *a priori*, mas é algo que se produz, constrói-se e evolui através dessa ação interativa entre os locutores da enunciação. Portanto, de acordo com a perspectiva sociointeracionista atual, com a qual nos alinhamos, a questão não é mais buscar uma correspondência exata entre expressões referenciais e coisas do mundo real ou imaginário, mas observar como as atividades humanas, cognitivas e lingüísticas têm de fato o poder de estruturar e dar um sentido ao mundo (Mondada e Dubois, 1995, p. 20).

A recategorização ocorre no processo referencial, quando o locutor promove a transformação de um objeto de discurso, selecionando, para ele, a denominação mais conveniente ao contexto e a seus propósitos comunicativos. Dessa forma, gera-se uma mudança tanto em nível lingüístico quanto em nível cognitivo por meio dessa operação.

Muitas questões ainda não foram bem esclarecidas ou necessitam de maior reflexão no tocante ao aspecto discursivo das recategorizações. Dentre os estudiosos que, de algum

modo, abordaram o assunto, Mondada e Dubois (1995), por exemplo, contribuíram significativamente para o desenvolvimento de idéias sobre a construção dos objetos de discurso. As duas autoras concluem que as categorias utilizadas para descrever as coisas tendem a mudar tanto sincrônica quanto diacronicamente. Por isso, Mondada e Dubois (1995) denominam essas variações de “categorias evolutivas”. Entretanto, não era objetivo das autoras proporem nenhuma classificação dos elementos recategorizadores.

Essa tentativa de descrição dos modos de recategorizar, que nos parece extremamente útil para ampliar a compreensão do fenômeno, foi empreendida por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), autores que se destacam com seu estudo seminal sobre recategorização. Eles advertem que os tipos de anáforas recategorizadoras não somente apontam um objeto discursivo, mas também o modificam, fazendo-o sofrer diversas transformações em função de um contexto enunciativo. Dentre os autores que retomam os estudos de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), foram discutidos aqui os trabalhos de Marcuschi e Koch (1998), Koch (2002; 2004), Cavalcante (2000; 2003), Lima (2003) e Tavares (2003).

No que se refere a questões metodológicas deste trabalho, entre os diferentes processos de anáforas recategorizadoras existentes, optamos por investigar os que incidem sobre as anáforas diretas, por este ser o tipo mais comum analisado neste assunto e por querermos delimitar nosso trabalho ao estudo das anáforas correferenciais. Destacamos, aqui, que nosso trabalho apresenta um caráter principalmente teórico, embora não prescindida da necessária observação dos dados empíricos.

Para essa análise qualitativa, selecionamos 80 exemplares de gêneros textuais de modalidade escrita, sendo que sua grande maioria compõe-se de textos em linguagem formal. Alguns destes textos em exame foram obtidos do banco de dados do grupo de estudos Prottexto, da Universidade Federal do Ceará, de que fazemos parte. Os demais textos foram por nós coletados, mas não de forma aleatória: buscamos os textos que continham recategorizações. Assim, compusemos uma amostra que se distribui da seguinte forma: 16 reportagens jornalísticas, 12 anúncios publicitários, 11 poemas, 9 editoriais, 9 artigos de opinião, 8 bulas farmacêuticas, 6 cartas, 3 contos literários, 2 blogs, 1 resenha acadêmica, 1 entrevista, 1 parecer e 1 termo de depoimento.

Salientamos o pressuposto de que a recategorização é uma forma de referenciação que pode existir nos mais diferentes discursos. Por isso, buscamos uma grande variedade textual, o que é coerente com nosso objetivo de analisar quais são as possíveis funções que as recategorizações desempenham nos textos em geral. Para tanto, realizamos uma análise de base essencialmente qualitativa e tomamos como pressuposto, para nossos fins metodológicos, o pensamento de que quanto mais variados são os gêneros do discurso, maior é a probabilidade de encontrarmos neles funções discursivas diferentes.

Em sua estrutura, a presente dissertação consta de cinco capítulos. No primeiro, introduzimos os conceitos de referenciação, mostrando todo um quadro evolutivo, desde a concepção clássica de referência até a recente visão sócio-interacionista, a qual adotamos, a fim de justificarmos tal concepção por nós defendida na pesquisa; também apresentamos os conceitos de (re)categorização segundo a definição de vários autores acima citados, esclarecendo, assim, os prismas pelos quais se analisa a (re)categorização atualmente, na área da Linguística Textual.

Já no segundo capítulo, analisamos a proposta de Cavalcante (2003) sobre a classificação das expressões referenciais de modo geral. Esta análise mostrou-se relevante à compreensão de como as recategorizações se inserem no quadro geral das expressões responsáveis pelo processo de referenciação. No decorrer desta descrição, salientamos a contribuição de Cavalcante (2003) ao inserir as recategorizações em uma proposta mais ampla de organização dos processos referenciadores. A autora consegue aproximar duas óticas de análise: a do estudo da coesão e a dos processos referenciais, acrescentando o aspecto da construção dos sentidos ao lado da referência em si.

A classificação de Cavalcante (2003) também serviu como ponto de partida para trabalhos posteriores, todavia acabou por não contemplar a questão das funções discursivas, algo que a própria autora reconhece como necessário para tornar a análise dos processos referenciais mais completa.

É no capítulo 3 que se encontra a análise crítica correspondente ao trabalho de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), bem como aos estudos de Lima (2003) e de Tavares (2003). Os dois primeiros autores propõem uma classificação pautada pelos tipos de manifestação das recategorizações. Tal organização, apesar de ter servido de base a outros estudos, não está isenta de falhas, ao apresentar critérios que oscilam entre o discursivo, o

gramatical e o cognitivo-referencial. Portanto, não parece haver parâmetros precisos e homogêneos para se diferenciar os tipos recategorizadores em tal divisão. Uma interessante observação é a de que há certo intuito dos autores em indicar algumas funções discursivas presentes em um dos tipos por eles considerados – o das Recategorizações Lexicais Explícitas –, porém o mesmo não acontece na descrição dos demais itens propostos. Portanto, neste esquema, há certa mistura de critérios adotados.

Um aspecto que não nos parece muito relevante é a preocupação de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) em priorizar questões ligadas ao ponto do discurso em que ocorre a transformação do referente. A ênfase nestes aspectos, que são, todavia, também de natureza discursiva, não traz, a nosso ver, grandes contribuições para as funções discursivas das recategorizações, razão por que a presente pesquisa pretende explicar como operam no desenvolvimento argumentativo alguns dos processos recategorizadores.

Outro estudo analisado neste capítulo é o de Lima (2003), que, em seu trabalho fundamentado nas bases teóricas da Linguística Textual e da Cognição, propõe-se a realizar a descrição de como se constrói o efeito humorístico a partir das ocorrências de (re)categorizações metafóricas, e a apresentar uma proposta de classificação para o tipo de ocorrência analisado.

A autora defende que, além das *Recategorizações Metafóricas Manifestadas Lexicalmente* (que se manifestam explicitamente), há certas *Recategorizações Metafóricas Não Manifestadas Lexicalmente* (que não existem em nível lexical explícito, mas apenas em nível cognitivo, implícito, especialmente no texto cômico). Contudo, Lima (2003) não se preocupa em analisar os propósitos comunicativos no que diz respeito ao uso das (re)categorizações metafóricas; além do mais, a discussão da autora se acha circunscrita ao texto humorístico.

Criticamos, ainda neste capítulo, o trabalho de Tavares (2003), que propõe uma extensa classificação das recategorizações, pautando-se por critérios que consideramos mais homogêneos do que os de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995). Situando as recategorizações no processo geral das expressões referenciais, Tavares (1995) adota o quadro classificatório de tais expressões sugerido por Cavalcante (2003), utilizando os critérios de retomada (referencialidade) e de significação propostos por esta autora. Mais outros dois critérios são eleitos por Tavares (2003): o de cognição e o de explicitude/implicitude. Este último baseia-se em Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995).

Questionamos, na proposta de Tavares (2003), a discussão sobre as funções discursivas das recategorizações, que foi feita apenas de maneira superficial pela autora, uma vez que ela adota apenas o critério da função referencial, deixando de refletir sobre outras funções de natureza argumentativa.

A partir do quarto capítulo, dedicamo-nos à essência das discussões de nossa proposta de reflexão sobre as funções discursivas das recategorizações. Refletimos sobre as opções do locutor de escolha das formas referenciais a serem empregadas na atividade discursiva e, em virtude disso, discutimos os conceitos de *argumentatividade* e de *intencionalidade*. Ainda neste capítulo, fizemos uma análise crítica da proposta de Koch (2004) sobre as funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais e reconsideramos algumas destas que se aplicam a nossa proposta classificatória. Em seguida, definimos conceitos ligados à recategorização enquanto estratégia textual-interativa, com o intuito de esclarecermos que este tipo de anáfora está sendo abordado sob a ótica textual-discursiva.

O último capítulo apresenta a análise dos dados, contendo a descrição detalhada de nossa proposta sobre a tipologia das funções discursivas das recategorizações, as quais podem ser vistas como multifuncionais. Ao final, apontamos, ainda, alguns caminhos a serem percorridos em estudos vindouros sobre a relação entre tais funções e os gêneros textuais, assim como sobre a frequência das funções discursivas nos textos.

Em vista dos argumentos apresentados, este tema se reveste de extrema importância, pois, apesar de os estudos até hoje realizados sobre as recategorizações serem escassos, verificamos que eles se tornam necessários à elucidação do processo de elaboração e interpretação de um texto, de forma a revelar como os locutores reconstróem os sentidos dos referentes no decorrer da enunciação. Refletindo sobre as funções discursivas das recategorizações, buscamos fornecer esclarecimentos sobre alguns dos motivos ou intenções comunicativas que podem justificar o emprego das formas referenciais, que são fundamentalmente inerentes ao processo de evolução das categorias nos discursos produzidos por todos os falantes de uma língua.

## 1. NOÇÃO DE REFERENCIAÇÃO E (RE) CATEGORIZAÇÃO

### 1.1. A noção extensional, a cognitiva e a sócio-interacionista

O objetivo desta pesquisa é analisar, sob o ponto de vista da referenciação, o fenômeno da *recategorização*, cuja ocorrência é verificável somente em um contexto mais amplo de análise lingüística: o do texto.

A Lingüística Textual é um ramo científico que muito tem contribuído para a compreensão da organização de um texto. A referenciação, estudo no qual se insere o tratamento que a recategorização tem recebido, é um dos temas fundamentais de estudo nessa área, pois nos revela uma nova perspectiva em termos de interpretação das relações entre linguagem e mundo.

A *referenciação* se define como um processo lingüístico de representação do mundo diretamente relacionada às práticas simbólicas humanas, as quais, conforme Mondada e Dubois (1995, p.20), não são atribuídas a um sujeito cognitivo abstrato, racional ou ideal, isolado perante os elementos da realidade, mas a “uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo”.

O processo de referenciação, tal como é considerado atualmente, insere-se numa visão interacional da língua, em que os sujeitos são tomados atores sociais, e o texto, por sua vez, é o lugar no qual ocorre a interação entre tais sujeitos, que, de forma ideológica, constroem-se e são construídos através do discurso (cf. Koch, 2002, p.17).

Porém, até chegar-se à concepção acima descrita sobre os processos referenciais, os estudos lingüísticos percorreram um longo caminho através dos tempos. A fim de se obter uma compreensão mais ampla acerca da própria definição atual de *referenciação*, bem como de (re)categorização, faz-se necessário realizarmos uma análise retrospectiva de modo a considerar como se deu a evolução conceitual nas pesquisas sobre os processos referenciais.

Partiremos do consenso de que o ato de “referenciar” na linguagem significa “denominar, designar, referir-se a algo ou a alguém”. Vê-se, pois, que a referência se constrói em prol de uma representação dos seres, objetos ou processos do mundo extralingüístico.

Assim sendo, dá-se uma espécie de discretização ou segmentação das entidades do mundo em *categorias*.

Isto posto, veremos que, desde a Idade Antiga até os tempos atuais, registram-se três diferentes posicionamentos de estudiosos diante da questão da referência:

- I. A **noção cartográfica** ou **extensional**;
- II. A **noção cognitiva**;
- III. A **noção sócio-interacionista**.

Discutiremos, separadamente, cada uma das perspectivas acima mencionadas, tendo em vista a reflexão sobre as diferentes visões de referência e de categorização.

D) Se compararmos a **noção cartográfica** ou **extensional**, postulada desde épocas remotas, com a atual definição de referencição, não nos será difícil perceber que esta última representa um grande avanço nos estudos lingüísticos.

Inicialmente, Aristóteles, na Antiguidade grega, propagou o que veio a ser hoje a idéia tradicional de linguagem concebida como apenas um “rótulo” do mundo, ou seja, a realidade das coisas seria pré-dada aos indivíduos; tudo o que existe no mundo extralingüístico seria constituído *a priori*, de forma que aos seres falantes só restaria, então, a tarefa de nomear os referentes, ou as coisas, como se fossem diretamente ligadas às palavras.

Conseqüentemente, este tipo de pensamento acaba por se refletir em muitos estudos filosóficos e semânticos surgidos posteriormente, dado que a Semântica se debruça sobre questões oriundas das associações entre a expressão lingüística e o *referente*, este entendido como aquilo a que remetem os termos referenciais na realidade extramental. De acordo com Pietroforte e Lopes (2003, p.114), desde os primórdios, na Antigüidade grega, passando pela escolástica na Idade Média, pelos estudos lógicos de Port-Royal na Idade Moderna, durante os séculos XVIII e XIX, percebia-se a linguagem como reflexo dos conceitos ou pensamentos, que representariam diretamente as coisas. Destarte, o significado lingüístico só seria verificável em termos de uma aplicação dos conceitos de verdade, ou, ainda, seria totalmente relacionado à existência de seres ou estados reais, possíveis do universo. Isso implica dizer, sob a ótica de vários filósofos da semântica lógica, que uma determinada proposição só é ‘verdadeira’ se corresponder à existência ou à realidade de algo que é exterior à linguagem; caso contrário, a proposição é ‘falsa’.

Tal ponto de vista traz como corolário a crença de que as categorias são pré-estabelecidas, uniformes e imutáveis, e os seres falantes não têm qualquer participação neste processo de segmentação do mundo em classes.

Até hoje, ainda há adeptos dessa vertente. Conforme comentam Pietroforte e Lopes (idem, p.114): “Há hoje toda uma semântica do referente, desenvolvida na esteira de nomes como Carnap e Frege, na qual se reconhece a herança da tradição lógico-gramatical dominante no mundo ocidental (...)”.

Partindo desse paradigma, Müller e Viotti (2003) afirmam taxativamente que conhecer o significado de uma sentença é conhecer suas condições de verdade. Assim, na sentença:

(1) Tem um rato na cozinha,

segundo as autoras, se realmente existe um ‘rato’ em uma ‘cozinha’ presente no contexto da enunciação, o significado é pertinente, porque se descreveu fielmente a situação.

Fundamentalmente, incluímos, nessa perspectiva extensional, a postulação de Milner ([1982] 2003) sobre dois tipos de referência, a saber: a *referência real* e a *referência virtual*, as quais definiremos concisamente.

A *referência real* acontece, para Milner, quando uma seqüência nominal possui uma referência que lhe garante uma associação com um segmento da realidade; já o conjunto de condições semânticas que constituem uma unidade lexical é a *referência virtual*. Para melhor ilustrar, Milner ([1982] 2003, p.87) apresenta o seguinte exemplo:

(2) eu vi dez leões, e tu viste quinze (leões)

No caso de (2), o autor explica que a palavra “leões”, na primeira oração, é retomada de forma elíptica na segunda oração através do elemento partitivo “quinze (leões)”. Em decorrência, o termo de caráter idêntico, mas implícito, assume os traços lexicais da expressão anterior, “leões”. Assim, os termos passam a compartilhar as mesmas propriedades do ponto de vista lexical, tal como constam no dicionário. Como possuem o mesmo significado lexical, diz-se que eles têm a mesma *referência virtual*. Não obstante, esses dois termos não

trazem a mesma *referência real*, porque, dentro da concepção filosoficamente realista do autor, não se trata dos mesmos elementos da realidade; no caso, os conjuntos de “leões” de que se fala na primeira oração não são os mesmos da segunda oração. Logo, não se tem em (2) uma identidade referencial entre os termos, somente lexical.

A *correferência real* se dá, em conseqüência dessa visão, quando um termo referencial retoma outro anterior numa mesma sentença, mas esses dois termos fazem referência a elementos ou seres idênticos no mundo material, como é o caso de (3):

(3) Nós raspamos a cabeleira de Sansão, mas **ela** cresceu novamente. (Milner, 1982, p.116)

Neste exemplo, o pronome “ela” recupera exatamente o referente anterior, “a cabeleira de Sansão”.

Por sua vez, a *correferência virtual* ocorre quando uma unidade apresenta significado lexical idêntico ao do termo anterior, que ele retoma na frase. Um exemplo disto é (1), em que “leões” é um termo que foi retomado e que revela traços semânticos iguais em suas duas ocorrências.

Avaliamos que, de fato, o exemplo (2), ao contrário de (3), apresenta igualdade semântica entre os termos “leões”, mas não igualdade referencial. Enquanto (3) mostra que as expressões “a cabeleira de Sansão” e “ela” referem-se aos mesmos elementos, a última expressão, por se tratar de pronome pessoal, não revela identidade de sentido com seu elemento correferente. Entretanto, não consideramos a diferença entre (*co*) *referência real* e *virtual* e assumimos, por conseguinte, nossa discordância com relação à idéia de Milner de que os termos referenciais devam estar necessariamente atrelados à existência objetiva dos referentes. Segundo a perspectiva teórica da referenciação, a qual nos servirá de apoio, é no modo de referenciar que se constroem ou se determinam os referentes; isto então se dá no momento em que os usuários produzem seus discursos. Assim sendo, não importa verificar apenas o *denotatum* real das coisas referidas; trata-se, antes, de uma questão de atitude dos interlocutores perante aquilo que designam. Por isso, achamos que não há razão para uma distinção com a terminologia de *referência real* e *virtual*. Um outro ponto que merece atenção é que aquilo que, para Milner, possui o valor de “referência virtual” nós consideramos, em

consonância com a idéia de Cavalcante (2000), como sendo apenas o aspecto *denotativo* da expressão lingüística, uma vez que é a representação de seu sentido dicionarizado.

Também julgamos a proposta do autor um tanto confusa, pois este sugere que, em se tratando de correferência virtual, deva haver uma sinonímia perfeita entre as unidades lingüísticas, algo que ele mesmo reconhece não ser possível existir. Então, para não invalidar sua proposta, acaba por inserir nos casos de anáfora (fenômeno que, para o autor, seria, necessariamente, a relação entre um termo que opera a retomada de um antecedente textual) as relações de inclusão ou de intersecção entre os termos, o que abrangeria a *correferência virtual*. Isto nos faz discordar de Milner também neste ponto. Veja-se abaixo:

(4) “ Acabamos de enviar um satélite para o espaço; **o engenho...**”

(5) “Um boi pastava. **O quadrúpede...**”

(6) “ Eles contrataram uma secretária; **a jovem...**”

(Milner,1982, p.104)

Diante dos exemplos (4), (5) e (6), nos quais se formam pares de hiponímia/hiperonímia, não percebemos estes tipos de relações como valores de identidade, mas como significações diferentes, melhor dizendo, como **recategorizações**. Vemos que, nestes itens, há identidade apenas referencial, mas não de significados lexicais, ainda que os termos estejam numa relação de inclusão ou de intersecção. Quanto a essa questão, conforme já dissemos, o referido autor termina por confundir as noções de *referência* e de *significação/denotação*.

Mais detalhes e implicações dos trabalhos de Milner ([1982] 2003) não serão aqui contemplados. Estes conceitos acima explanados bastam-nos para mostrar que a proposta de Milner, bem como a visão referencialista de modo geral, revela-se insuficiente e incompatível com a concepção de linguagem por nós descrita neste trabalho.

Isto porque tal paradigma não contém explicações consistentes, que venham a abranger outros aspectos da referencialidade nos discursos, tais como o da *recategorização*, que só poderá ser esclarecida mediante a concepção de que a língua NÃO é um sistema de etiquetagens, a que se aplicam valores de verdade absolutos e inquestionáveis. Ou seja, nossa explicação sobre o processo recategorizador, na ótica sócio-discursiva, não se baseia em afirmar que a referência deva ser exata, rigorosa, aplicada a entidades do mundo vistas a partir

de uma extrema objetividade. Ao contrário, vemos que todo ato de recategorizar promove mudanças no referente, e isso envolve questões **intersubjetivas** de negociação de sentidos. Assim, compreendemos que, em todo ato de recategorização, o que é essencial para os falantes não é referenciar segundo valores de verdade, mas é (re) construir as entidades mundanas segundo conveniências, atitudes, crenças ou necessidades desses falantes dentro de um contexto sócio-comunicativo.

Para complementar, consideremos o que pondera Lyons (1977, p.151) numa crítica à visão referencialista:

*(...) o sucesso da referência não depende da verdade da descrição contida na expressão referencial. O locutor (e talvez também o ouvinte) pode julgar, erradamente, que determinada pessoa é o carteiro, quando de fato é o professor de lingüística, e referir-se a ele incorretamente, embora com êxito, por meio da expressão 'o carteiro'. Nem sequer é necessário o locutor acreditar que a descrição é verdadeira acerca do referente. Pode estar empregando ironicamente uma descrição que sabe ser falsa ou aceitando diplomaticamente como correta uma descrição falsa que o seu interlocutor crê ser verdadeira; e há ainda outras possibilidades.*

Concordamos com Lyons (1977) especialmente no que tange a sua declaração de que há outras possibilidades de descrição do referente, pois, como mostramos no decorrer deste trabalho, o processo recategorizador revela várias formas de designação referencial, encarregadas de modificar os referentes de acordo com a intencionalidade dos falantes no discurso.

Em contrapartida, veremos agora que todo esse paradigma realista da referência começou a ser negado com Saussure ([1916] 1995), que, a partir de sua teoria do signo lingüístico, retoma a epistemologia aristotélica, a qual já anuncia um princípio norteador do pensamento lingüístico moderno, que privilegia a forma de conhecimento do mundo através da percepção. Sobre tal princípio aristotélico, afirma Damasceno (1977, p.33): “Ocupando-se genialmente do processo cognitivo, Aristóteles concebe-o como uma visão dos *dados sensoriais* provenientes do mundo cognoscível que estimulam os sentidos do sujeito cognoscente, imprimindo ou provocando *impressões*”.

E mais adiante completa:

*(...) o nosso conhecimento dá-se através da imagem do objeto transformada em idéia, resultante desta comunicação entre o objeto e o sujeito. Aristóteles nos adverte para a não-exatidão entre a imagem, a idéia e o próprio objeto (o real), porque a imagem que obtemos de um objeto passou para um processo transformador nos nossos sentidos.*

Seguindo esta noção, Saussure (idem, p.80) esclarece em sua teoria que o “signo lingüístico une não uma coisa e um nome, mas um conceito e uma imagem acústica”. Queremos, com isso, mostrar que, mesmo não tendo privilegiado a referência, mas somente a relação entre *significante* e *significado*, o autor negava, no entanto, a concepção de ligação direta entre a linguagem e o mundo.

Saussure inaugurou, assim, uma tradição retórico-hermenêutica, que não mais se preocuparia com as relações entre linguagem-mundo, mas sim com a essência da linguagem resultante de processos psíquicos nos indivíduos advindos de seu contato com uma realidade exterior, a qual não necessitaria ser investigada. Por conseguinte, o importante para os teóricos estruturalistas que se desenvolveram a partir de Saussure não era estudar o signo verbal como algo captado de uma realidade homogênea, única para todos os seres humanos – pois o mundo não é igual para todos –, mas perceber como se dá a produção de sentido por meio de um significante (imagem acústica) ligado a um significado (imagem mental, conceito). Esta associação de imagens produz, então, o sentido como um fenômeno ligado à percepção humana, ou seja, aqui não mais se encontra a visão das palavras cuja função é somente “etiquetar” os referentes extralingüísticos pré-construídos; o que interessa, na verdade, é mostrar que existe não só um, mas vários pontos de vista ou prismas sob os quais se fundamenta a percepção de um objeto real. Basta atentarmos para o fato de que em cada cultura há várias formas diferentes de se tratar os referentes. Como lembram Pietroforte e Lopes (2003, p.116), as cores do arco-íris, por exemplo, na língua bassa da Libéria, compreendem apenas duas faixas: as cores “frias” e as “quentes”. Na língua portuguesa, há uma categorização mais ampla que conta sete cores. Já no inglês são vistas somente seis, visto que, ao contrário do português em que se tem o “roxo” e o “anilado”, naquela língua estas duas cores se reduzem a “purple”.

Em suma, ressaltamos o mérito de Saussure por ter questionado a visão de que a linguagem é um espelho do mundo. Porém, este ponto de vista prioriza o modo de percepção cognitiva humana e, no entanto, deixa de considerar a maneira pela qual os indivíduos se referem aos objetos de mundo por eles apreendidos. Eis por que o estudo da referencialização é essencial na busca de explicações a esse respeito.

II) Os estudos no campo da Linguística Cognitiva surgidos a partir do fim da década de 1970 privilegiaram o papel assumido pela cognição na questão da referência. Na **noção cognitivista**, não mais se toma como verdade a noção extensional acima discutida, mas se enfatiza que os objetos de mundo são captados pelos seres humanos por meio de seu aparato perceptivo-cognitivo. Dessa forma, a construção referencial é vista, de forma exclusiva, através da ótica da relação indivíduo-mundo.

Nesta perspectiva, passaram a existir, desde o século XX, certas vertentes teóricas que compartilham a visão enfática de que a referência e o significado das expressões referenciais são frutos da atividade cognitiva do ser no mundo. Estamos referindo-nos ao *simbolismo* e ao *conexionismo*. Vejamos rapidamente as características de cada uma delas.

O *simbolismo* constitui uma corrente cognitivista clássica e baseia-se na idéia de que toda a organização do conhecimento humano depende de representações simbólicas manipuláveis. Define-se o texto como o resultado de atividades mentais, processadas em série. Evidencia-se, assim, a asserção de que o reconhecimento dos referentes nos textos provém, essencialmente, desse tipo de processamento.

Para melhor compreendermos essa noção, de acordo com a visão *simbolista* da cognição, convém dizer que a atividade mental, que exerce um papel fundamental tanto com relação à interpretação quanto à elaboração de um texto, possui mecanismos que tornam possível o armazenamento de certos *esquemas conceituais* ou *modelos cognitivos*, que se formam a partir de um conjunto de *saberes enciclopédicos* ou *conhecimentos de mundo*. Isto inclui todo tipo de informações que temos acerca dos seres, processos ou objetos do mundo, bem como o que se denomina de *memória episódica*, que reúne nossas vivências de situações, fatos ou eventos e experiências pessoais adquiridas ao longo da vida. O fato de conhecermos os objetos e suas utilidades, sabermos o conceito de lugares, como o restaurante, a praia; de instituições, como a escola, ou o que é o evento do Carnaval são alguns dos exemplos desses

modelos cognitivos, de forma geral. Portanto, estas formas de conhecimentos interiormente acumulados acabam por tornar-se ferramentas de grande utilidade para a representação dos referentes, podendo tais informações ser ativadas ou reativadas no ato de referenciar.

Analisaremos, abaixo, a partir de um trecho fornecido por Tavares (2003, p.21), certas relações anafóricas nesta visão simbolista da cognição:

(7) Saudosistas que se lembram com carinho do homem do biju e do padeiro que deixava pão e leite na soleira da porta sonham, claro, com *uma casa*. Com quintal, jardim, cachorro e espaço de sobra para as crianças brincarem (...) Já que estamos falando em *segurança*, não deixe de ler a reportagem sobre *portões automatizados* na página 84. (JoCaL03 – carta ao leitor – Prottexto).

De acordo com os conceitos atuais da literatura sobre o assunto, o termo em negrito “portões automatizados”, no exemplo (7), é classificado como uma “anáfora indireta”, por ocorrer por meio de inferência e por guardar uma relação não-correferencial com seu antecedente textual “segurança”. Este último termo, por sua vez, encontra-se ancorado no sintagma “uma casa” (Estas definições anafóricas serão discutidas em outro capítulo deste trabalho). À luz do simbolismo, considera-se que tais anáforas são representações de referentes captados textualmente através dos esquemas conceituais do leitor. Assim é que se afirma que a expressão “uma casa” transmite-nos a idéia de uma casa qualquer, cujas características atribuídas à estrutura de uma casa (lugar tranqüilo, com muito espaço, quintal, jardim e cachorro) advêm de nossas experiências particulares de vida. Além disso, neste processo referencial, “uma casa” também se relaciona à “segurança”, já que associamos “casa” a um conceito de lugar seguro. À proporção que elaboramos inferências, descobrimos, igualmente, que “portões automatizados” está ligado ao termo âncora “segurança”, porque tais tipos de “portões” são incluídos em nossos esquemas mentais como instrumentos para se garantir a segurança de uma casa.

Como se vê, a noção cognitivista do simbolismo analisa os objetos referenciados observando apenas a maneira peculiar do indivíduo de reconstruí-los. Destarte, as coisas são somente representadas mentalmente, por meio de estratégias cognitivas. Entretanto, vemos que são esquecidos outros aspectos cruciais e mais amplos constantes neste processo, como a

interação entre os interlocutores, os quais participam ativamente da negociação dos sentidos no ato da referenciação.

A outra abordagem desta visão cognitiva é o *conexionismo*, que vê a reconstrução dos referentes através de conexões realizadas entre neurônios, chamadas de sinapses. Há, então, a busca de verificação de como os processos referenciais ocorrem no cérebro, sendo que este paradigma rompe com a idéia de representações simbólicas. Os conexionistas procuram explicar os processos mentais mediante configurações *ad hoc* no discurso, nas redes neuronais, que funcionam de modo distribuído e em paralelo, o que significa que as atividades neurais acontecem em diferentes neurônios simultaneamente. Por essa maneira, também se analisa como os elementos cognitivos armazenados são ativados para se reagir conforme as circunstâncias ambientais.

Poersch (2001) traça uma explanação de como se dá a construção dos sentidos textuais pelo indivíduo: em primeiro lugar, o texto mostra-nos dados que são captados pelos olhos; o nervo ótico conduz esta percepção ao cérebro. Na região cerebral, dá-se o início do processamento desses dados que se relacionam com aqueles que já se encontram armazenados previamente. Como conhecimento implica conexão sináptica, se um *input* conseguir conexão com outro dado armazenado, esse dado é automaticamente ativado, podendo ser novamente reativado. Isto forma um conhecimento que passa a ser considerado prévio para o processamento do resto do texto.

Recordemos agora o texto do item (7) e vejamos que a análise de suas formas de referência, sob a ótica conexionista, seria realizada segundo a maneira descrita por Poersch (2001).

Em vista das características apresentadas, nota-se que o ponto comum entre essas duas correntes da Ciência da Cognição, no que diz respeito à questão da referência, é o fato de se observar como os conhecimentos sobre os objetos do universo estruturam-se internamente nos indivíduos.

Apesar de ser um modelo alternativo considerado como mais avançado com relação ao simbolismo, o conexionismo, em nossa visão, também se mostra incompleto ao preocupar-se exclusivamente com o caráter neurobiológico de captação individual dos referentes num texto, o que não traz muitas respostas a certas indagações existentes em torno da referência.

É consensual que a cognição seja uma ferramenta indissociável à tarefa de produção/ compreensão de textos, o que envolve, indiscutivelmente, o aspecto dos processos referenciais. Porém, o problema é que reduzir a referenciação ao ato cognitivo exclusivo de um indivíduo, sem incorporá-lo a sua interação com os outros indivíduos dentro de contextos sócio-culturais, para nós é algo insuficiente e insatisfatório. Entendemos que a contribuição da inter-relação dos seres, num processo de reconstrução conjunta dos referentes, acrescenta maiores informações sobre a complexidade da referência.

Portanto, é inegável que esta noção descrita, na medida em que considera o aspecto da cognição, dá um passo em direção à concepção do sociointeracionismo, entretanto não pode ser confundida com este último, porque o cognitivismo prioriza a percepção baseada na experiência de um construto quase “solitário” do indivíduo em sua relação mental com o meio em que vive. Por isso é demasiadamente restrito, pois, ao contrário da noção sociointeracionista, não abrange diretamente o aspecto das negociações sociais intersubjetivas presentes no entorno pragmático-discursivo.

Uma outra tendência do cognitivismo é o chamado atuacionismo (ou enacionismo), que surgiu a partir da necessidade de uma explicação da natureza da cognição não mais enquanto forma de representação, tal como ocorre no simbolismo e conexionismo, mas como “ação incorporada”. Este novo conceito é, pois, uma reação a tais modelos anteriores, que pressupunham que a cognição deveria consistir na reprodução de um mundo objetivo, já previamente delineado e definido. Como observa Lima (2003), a idéia objetivista coincide, de certa forma, com o pensamento filosófico ocidental, que apregoa o conhecimento como espelho da natureza.

Para os enacionistas, os significados constroem-se ou são modelados de acordo com os aparatos biológicos e culturais humanos, sendo que a mente encontra-se incorporada, isto é, é inseparável da estrutura corpórea, da linguagem e da história social do homem. Enquanto, nos modelos simbolista e conexionista, o ambiente e o sujeito são vistos de forma isolada entre si, a “enação”, através do princípio da “ação incorporada”, percebe que os significados se amoldam às experiências e capacidades perceptivas e cognitivas perante um universo cultural compartilhado. Assim é que as categorias do mundo tornam-se experienciais, consensuais e incorporadas. Encontra-se, logo abaixo, um exemplo disso:

### (8) POR QUE GASTAR TANTO PARA IR A MARTE?

São muitas as semelhanças entre a Terra e *o vizinho vermelho* (...) Não é de hoje que a humanidade se pergunta sobre a existência de vida *naquele ponto avermelhado do céu que conhecemos como o planeta Marte*. (...) (Revista Escola, 2004, p.36)

Segundo tal noção, a maneira de se apontar o referente “Marte” no texto, recategorizando-o como “o vizinho vermelho” e “aquele ponto avermelhado do céu que conhecemos como o planeta Marte” provém do fato de que nossa compreensão reflete as condições de nosso organismo que produz um mundo por meio de nossa história de acoplamento estrutural. Significa isto que o fato, por exemplo, de atribuímos determinada cor ao planeta Marte através das referências “o vizinho vermelho” ou “aquele ponto avermelhado”, em vez de outra cor qualquer, depende inteiramente de nosso aparelho sensório-cognitivo e de nossa experiência cultural. Ou seja, é desta maneira que percebemos a cor do planeta Marte, de modo tal que nosso modo de referenciar e nossas formas de categorização, como a das cores, mostram-se inextricavelmente ligadas a nossa atividade perceptivamente orientada, a qual é responsável por um mundo compartilhado de significados.

Enfoquemos a afirmação de Varela, Thompson e Rosch (2003, p.156), amplamente defensores da noção enacionista, que, como se viu, é direcionada para a produção dos sentidos a partir de um *background* de ação ou um senso comum:

*De fato, se desejamos recuperar o senso comum, então devemos inverter a atitude representacionista e tratar o conhecimento dependente do contexto não como um artefato residual que pode ser progressivamente eliminado pela descoberta de regras mais sofisticadas, mas como, na verdade, a própria essência da cognição criativa.*

E ainda completam:

*O insight dessa orientação não-objetivista é a idéia de que o conhecimento é resultado de uma interpretação contínua que emerge de nossas capacidades de compreensão (...) Elas nos possibilitam compreender nosso mundo – ou, em uma linguagem mais fenomenológica, elas são as estruturas por meio das quais*

*existimos, no sentido de “termos um mundo”. (cf. Varela, Thompson e Rosch, 2003, p.157)*

Porém, nossa crítica acerca de tal concepção é a mesma que fizemos com relação ao simbolismo e ao connexionismo. Ainda que seja uma vertente que leve em conta as possibilidades e capacidades do homem na produção dos sentidos, o enacionismo se reveste de uma preocupação ainda restrita à cognição humana, sem que se valorize a importância das relações e das práticas sociais que influenciam, de maneira decisiva, na maneira pela qual os indivíduos lidam com o ato da referenciação no ambiente que os cerca.

Sabemos que outros modelos cognitivos prestam-se à análise da referenciação, contudo, de forma não menos limitada que os que foram por nós aqui exibidos. Em virtude disso, passemos a discorrer, agora, sobre a visão que defenderemos em nosso trabalho.

III) A terceira concepção sobre a referência é a que leva em conta não uma relação de “mapeamento” entre as palavras e o mundo o qual lhe corresponde; muito menos considera restritamente a relação entre dados cognitivos em referência às informações extralingüísticas; mas, sobretudo, percebe a realidade como algo passível de ser reconstruído, reinventado ou “fabricado” na medida em que os interlocutores interagem entre si mediante seu entorno sócio-cultural. Conforme já citamos no início deste capítulo, o ato referencial, neste ponto de vista, é denominado de “referenciação”.

O termo acima diz respeito à ênfase na idéia de processo na construção do referente. Segundo Mondada e Dubois (1995, p.20), trata-se de “buscar como as atividades humanas, cognitivas e lingüísticas estruturam e dão um sentido ao mundo”. Sobre isso, também se pronuncia Cavalcante (2002, p. 99):

*“Os referentes, tal como os significados, não podem ser considerados fora de nossas práticas sociocomunicativas em contextos particulares, nem podem ser entendidos como a própria realidade exterior”. Por essa razão, prefere-se usar o termo “referenciação”, em vez da expressão “referência”.*

Porquanto, é nesta linha de estudo que se apóiam os trabalhos de Mondada e Dubois (1995), Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), Koch e Marcuschi (1998), Cavalcante (2003) e outros autores que serão citados como suporte teórico de nossa pesquisa.

Julgamos que a concepção sócio-cognitivo-discursiva é a mais completa no tratamento sobre a referência, devido ao fato de que estudos pautados por esta noção (como os de autores citados acima) revelam-se capazes de explicar certos fenômenos que se produzem no texto, tais como veremos abaixo:

(9) Fiel ao meu hábito, eu me dirigi para o porto. O porto!... nossa! *É um muro alto de trinta pés*, sobre o qual soldados ou barqueiros enfrentam sozinhos suas vertigens; é necessário, para subir lá, uma firmeza que eu não tenho, e, voltando por onde vim, eu deixei *o faz de conta de cais*, para me fechar com as minhas lembranças *no apartamento...* quer dizer, *na sala de teto arredondado, obscura e tão ampla* que não reconheceríamos o próprio pai se ele estivesse na outra extremidade, que me foi dada como quarto de dormir. (Gaparín, Voyage d'une ignorante dans le midi de la France et l'Italie, Paris:Paulin, 1835, v1.p.147) (Mondada e Dubois, 1995, p.31)

Acima, vemos que o construtor do texto (9) faz com que os objetos por ele apontados adquiram tamanha flexibilidade a ponto de serem transformados através de novas descrições e designações a seu respeito. Isto acontece devido à necessidade que tem o emissor do texto de amoldar os referentes em defesa do desenvolvimento de seus argumentos. Primeiramente, neste exemplo, o “porto” veio a ser “um muro alto de trinta pés”<sup>1</sup>. Em seguida, ainda em associação à idéia de “porto”, “reforma-se” o objeto de maneira notavelmente subjetiva, “o faz de conta de cais”. Adiante, para reforçar ainda mais o conteúdo irônico, altamente argumentativo deste discurso, o autor se utiliza da expressão “a sala de teto arredondado, obscura e tão ampla”, que retoma o sintagma “o apartamento”.

---

<sup>1</sup> Sendo tomados não num plano essencialmente formal, mas sim numa ampla dimensão cognitivo-discursiva, os termos referenciais admitem ser auxiliados, segundo concebemos, por termos em posição predicativa. Estes os ajudam a reconstruir os referentes, os quais são transformados frente a novas caracterizações que lhe **são** imputadas. Assim é que “o porto”, mencionado no item (9), recebe nova qualificação, “um muro alto de trinta pés”, sendo esta em posição predicativa. Destarte, o objeto transforma-se referencialmente, sendo recategorizado.

Como se vê, a referência não pode ser considerada de forma acabada, e sim como algo passível de adaptação a contextos e situações diferentes e, sobretudo, como uma construção lingüística que visa a atender aos propósitos interacionais de seus usuários.

Segundo Koch e Cunha-Lima (2004), os sentidos não são imanentes ao texto; são estabelecidos e situados histórica e socialmente, sendo que possuem um caráter maleável em termos de uma negociação contínua entre os interactantes. Para as autoras, não se trata de trazer os objetos do mundo para dentro do discurso. Há nisso uma transformação, pois o referente é tratado de diversas maneiras, conforme a possibilidade de atender às intencionalidades de todo actante discursivo.

A partir disso, concluímos que (re)criar referentes num texto significa produzir *objetos de discurso*. Isto equivale à distinção feita por Koch e Marcuschi (1998) entre “fenômenos discursivos” e “fenômenos de mundo”, isto é, os referentes existem somente em nível de discurso e se diferenciam dos objetos de mundo enquanto “espelhos” de uma realidade objetiva.

Um ponto que desejamos frisar é que, consoante a linha da referenciação, não se distinguem aspectos sócio-interativos de questões cognitivas. Na verdade, nesta noção, os fenômenos internos (mentais) e os externos (culturais) são explicados conjuntamente no que tange à referência.

Ao contrário do cognitivismo, cuja preocupação é de explicar apenas o ambiente enquanto fonte de informações para as mentes individuais, o paradigma sócio-cognitivista estuda como esses processos cognitivos funcionam em sociedade, pois se acredita que a cognição pode ser também elucidada sob um ângulo “fora” da mente. Assim se diz que a construção dos sentidos, em termos cognitivos, acontece de forma interior e exterior à mente. Como diz Morato (1997), a interação tem como uma de suas características configurar-se enquanto “ação de reciprocidade”, sendo ela mesma que dá sentido à própria relação entre linguagem e cognição. “Não há possibilidades integrais de conteúdos cognitivos ou domínios do pensamento fora da linguagem nem possibilidades integrais de linguagem fora de processos interativos humanos” (cf. Morato, 1997, p.133).

Para Koch e Cunha-Lima (2004), a noção de que há um processo de (re) construção de mundo, visto como instável e inacabado, constitui uma explicação mais plausível, porque mostra a dinâmica pela qual soluções são coletivamente estabelecidas e

transformadas pelas atividades interativas do homem. Este pensamento inclui os fatores tanto mentais quanto culturais, os quais se integram numa ação constitutiva do universo. Separá-los, de acordo com o discurso das autoras, seria tratar os fenômenos culturais como uma lista de conhecimentos e informações, e não como processo, o que realmente são.

Marcuschi (2004) assim considera a questão, ao afirmar que a cognição é *distribuída*, ou seja, dá-se como distribuição social do conhecimento. O autor garante que este ponto de vista não anula a ação cognitiva individual, mas apenas enfatiza o caráter e a relevância das ações engajadas em meio ao tipo de cultura partilhada pelos seres. Dessa forma, a cognição, bem como a referenciação, são essencialmente sociais.

Marcuschi (2004) também atenta para o fato de que não há uma relação necessária entre a cognição e a ontologia, pois nossa compreensão não se encontra ligada à existência das coisas. E acrescenta: “Não só podemos conhecer sobre o que é, mas o que é pode ser também fruto de nosso peculiar modo de conhecer. Somos também artífices do mundo e não apenas notários desse suposto mobiliário. Nosso discurso não está condenado a ser apenas um ato cartorial”. (cf. Marcuschi, 2004, p.272)

## 1. 2. A definição de categorização

As reflexões sobre a categorização assumem grande relevância nessa abordagem, pois repercutem no que entendemos acerca de nosso fenômeno estudado. Por isso, definiremos tal conceito para, em seguida, partirmos para a caracterização daquilo que chamamos de “recategorização”.

Para a ciência da Cognição, o ato de “categorizar” é definido como uma das capacidades cognitivas mais básicas do homem, ou ainda, como um processo mental de identificação e classificação dos seres ou objetos extralingüísticos em categorias.

Isto posto, em torno de todo um construto mental abstrato, são formadas as “categorias conceituais”. Elas seriam instrumentos cognitivos que, conforme Croft e Cruse (2003), teriam várias funções mentais, dentre as quais convém destacar a da linguagem verbal, que se concretiza mediante representações de categorias referenciais.

De acordo com os dois autores, podemos refletir sobre tal conceito, de modo a concluir que:

a) As categorias formam coleções de referentes individuais;

b) Podemos considerar também o ângulo das individualidades que compõem as categorias: como nós as caracterizamos e como as distinguimos de outros membros de outras classes;

c) Algumas categorias incluem outras como subcategorias.

Cuenca e Hilferty (1999) concebem a categorização enquanto mecanismo de organização da informação apreendida no mundo real de forma multifacetada. Ou ainda, conceituam-na como um processo mental de classificação cujos produtos são as categorias cognitivas, que, convencionalizadas, vêm a constituir o léxico mental. Neste sentido é que a categorização fundamenta os processos de compreensão e produção linguística.

O ato de categorizar presta-se, sob a ótica dos autores, às funções de ‘generalização’ ou ‘abstração’ e ‘discriminação’ ou ‘diferenciação’. Estas seriam, portanto, funções elementares de tal ato.

Diferentemente da concepção extensional, em que as categorias são plenamente estáveis e pré-concebidas, na visão cognitiva, reconhece-se que a classificação ou ordenação das coisas do mundo não ocorre de modo tão simples e preciso. Por isso, a teoria dos protótipos de Rosch (1976), a qual é defendida por autores como Croft e Cruse, e Cuenca e Hilferty, originou-se como um princípio contrário às idéias clássicas sobre a categorização. Rosch inspirou-se em Wittgenstein, filósofo que questionou o conceito tradicional das categorias vistas como possuidoras de um conjunto de propriedades necessárias, suficientes e de contornos bem nítidos.

Rosch (1976) declara que para cada conceito existem representantes mais ou menos típicos, sendo que alguns membros podem representar melhor uma categoria do que outros. Isto porque nem todos os membros possuem o mesmo *status*. Dito de outro modo, nem todos os elementos pertencentes a uma categoria compartilham exatamente as mesmas características, sendo que estas podem ou não ser mais comuns ou mais facilmente associadas aos membros de uma categoria em geral. Assim sendo, os melhores exemplos de elementos de uma classe, definidos como aqueles que contêm aspectos que melhor refletem a estrutura da categoria como um todo, são chamados de *protótipos* ou *elementos prototípicos*.

Nesta teoria, Rosch (1976) propõe o conceito de *hierarquias conceituais*, utilizadas na representação das inclusões de classe entre as categorias. Tal hierarquia se compõe de três níveis: o *nível superordenado* (por exemplo, o réptil), o nível *básico* (ex. cobra) e o *subordinado* (referente a nomes específicos, ex. jibóia).

Estes conceitos, porém, implicam não uma visão de exatidão acerca dos elementos, mas sim uma interpretação em termos de graus de prototipicidade. Com isso, vemos que, sob este aspecto, a autora refuta a visão clássica, ao mostrar que os limites entre as categorias não são tão fluidos, havendo, assim, uma espécie de instabilidade categorial. Por outro lado, apesar desse avanço teórico, não podemos dizer que Rosch (1976) se desvincula da visão referencialista, pois a autora mantém ainda uma noção “cartográfica” das coisas, de modo a não atentar para a questão da referência (re) construída *ad hoc* nos discursos. A autora dá continuidade à visão de que os interlocutores são apenas seres passivos frente à categorização, não cabendo, em sua teoria, a discussão dos conceitos intersubjetivos formados pelos falantes durante os atos enunciativos.

Portanto, não podemos conceber a (re) categorização sob esta vertente teórica. Falaremos agora da concepção de categorias segundo Mondada e Dubois (1995), o que atende melhor a nossa perspectiva sócio-cognitiva da referenciação. Antes de tudo, diremos que estas duas autoras, que enfatizam a questão da instabilidade categorial nos discursos, reconhecem a importância da teoria dos Protótipos, uma vez que sua autora postula a imprecisão no que tange à delimitação entre as categorias, afastando-se, pois, de uma visão simplista das coisas como sendo perfeitamente delimitadas, com fronteiras precisas. Porém, Mondada e Dubois(1995), ao contrário de Rosch (1976), alcançam uma visão bem mais larga acerca do modo de referenciar e categorizar, porque consideram a noção interacional da língua. Rosch, enquanto pesquisadora pertencente à área de Psicologia Cognitiva, tinha apenas a preocupação de descrever a natureza das categorias humanas.

Por conseguinte, nessa ótica sócio-interacionista, os usuários da língua exercem influência sobre o ato de referenciar, de tal modo que eles podem efetivamente mudar a característica dos referentes através de sua categorização ou recategorização, tornando-os instáveis e transformando-os à medida que o discurso se desenvolve. Os referentes enquanto objetos-de-discurso podem ser reformulados, desativados, modificados, rotulados, consoante certas posturas ou pontos de vista assumidos por qualquer produtor de textos mediante suas

possíveis intenções e necessidades comunicativas, dentro de certos contextos ou circunstâncias da produção discursiva.

Toda essa evolução das categorias dos objetos de discurso pode variar sincrônica ou diacronicamente, podendo até gerar divergências, discussões ou controvérsias, o que é inevitável, pois a instabilidade é própria do modo humano de entender e caracterizar as coisas. Assim “lança-se a desconfiança sobre toda descrição única, universal e atemporal do mundo” (cf. Mondada e Dubois, 1995, p.28).

E conforme assevera Koch (2002, p.79): “A realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ela: interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e cultural”.

Mondada e Dubois (1995) exemplificam como variação sincrônica o fato de haver possibilidade de uma pessoa ser tratada em um determinado contexto, por exemplo, como “antieuropéia” ou, alternativamente, como “nacionalista” dependendo do ponto de vista do emissor da mensagem; da mesma forma, na variação diacrônica tem-se o exemplo de alguém que pode ser nomeado como “traidor” e, em seguida, num discurso posterior, poderá ser categorizado como um “herói”.

Devemos ressaltar a importância que o aspecto do contexto e dos pontos de vista adquire na compreensão das categorias flexibilizadas e evolutivas, e toda essa maleabilidade é suscetível de ocorrer até mesmo na linguagem científica. Sobre isso, contemplemos o exemplo das autoras de que há uma controvérsia em Paleontologia quanto à classificação do Arqueoptérix, que é um animal com penas, porém incapaz de voar. Para os cientistas que crêem que os dinossauros têm o sangue frio, o Arqueoptérix é categorizado como um ancestral das aves; já para os paleontólogos que crêem que os dinossauros têm o sangue quente, o Arqueoptérix é referenciado como um dinossauro que, através de suas penas, mantém o calor de seu corpo. Portanto, existem aí dois julgamentos categoriais.

Barsalou (2002) igualmente afirma que o conceito de categoria não pode ser isolado do contexto em que ocorre. Basta ver, por exemplo, o conceito de “cadeira”, pois, a partir deste, diferentes idéias são geradas nas mais diferentes situações. Pode-se ter “cadeiras de escritório” num ambiente de trabalho, “cadeiras de teatro” em outro evento, “cadeiras de descanso” em uma residência e assim por diante. Logo, as situações facilitam o

reconhecimento de um objeto e, conforme podemos ver, uma situação única não pode representar todos os sentidos de uma categoria, que pode variar segundo os contextos e os indivíduos.

Porém, segundo as autoras, pode-se afirmar seguramente que, apesar de toda essa instabilidade contida nas formas de referenciação, à qual nem a linguagem científica está imune, as referências não são algo caótico, dado que os sistemas cognitivos humanos são perfeitamente estruturados para também dar certa estabilidade coerente a tudo aquilo que se designa. As autoras assim declaram sobre a atividade colaborativa de reconstrução das categorias pelos falantes: “O discurso aponta explicitamente para a não-correspondência entre as palavras e as coisas, e a referenciação emerge da exibição dessa distância, da demonstração da inadequação das categorias lexicais disponíveis - a melhor adequação sendo construída por meio de sua transformação discursiva”. (cf. Mondada e Dubois, 1995, p. 33)

Dessa maneira, percebemos claramente o fato de que os objetos sofrem uma “evolução referencial” no decorrer da enunciação, ficando a cargo dos usuários da língua tal reconstrução através de suas práticas simbólicas e intersubjetivas de linguagem.

Com base nesta noção de adaptação aos contextos discursivos, concluímos que as categorias são frequentemente reavaliadas e transformadas, podendo surgir, nos discursos, certos fenômenos lingüísticos, dentre eles o da “recategorização”, conceito o qual passaremos a discutir a partir de agora.

### **1.3. A recategorização na área da Lingüística Textual**

Vimos, no tópico anterior, que, uma vez ocorrida a categorização de um determinado objeto discursivo, esta pode tornar-se ponto de partida para que se efetuem transformações deste mesmo objeto no desenvolvimento do discurso. Assim, um mesmo referente poderá ser renomeado ou requalificado de forma alternativa, até por diversas vezes, no ato enunciativo. Destarte, gera-se uma mudança tanto em nível lingüístico quanto em nível cognitivo por meio dessa operação, a qual tem sido geralmente abordada pelos estudiosos como uma continuidade referencial, ou ainda, uma anáfora<sup>2</sup>. Logo, esse tipo de uso anafórico

---

<sup>2</sup> Todavia, em Jaguaribe (2005), comenta-se sobre os casos de introduções referenciais recategorizadoras. Tais casos não serão tratados aqui, já que nos propusemos a analisar apenas os tipos anafóricos.

representa significativas alterações do referente em virtude de uma nova categorização, que, mais apropriadamente, denomina-se “recategorização”.

Nesta perspectiva, iremos abordar a recategorização lexical realizada pelas anáforas diretas, as quais representam um fenômeno que manifesta claramente estas características de instabilidade das categorias. Embora seja um objeto de estudo de grande importância para a Linguística Textual, este fenômeno anafórico do qual trataremos, nesta pesquisa, apresenta muitas facetas que não foram suficientemente exploradas pelos pesquisadores da área.

Com o intuito de compreender melhor tal fenômeno e que funções desempenha nos diferentes discursos, analisemos agora algumas das principais acepções do tipo de anáfora em questão.

Mondada e Dubois (1995), conforme abordamos no item anterior, retratam o referente em geral como fruto de uma instabilidade gerada em torno do estabelecimento das categorias do mundo. Estas autoras frisam que existem “categorias evolutivas” capazes de se adaptar a uma diversidade de contextos, situações e pontos de vista nos discursos. Com tamanha plasticidade, tais modos de referência constituem-se como transformações de categorias, embora tais mudanças se operem de maneira provisória e negociada entre os indivíduos em suas práticas verbais simbólicas.

Mondada e Dubois (1995) verificam que todas estas variações no discurso poderiam ser interpretadas no âmbito da pragmática da enunciação, mais do que da semântica dos objetos. As autoras advertem que os objetos sociais não são mais afetados que os objetos psíquicos, cuja semântica poderia ser vista como mais precisa, mais estável ou mais próxima do real. Na verdade, os objetos sociais não representam um desvio do modo “normal” de referir; trata-se de considerar, simetricamente, a referência aos objetos do mundo psíquico e natural, segundo a concepção geral de uma categorização discursiva e cognitiva, inerente à práxis entre os sujeitos.

Interessa-nos mostrar a seguinte asserção das autoras sobre as adaptações e transformações das categorias no discurso:

*A variação e a concorrência categorial emergem notadamente quando uma cena é vista de diferentes perspectivas, que implicam diferentes categorizações da situação, dos atores e dos fatos. A “mesma” cena pode, mais geralmente, ser tematizada diferentemente e pode evoluir – no tempo*

*discursivo e narrativo – focalizando diferentes partes ou aspectos. Este domínio pode ser abordado considerando os recursos lingüísticos que servem para tematizar uma entidade, para sublinhar a saliência de um aspecto específico ou de uma propriedade de um objeto, para atrair a atenção do leitor para uma entidade particular.*

*(cf. Mondada e Dubois, 1995, p.25)*

Assim, as formas flexíveis de categorizações, que, numa visão extensional, são tachadas como “erro”, “dificuldade em nomear” ou “ignorância” por parte dos usuários, devem ser vistas, no sócio-cognitivismo, como processos normais e peculiares da maleabilidade do modo humano de referir o mundo, conforme conferimos no item (8), anteriormente.

Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), os primeiros autores a destacarem-se no estudo específico sobre a recategorização, concebem-na como um ato de referenciação que evidencia a evolução da categorização ou da bagagem de conhecimentos acerca de determinados referentes, os quais não são “mundanos”, de forma ontológica; ao contrário, são produtos culturais do homem, de maneira que, neste princípio, excluem-se certas reflexões de natureza metafísica ou filosófica.

Para Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), a operação de designar referentes pode ocasionar o abandono de uma denominação padrão, correspondente ao “nível de base” da categorização, em prol da adaptação de sua expressão substitutiva a possíveis objetivos persuasivos do indivíduo que a produz.

Os autores acrescentam que, além de manter a referência em relação a uma entidade, o tipo de anáfora em discussão pode prestar-se, simultaneamente, a uma função não-referencial, caracterizadora, modificando as informações sobre um dado elemento e fazendo-o evoluir no discurso. Exemplo:

(10) Léonie Fischer era uma jovem pessoa esquisita [...] Seu charme residia na expressão de seus olhos e no meio sorriso de sua boca. Um conhecedor de seres humanos, vendo-a, diria que não se tratava de charmes efêmeros, mas que, ao contrário, *a mulher de cabelos brancos* reteria a atenção do mesmo modo que *a jovem atual*. (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995, p. 17)

No exemplo acima, “Léonie Fischer”, referente que evolui no decorrer do discurso, não somente é identificada, como também é notavelmente qualificada por meio de sintagmas nominais sucessivos, que funcionam como termos referenciais. As formas “a mulher de cabelos brancos” e “a jovem atual” não substituem, de modo neutro ou inocente, a denominação inicial “Léonie Fischer”, uma vez que tais formas contribuem, de forma significativa, para a argumentação em favor da descrição formulada em torno do referente, conforme se observa no desenrolar do texto. Nota-se também que os sintagmas recategorizadores apontam para certas características reveladoras de uma profunda evolução do ser designado, a ponto de este parecer dois objetos discursivos distintos, já que “a mulher de cabelos brancos” e “a jovem atual” não parecem ser a mesma pessoa.

Podemos dizer, com os autores, que a função referencial que surge aliada a uma não referencial acontece porque, além de o locutor utilizar expressões referenciais que permitam a identificação do referente, tal locutor também procura categorizar os elementos em benefício de suas intenções do momento.

Assim, Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) afirmam que o uso da recategorização permite que se ultrapasse sua função puramente referencial e penetre-se em outras funções, as quais podem ser de natureza argumentativa, social, estético-conotativa e de outros tipos. Enfim, concluem os autores que o processo de referenciação pode estar em **“função de considerações superimpostas ao ato referencial propriamente dito”**. (Grifo dos autores) (cf. Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995, p.19)

Concordamos com esta acepção dos autores, especialmente no que tange à questão das funções não-referenciais atreladas ao caráter referencial. Em razão disso, em nossa proposta classificatória das funções discursivas das recategorizações, iremos sugerir certas funções argumentativas que atuam simultaneamente à função primordial de referenciar.

Seguindo o mesmo posicionamento de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), Koch (2002) define que a recategorização não só opera uma referência, mas também auxilia na interpretação dos sentidos realizada pelo receptor do texto.

Veja-se um exemplo abaixo:

(11) “Hoje, Laerte desperta ódio e perplexidade. Friamente, confessou 11 assassinatos de crianças, entre quatro e dez anos. Duas outras mortes foram confessadas

informalmente à polícia, até quinta-feira, 27. *O Monstro de Rio Claro*, como passou a ser conhecido, gostava de registrar num caderno o dia e a cidade onde passava (...) *O andarilho da morte* fez questão de dizer que tem profissão: é engraxador de portas de estabelecimentos (...)” (IstoÉ, 02/02/00) (Koch, 2002, p.106)

Em (11), verifica-se a mudança de designação de “Laerte” de acordo com a descrição feita pelo redator. Em consequência, vão sendo incorporadas novas qualificações ao referente destacado, de acordo com o prosseguimento do texto. Nota-se que as descrições sobre este objeto-de-discurso acabam por provocar outras denominações alternativas como formas anafóricas, que, segundo Koch (2002), seriam: “O Monstro de Rio Claro” e “O andarilho da morte”. Assim, estas espécies de transformações só são possíveis porque as categorias formam-se *ad hoc* durante a enunciação.

De acordo com Koch (2004), uma vez que o processamento cognitivo dos referentes se dá mediante a existência de “endereços” ou nódulos cognitivos, estes podem ser, durante o desenvolvimento discursivo, transformados ou expandidos de tal modo que, “durante o processo de compreensão, desdobra-se uma unidade de representação extremamente complexa, pelo acréscimo sucessivo e intermitente de novas categorizações acerca do referente” (cf. Koch, 2004, p. 63). A autora comprova sua afirmação com o seguinte exemplo:

(12) Com a perigosa progressão da demência bélica de Bush 2 [construção] cabe uma indagação: para que serve a ONU? Criada logo após a Segunda Guerra Mundial, como substituta da Liga das Nações, representou uma grande esperança de paz e conseguiu cumprir seu papel durante algum tempo, amparando deslocados de guerra, mediando conflitos, agindo pela independência das colônias. (...)

É. Sem guerra não dá. Num mundo de paz, como iriam ganhar seu honrado dinheirinho os industriais de armas que pagaram *a duvidosa eleição de Bush2, o Alop rado?* [nova construção a partir de uma reativação] Sem guerra, coitadinhas da Lockheed, da Raytheon (escândalo da Sivan, lembram?). Com guerra à vista, estão faturando firme. A ONU ainda não abençoou *essa nova edição de guerra santa, do terrorismo do bem contra o terrorismo do mal* [reconstrução por recategorização] (...) *O Caubói Alop rado* [reconstrução

por recategorização] já nem disfarça mais (...) (Juracy Andrade, “Delinqüência internacional”, *Jornal do Commercio*, Recife, 8 fev.2003)

A respeito disso, Koch afirma ser clara a maneira pela qual “Bush” é (re)construído no texto, de forma a amoldar-se aos objetivos persuasivos do redator do jornal. Primeiramente, temos o sintagma introdutor do referente, que é “a demência bélica de Bush 2”; em seguida, temos uma nova introdução referencial, tendo por base a reativação cognitiva da âncora “Bush”: “a duvidosa eleição de Bush 2, o Aloprado”. Adiante, temos as recategorizações de “guerra” e de “Bush” manifestas, respectivamente, por “essa nova edição de guerra santa, do terrorismo do bem contra o terrorismo do mal” e “O Caubói Aloprado”. Enfim, é possível verificarmos o alto valor argumentativo que assume a expressão referencial escolhida pelo locutor.

Sob o ângulo da cognição, a autora também alerta para o fato de que é necessário termos certos conhecimentos prévios para que haja interpretação adequada do sentido. Koch explica, por exemplo, que, para entendermos todas estas referências acerca de ‘Bush’ e da ‘guerra’, devemos saber que Bush é presidente dos EUA, assim como seu pai o foi. Também devemos ter o conhecimento da trajetória de tal presidente, de sua ideologia e de suas atitudes políticas.

Portanto, o fenômeno em questão, para Koch, ocorre quando há uma reativação do referente, seguida de acréscimos ou modificações em sua significação, e também em sua referência, o que não deixa de ser uma grande estratégia de construção textual, desempenhando funções de ordem cognitiva, discursivo-argumentativa e interacional.

Cavalcante (2003), por sua vez, corrobora a idéia de que a recategorização lexical se dá quando o enunciador discursivo renomeia uma forma referencial anafórica, a fim de adaptá-la aos seus intuítos persuasivos. A autora sugere que esta anáfora exerce algumas funções discursivas, tais como a de evitar repetições estilisticamente indesejáveis ou de avaliar o referente ao acrescentar-lhe atributos particulares.

Apesar de a autora ter definido o processo recategorizador como a passagem de uma expressão designadora para outra, ela admite, em outro estudo (cf. Cavalcante e Jaguaribe, 2002), que é possível que certas repetições lexicais que apontam para um mesmo referente não sejam co-significativas. Isto se dá porque, mesmo que não haja novas designações, pode haver

certas remodulações na significação de um item reiterado discursivamente, como acontece com os termos referenciais em certas produções textuais de cunho literário. Porém, esta é uma das questões a serem discutidas em capítulos posteriores deste trabalho.

Tavares (2003) afirma que há um processo de mudança dos objetos na enunciação, mas sustenta que a recategorização ocorre quando o locutor, ao julgar inadequada ou insuficiente a designação de um objeto discursivo, seleciona outras denominações mais convenientes ao contexto e aos seus propósitos comunicativos. Neste caso, considera-se que tal uso anafórico evidencia significativas mudanças que se devem a uma tentativa de construção de um léxico mais apropriado por parte do locutor do discurso.

Porém, em nosso ponto de vista, destacamos o processo de recategorização não essencialmente como “uma tentativa de construção lexical mais apropriada”, mas como a sinalização de certas transformações sofridas pelo referente ao longo do discurso, que atendem também a outras funções de argumentação no discurso. É óbvio conceber que a recategorização, uma vez sendo um processo lingüístico, envolve escolhas lexicais do indivíduo construtor. Contudo, em nossa visão, nem todo ato de recategorização pode ser definido como uma reação a um sentimento de não enquadramento das formas referenciais num determinado momento enunciativo.

Enfim, frisamos aqui que a contribuição de Apothéloz e Reichler-Béguelin(1995), Mondada e Dubois (1995), Koch (2002), Cavalcante (2003), Tavares (2003) e Jaguaribe (2003) foram de suma relevância para o aprofundamento das reflexões sobre a recategorização. Não obstante, resta-nos a tarefa de analisar as funções discursivas desta anáfora em foco.

Quanto à nossa posição, cumpre-nos definir a recategorização como um processo textual que revela as transformações de um referente, e a isso estão associadas mudanças de significação dos termos referenciais e alterações na condução argumentativa.

As funções discursivas das recategorizações de natureza lexical que iremos propor são: a função *avaliativa*, a *não-avaliativa*, a de *glosa*, que se subdivide em *glosa por definição*, *glosa por especificação*, *glosa por correção* e a função *estético-conotativa*. Além disso, consideramos que toda recategorização lexical também possa existir com o fim de *evitar a repetição de palavras* num texto.

A partir do objetivo de nossa proposta, é que discorreremos acerca deste tema na presente pesquisa.

## 2. PROCESSOS REFERENCIAIS

### 2.1. A proposta de Cavalcante (2003) – Tipos de introdução referencial e de anáfora

As expressões referenciais são manifestações do modo de referir ou designar. Dessa forma, a referenciação é um caso geral de operação dos elementos designadores, que, por sua vez, também envolve outras operações básicas que realizam essa progressão referencial. Definiremos, no início deste capítulo, tais atividades básicas na construção de um modelo textual. Também analisaremos, ao longo do mesmo capítulo, a organização, proposta por Cavalcante (2003), dos processos referenciais, cujas formas de manifestação a autora relacionou aos elos coesivos classificados por Koch (1989). Tal análise ser-nos-á útil para examinarmos os tipos de introdução referencial e de anáfora e, desta forma, entendermos de que maneira as anáforas recategorizadoras se inserem entre as formas referenciais.

Esta classificação de Cavalcante (2003) serviu como ponto de partida para estudos posteriores concernentes aos processos referenciais de modo geral, inclusive para o trabalho de Tavares (2003) sobre as recategorizações, o qual também será por nós analisado.

Tendo em vista a perspectiva sócio-interacionista, a qual considera a construção de uma realidade a partir da experiência dos indivíduos que convivem e interagem numa determinada sociedade ou cultura, trataremos agora das expressões referenciais como manifestações do modo de referir ou designar, conforme essa realidade “fabricada” durante os atos de fala em nossas práticas sociais (cf. Blikstein, 1985).

Podemos dizer que a referência se dá por meio de uma mediação entre a língua e o mundo. Comparemos, agora, certos conceitos básicos na visão de Koch e Marcuschi (1998) com os de Cavalcante (2003). Segundo os primeiros autores, há certas diferenças entre as atividades de “referir”, “remeter” e “retomar”. Para eles, *referir* é um ato discursivo de designação que não envolve, necessariamente, remissão nem retomada, pois é um processo geral, ou seja, todos os casos de progressão referencial são formas de referenciação textual. Em

conseqüência, *remeter* significa, então, referir, porém não quer dizer exatamente retomar, e sim referir através do processamento indicial de apontar para lugares do contexto. *Retomar*, por sua vez, implica remissão e referencialidade, já que se trata de um processo de continuidade de um núcleo referencial, quer numa relação de correferencialidade (relação de identidade), quer não.

No tocante aos princípios acima definidos por Koch e Marcuschi (1998), demonstraremos que Cavalcante (2003) toma um diferente posicionamento ao argumentar que o processo de retomada no texto só se aplica aos casos de correferencialidade. A autora assim define os termos:

*Remeter consiste em indicar, apontar, por meio de uma expressão referencial, para um referente já mencionado no texto, ou estabelecido apenas no conhecimento compartilhado dos interlocutores, ou presente na situação comunicativa real, ou situado em mais de um desses espaços ao mesmo tempo. Retomar consiste em manter um núcleo referencial, ou recuperando totalmente um mesmo referente introduzido no texto (...), ou recuperando apenas parte dele (Cavalcante, 2003, p.02).*

Enfim, esta divergente posição entre os referidos autores encontra-se no fato de que, para Koch e Marcuschi (1998), a “retomada” tem um aspecto marcadamente cognitivo, pois se relaciona à manutenção do referente na memória do interlocutor, de tal modo que pode também ocorrer através de uma relação apenas inferencial entre os termos. Para Cavalcante (2003), este mesmo conceito se relaciona unicamente à questão da identidade entre os referentes.

Adotando este conceito de Cavalcante (2003), desenvolvemos nossa pesquisa centrando-nos somente nas recategorizações que ocorrem por meio de retomadas, ou seja, por anáforas diretas, sejam totais ou parciais (conforme explicaremos adiante).

Cavalcante adota os seguintes critérios para a sua proposta de classificação dos processos referenciais, os quais, para fins de clareza, numeramos desta forma: 1) o da referencialidade; 2) o da significação; 3) o da forma de manifestação. Passemos a discutir cada um destes critérios.

1) O critério da **referencialidade** é apresentado sob dois aspectos: o da introdução / continuidade referencial e o da remissão / retomada. O primeiro relaciona-se com a divisão

das expressões de referenciação em dois grupos: o das introduções referenciais puras, sem continuidade referencial, no qual não há nenhum elemento de retomada, e o da continuidade referencial, em que há elementos responsáveis por retomar os objetos discursivos.

Analisemos, agora, o primeiro dos grupos. O que a autora considera como introdução referencial pura são os casos em que um elemento é introduzido no texto sem ter sido de nenhuma forma mencionado anteriormente na situação discursiva. Tais casos, sob o ponto de vista cognitivo, são denominados por Koch (2002) como “ativação” de um referente textual, em que este passa a preencher um nódulo, também chamado “endereço” cognitivo ou locação, na rede conceptual do modelo de mundo textual. Desta maneira, a forma de “representação” desse referente textual é destacada no modelo e também na memória de curto termo dos indivíduos que se utilizam dessa forma. Exemplo:

(13) “Imagine-se numa galeria de arte observando as pessoas olharem os quadros. Dificilmente você verá alguém com a face colada na tela. Desapego é simplesmente dar um passo para trás e observar.(...) Mestres nunca se aproximam demais das situações, mas também nunca viram as costas para elas. Mestres nunca consomem as emoções e humores dos outros, mas nunca negam sua validade”. (O passo do mestre – Internet). (Cavalcante, 2003, p.4)

Vê-se, de acordo com o trecho acima, que a expressão destacada “uma galeria de arte” representa no texto um referente novo. Significa dizer que, neste caso, não houve menção anterior do referente em questão, mas sim uma *introdução referencial pura*.

Assim sendo, os tipos de termos acima comentados não podem ser tidos como expressões anafóricas, visto que estas têm como função primordial gerar a continuidade referencial. Tais introduções referenciais puras tanto podem ser não-anafóricas e não-dêiticas, como também apenas dêiticas<sup>3</sup> e podem desempenhar as seguintes funções discursivas: pessoal, temporal, espacial, memorial e discursiva, conforme a proposta de classificação dos processos dêiticos elaborada por Ciulla (2002 – com base em Fillmore, 1971). É preciso esclarecermos aqui que o estudo dessas introduções referenciais puras foge ao escopo do

---

<sup>3</sup> Uma expressão referencial é chamada “dêitica” quando é empregada com a função de “mostrar”, isto é, apontar para os referentes cuja representação não se encontra no contexto, mas exige pressuposição do espaço e tempo em que se encontram os interlocutores (cf.Ciulla, 2002)

presente trabalho, que é estudar o caráter discursivo das recategorizações caracterizadas como expressões anafóricas.

O segundo grupo definido por Cavalcante é o da continuidade referencial, que abrange, conforme já mencionado acima, todos os casos de anáfora, havendo ou não simultaneidade com a função dêitica. A autora assevera (2003, p.5): “Diremos que à parte esses casos de introdução referencial sem continuidade, restam todas as anáforas em sentido amplo, aquelas que, de algum modo, por via direta ou indireta, remetem a uma âncora do contexto, com a qual podem ou não manter relações de retomada”.

Tal continuidade referencial cognitivamente implica uma “reativação”, nos termos de Koch (2002), pois, uma vez já introduzido no contexto um determinado referente textual, este é reativado na memória de curto termo através de uma forma referencial, resultando na permanência deste nóculo textual em foco. Veja-se o exemplo abaixo:

(14) Rio Cocó

Paisagem da Fortaleza moderna

*O Rio Cocó* é um riozinho desprezioso cujas nascentes estão situadas logo aqui na serra da Pacatuba, de onde se desloca em relação ao mar realizando um percurso sinuoso de pouco mais de 50 km de extensão. (JOAO03- Prottexto)

No exemplo (14), nota-se, efetivamente, que existe uma reativação do referente advinda de sua introdução no contexto anterior. Ou seja, “O Rio Cocó” é um termo que retoma, em forma de anáfora, o objeto de discurso mencionado previamente no texto, revelando, de fato, uma continuidade referencial.

Passando agora do primeiro aspecto, a da introdução / continuidade referencial, para o segundo, o da remissão / retomada, temos o que Cavalcante considera como os casos de anáfora direta, conforme constataremos no exemplo abaixo:

(15) “A nova mania é o pião. Na verdade, *o brinquedo* não tem nada de novo, mas voltou a entrar na moda por causa do desenho animado japonês Beyblade” (Nota do caderno Clubinho, jornal O Povo, dez. 28, 2002). (Cavalcante, 2002, p.101).

Em (15), existe o fenômeno da recategorização, pois, além de retomar o referente, o sintagma “o brinquedo” acrescenta informações ao seu antecedente. Vale mencionar que os processos de *recategorização* que serão aqui investigados constituem casos de continuidade, tais como este.

A continuidade referencial com retomada encontra-se restrita à anáfora direta total (que recupera totalmente um referente anterior explícito no texto) e à anáfora direta parcial (que retoma apenas uma parte do referente discursivo). A autora afirma não haver correferencialidade nos casos de anáfora parcial, porém observamos, da mesma forma que Tavares (2003), que seria mais coerente – e esta é a posição que adotaremos - enquadrar esse tipo de anáfora como “correferencial parcial”, posto que se trata de um tipo anafórico em que, de qualquer forma, há retomada do mesmo referente, ainda que não seja de forma total. Esta é, aliás, a posição que Cavalcante vem adotando em trabalhos mais recentes.

Notemos, então, que os exemplos (14), (15) e (16) contêm anáfora direta total e que (17) contém anáfora direta parcial.

(16) “Deve-se instituir uma censura para a Internet? De que maneira evitar que *essa rede planetária, sem dono, sem sede, sem responsável e sem controle*, seja tão invasiva e perniciosa quando posta a serviço do terrorismo, dos atentados, da pedofilia, da prostituição infantil ou da difusão de fórmulas e receitas de morte?” (artigo de opinião- JoAO1- Prottexto).

(17) “Dois inválidos, bem velhinhos, esquecidos numa sela do asilo. (...) Sem nada ver, *o amigo* remorde-se no seu canto. *O mais velho* acaba morrendo (...)

Não dorme, antegozando a manhã. *O outro, maldito*, lhe roubara todo esse tempo o circo mágico do cachorro, da menina, do enterro de rico.

Cochila um instante - é dia. Senta-se na cama, com dores espicha o pescoço: no beco, muros em ruína, um monte de lixo”. (Cavalcante, 2003, p. 4)

Percebe-se que as expressões anafóricas em (14), (15), (16) e (17) são formas de recuperação de um elemento previamente conhecido no texto. Em (14), temos que a forma referencial “O Rio Cocó” não acrescenta informações sobre seu antecedente referido. Porém, os itens (15), (16) e (17) diferenciam-se de (14) por apresentarem elementos lexicais que

remodulam os dados ou informações introduzidas acerca do referente. Assim, “o pião” foi reavaliado como “o brinquedo” em (15); enquanto “a Internet”, em (16), passou a ser chamada de “essa rede planetária, sem dono, sem sede, sem responsável e sem controle”; bem como, em (17), “dois inválidos” são retomados em partes, de modo que um deles passa a significar “um amigo” e o outro “o mais velho, o maldito”.

Julgamos que um aspecto crucial a ser analisado, nesses casos, é que, em (15), (16) e (17), dizemos que há *anáforas correferenciais recategorizadoras*, porque o referente sofre uma transformação ao longo do discurso, e isto podemos atestar através da mudança na significação dos termos relacionados ao mesmo referente. Salientamos, além disso, que estas alterações se realizam acompanhadas de certas funções observáveis no discurso. Note-se, por exemplo, que há certas recategorizações que assumem uma função claramente *avaliativa* no texto. É o caso de (16) e (17), em que as expressões “essa rede planetária, sem dono, sem sede, sem responsável e sem controle”, “o amigo” e “o mais velho, o maldito” espelham as opiniões ou posicionamentos de seus enunciadores. Porém, o mesmo parece não acontecer em (15), pois o termo “o brinquedo” recategoriza de forma explicitamente não-avaliativa, ou supostamente neutra, neste contexto, o referente “o pião”. Entenda-se, também, em (16) e (17), que os termos responsáveis pelas recategorizações possuem, além de uma função avaliativa, a função de “glosar” o objeto, ou seja, expressar sua natureza mediante sua definição. Isto acontece em (15), ao se explicar que “o pião” é “o brinquedo” e, em (16), que se trata de uma “rede planetária” aquilo que se denominou de “a Internet”. Estas observações são de grande relevância, porque constituem o tema de nossa pesquisa.

Cumpra acrescentar que não trataremos, no presente estudo, de todas as formas de expressão recategorizadora, senão apenas das que se manifestam sob a forma de sintagmas nominais que envolvem as anáforas diretas, porque este tipo é o mais comum na literatura sobre o assunto; além disso, julgamos este procedimento necessário para fins de delimitação do escopo de nosso trabalho. Diremos que aquilo que justifica o caráter de nossa investigação é o fato de que não se estudou ainda, com mais profundidade, quais funções discursivas exercem essas recategorizações. Por isso, esta é a nossa preocupação. Reconhecemos, no entanto, que a recategorização pode ser dar em outros processos referenciais.

Prosseguindo nossa análise da proposta de Cavalcante (2003), vemos que a autora não aponta apenas os casos de retomada como veiculadores de continuidade referencial, pois

há também as anáforas indiretas e as encapsuladoras, que, apesar de não recuperarem um antecedente explícito no cotexto, mantêm com ele uma relação cognitiva inferencial, porém introduzindo um novo referente contextual. Verifica-se, a partir disso, que a classificação de Cavalcante (2003), mais uma vez, difere da de Koch e Marcuschi (1998), pois, no que diz respeito às anáforas, os dois últimos autores consideram a indireta e a encapsuladora como formas de se retomar um referente, ainda que de maneira implícita e não-correferencial.

Sobre as anáforas indiretas, convém definir que estas acrescentam um outro referente não mencionado anteriormente, não obstante com vinculação indireta a um referente previamente manifesto no texto.

Abaixo se encontra um caso específico de anáfora indireta:

(18) “Lembrei dessa história em minha primeira reunião com a equipe de GALILEU para discutir as reportagens que *os leitores* vão encontrar *nessa edição*. (JoCaL06 - carta ao leitor - Prottexto)”.

A expressão “a equipe de GALILEU” aqui funciona como âncora no cotexto para as respectivas anáforas indiretas “as reportagens”, “os leitores” e “nessa edição”, que representam novos referentes relacionados cognitivamente com tal âncora cotextual.

Apesar da não-correferencialidade, segundo Cavalcante (2003), as anáforas indiretas também podem adquirir função de *recategorização* ao produzirem alterações na significação de objetos discursivos aos quais se referem de maneira implícita.

Já as anáforas encapsuladoras, que também podem recategorizar, como no exemplo abaixo, têm a função de resumir, em forma de paráfrase nominal, ou em forma de pronome, uma porção precedente do texto. Exemplo:

(19) “É de ontem a notícia de que um superpetroleiro afundou ao largo da costa báltica derramando a carga inteira no mar. Hoje se pergunta: *esta enésima catástrofe ecológica* poderia ser evitada?” (Conte, 1996, p.181)

Em (19), a expressão em destaque, neste caso, torna-se um *rótulo* que encapsula informações dispersas anteriormente no texto, de forma a sintetizar tal conteúdo num só

sintagma nominal. Segundo Conte (1996), quando este tipo anafórico é axiológico, ou seja, expressa juízo de valor, pode tornar-se um meio poderoso de manipulação do leitor. Isto é o que podemos comprovar neste mesmo item (19), em que a expressão recategorizadora aparece altamente imbuída de valor opinativo do enunciador.

Ao discorrermos, no capítulo a seguir, acerca da proposta de Tavares (2003) sobre a reorganização das recategorizações, veremos que esta autora discorda de Cavalcante (2003) no tocante à anáfora encapsuladora. Isto se deve ao fato de Cavalcante não ter mencionado que essa anáfora opera uma recategorização lexical, mas apenas uma categorização, argumentando que o rótulo encapsulador aparece pela primeira vez no discurso sem que retome, nem modifique a significação de um antecedente, mas sim de uma porção do texto, no qual o referente é apenas “esboçado”. Em trabalhos posteriores, porém (cf. Cavalcante, 2004), a autora, admitindo a recategorização como um processo cognitivo amplo, não necessariamente preso a expressões referenciais, já considera a possibilidade de recategorização em anáforas encapsuladoras.

Em resumo, quanto ao critério referencial, temos:

- **Introduções sem continuidade referencial** – As expressões não-anafóricas e não-dêiticas e os dêiticos: pessoal, temporal, espacial, memorial e discursivo;
- **Expressões referenciais com continuidade:**
  - 1) **Com retomada (anáforas correferenciais)**
    - Anáfora direta total
    - Anáfora direta parcial
  - 2) **Sem retomada**
    - Anáfora indireta
    - Anáfora encapsuladora

2) Atentemos agora para a explanação sobre o segundo critério adotado por Cavalcante (2003), o da **significação**, que traduz os conceitos considerados vitais à nossa

pesquisa: “co-significação” *versus* “recategorização”. Todavia, devemos esclarecer que a noção de recategorização assumida pela autora, com quem concordamos, vai além da mera oposição com a co-significação, pois o fenômeno em foco não é somente de natureza semântico-lexical, mas é, sobretudo, cognitivo-discursiva.

A “co-significação” designa textualmente as expressões referenciais que possuem o mesmo significado no discurso, não revelando, assim, a evolução ocorrida com relação ao referente. Vejamos o exemplo que segue abaixo:

(20) “Depois das grandes tempestades em nossas vidas, às vezes, ao invés da bonança esperada, costumamos fechar a alma para balanço. E por mais que digamos estar disponíveis ao diálogo, bem no fundo do nosso coração colocamos uma porta. E *esta porta* fica tão trancada que, se nós mesmos não abirmos, tornar-se-á quase que intransponível.” (Depois da tempestade - Internet) (Cavalcante, 2003, p.2)

Na visão de Cavalcante (2003), o sintagma sublinhado acima, “esta porta” é um tipo de anáfora direta “co-significativa”, já que não traz consigo nenhuma modificação de significado com relação ao seu antecedente; neste caso, o que há é apenas a reiteração de termos, modificando-se somente o tipo de pronome que acompanha o núcleo dos sintagmas referenciais.

Por outro lado, também existem termos que representam anáforas correferenciais cujos sentidos são diferentes. Quando isso acontece, constata-se a existência da “recategorização lexical”, que ocorre sempre que certas expressões referenciais, ao contrário de se traduzirem por uma relação de identidade significativa, mantêm entre si diferenças de sentido que refletem as transformações sofridas pelo referente, no decorrer do processo discursivo. Deste modo, o referente, visto como algo que muda no desenrolar do texto, poderá ser modificado na medida em que se lhe acrescentam novas denominações. Exemplo:

(21) “Não deixe acumular água em pratos de vasos de plantas e xaxins. Na hora de lavar *o recipiente*, passe um pano grosso ou bucha nas bordas para remover os ovos do mosquito que podem estar nas paredes ou no fundo do recipiente. Substitua a água dos vasos de plantas por areia grossa umedecida” (campanha contra a dengue divulgada em panfleto) (Cavalcante, 2003, p.110)

Nesta ilustração, ao contrário de (20), a anáfora direta total expressa por meio do hiperônimo “o recipiente”, que retoma seu antecedente “vasos de plantas e xaxins”, é de caráter recategorizador, porque acrescenta novos atributos ao referente, conforme o “projeto de dizer” do falante. Uma vez introduzido o objeto com uma determinada nomeação, ao retomá-lo mediante uma denominação alternativa, produziu-se uma mudança de significação entre os termos referenciais a ele associados.

De nossa parte, compreendemos que o termo revelador deste fenômeno em (21), no plano da função discursiva, demonstra a natureza do objeto apontado, ao evidenciar que tais “vasos de plantas e xaxins” são “o recipiente”. Da mesma forma, cremos que (21) expressa uma definição do objeto com a função de defini-lo de forma aparentemente não-avaliativa, isto é, aqui não transparece na forma o intuito de impor valorações ao referente. Acreditamos que esta função por nós considerada seja extremamente útil na composição de qualquer tipo de texto, sobretudo em textos como o de (21), que é um gênero informativo.

O que se observa, portanto, é que a recategorização está diretamente ligada ao direcionamento da interpretação do leitor provocada pelo escritor da mensagem. Além disso, sempre salienta um traço característico do ser referido.

Há ainda os casos de expressões que possuem um caráter recategorizador embora não se enquadrem em nenhum dos tipos de retomada anafórica da classificação de Cavalcante (2003). Isso porque a autora, no caso da anáfora indireta, considera três tipos: a) com categorização de um novo referente; b) com recategorização lexical implícita; c) com recategorização lexical explícita.

Quanto ao primeiro caso, temos como exemplo o item (22):

(22) Modo de preparar:

Coloque o amendoim em uma assadeira e leve ao forno médio por 30 minutos. Mexa sempre até que o amendoim esteja torrado e *a pele* saindo com facilidade. (receita- Prottexto) (Cavalcante, 2003, p.113)

Neste caso, “a pele” é uma anáfora que estabelece um novo referente tido como entidade autônoma, embora esta seja, em termos semântico-lexicais, parte do referente que lhe

serve de âncora, no caso “o amendoim”. Apontada por Cavalcante (2003) como sendo uma ligação inferencial mais complexa do que as relações entre a anáfora direta e seu antecedente, tal tipo de referência não chega a modificar o objeto ao qual se associa indiretamente; logo, não temos a recategorização neste caso.

No que tange ao segundo caso, a autora mostra o exemplo seguinte:

(23) A equipe médica continua analisando o câncer do Governador Mário Covas. Segundo *eles*, o paciente não corre risco de vida. (Marcuschi, 1998; citado também por Cavalcante, 2003, p.114)

Já neste caso, a autora demonstra um fenômeno mais conhecido como silepse, em que há uma modificação da significação de uma expressão, percebida, implicitamente, através do pronome pessoal reto. Assim sendo, a anáfora “eles” transforma, indiretamente, o referente “a equipe médica” em “os médicos”, sendo que estes são parte do referente “a equipe médica”. Portanto, existe aí uma recategorização lexical com relação à anáfora indireta. Porém, não se trata de recategorização explícita, por não haver a mudança de uma expressão nominal em outra. (Conforme ainda veremos neste trabalho, a denominação *recategorização lexical implícita/ explícita* foi introduzida por Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995).

Agora, vejamos um exemplo com relação à anáfora indireta com recategorização lexical de maneira explícita, ou seja, com mudança num referente mediante sintagmas nominais:

(24) (...) Porém se não surgir o que sonhamos  
 e os ninhos mortais forem vazios,  
 há de haver pelo menos ali  
 os pássaros que idealizamos.  
 Feliz de quem com seus cânticos se esconde  
 e julga tê-los em *seus próprios bicos*,  
 e ao *bico alheio* em *cânticos* responde.

E vendo em torno as mais terríveis cenas,  
 possa mirar-se *as asas depenadas*

e contentar-se com *as secretas penas*.

(poema de Jorge de Lima) (Cavalcante, 2003, p.115)

Este caso expressa, primeiramente, a ativação de novos referentes “seus próprios bicos”, “o bico alheio”, “cânticos” associados, de modo indireto, ao antecedente “os pássaros que nós idealizamos”. Temos ainda, conseqüentemente, a introdução de “asas” e “penas”, que, pelo mesmo processo meronímico<sup>4</sup>, remetem à mesma âncora “os pássaros que nós idealizamos”. Todavia, estas últimas anáforas apresentam um conteúdo semântico que revela uma recategorização, pois em “as asas depenadas” e “as secretas penas”, são acrescentados qualificativos aos sintagmas, que, segundo Cavalcante (2003), servem para reformular e intensificar a significação metafórica de “pássaros”, de maneira a reconstruir os sentidos e os referentes neste texto literário.

Enfim, apresentamos, brevemente, os exemplos de recategorização por anáforas indiretas, citados por Cavalcante (2003). Também mostraremos, adiante, exemplos considerados por Tavares (2003) como recategorizações através de anáfora encapsuladora. Contudo reiteramos aqui que não abordaremos estes casos, pois o que nos interessa em nossa pesquisa são apenas as anáforas correferenciais recategorizadoras.

Faz-se necessário observar agora que, em seu estudo sobre recategorizações, Tavares (2003) propõe como recategorização um outro tipo anafórico considerado por Cavalcante (2003) como co-significação: trata-se dos casos de certas expressões sinônimas cujo sentido, na visão de Tavares (2003), tem algum valor diferencial, pois acrescenta ou altera a forma de categorização anterior de um determinado objeto-de-discurso referido. Tavares (2003), então, argumenta sobre o consenso entre os semanticistas de que “não há sinonímia perfeita”. Exemplo:

(25) “A possibilidade de introduzir uma nova referência contida na expressão anafórica por meio de outra referência mencionada previamente implica que há algum tipo de relacionamento entre essas duas referências. E *essa relação* não é somente contextual, mas também ‘genérica’. (tese inédita)”. (Cavalcante, 2002, p.06)

---

<sup>4</sup> A meronímia diz respeito à anáfora que possui, com sua âncora, uma relação cognitivo-inferencial, bem como semântico-lexical, que envolve a inclusão de sentido de uma unidade lexical em outra.

Veja-se que o exemplo (25), retirado de Cavalcante (2003), mostra a relação anafórica entre termos sinônimos, que são facilmente intercambiáveis num contexto. Entretanto, Tavares (2003) considera que, em casos como (25), existe recategorização, porque, neste caso, a expressão sinônima “essa relação” acrescenta certo grau de mudança da idéia inicial que o interlocutor, nesta enunciação, tem a respeito de seu termo correspondente “algum tipo de relacionamento”. Contudo, Tavares não menciona o(s) motivo(s) pelo(s) qual (is) avalia que há grau de mudança entre as duas palavras.

Defenderemos aqui a seguinte posição: a sinonímia, que não existe de modo perfeito, é um fenômeno que se fundamenta no contexto. Por esse motivo, a co-significação dependerá de fatores contextuais nestes casos. Assim, não constatamos evoluções de sentidos entre pares sinonímicos como, por exemplo, “relacionamento” e “relação”, seja no plano denotativo, seja no plano conotativo, uma vez que, no contexto acima visto, a diferença de significação é mínima, podendo-se substituir um termo pelo outro sem prejuízos de significação. Segundo Ilari e Geraldi (2002, p.50), o reconhecimento de uma relação de sinonímia entre palavras, expressões ou construções gramaticais sempre corresponde, em alguma medida, a um “apagamento de diferenças que poderiam ser colocadas em relevo em outros contextos”. Ou ainda, os autores ressaltam que, para se identificar uma situação de similaridade entre unidades lingüísticas, é necessário “um juízo subjetivo que declara irrelevantes as diferenças existentes” (cf. Ilari e Geraldi, 2002, p.5). Dessa forma é que entendemos, por exemplo, que a diferença sufixal entre “relaciona-mento” e “rela-ção”, uma das prováveis nuances de sentido entre os dois termos, não apresenta grande relevância nesta situação, pois, apesar disso, este par ainda é percebido como sinonímico.

Somemos a isso outros exemplos de nosso *corpus*, os quais interpretamos como *co-significativos*:

(26) “Estava casado. Rufina não dispunha, é verdade, de certas qualidades brilhantes e elegantes; não seria, por exemplo, e desde logo, uma dona de salão. Tinha, porém, as qualidades caseiras, e eu não queria outras. (...) O que vou dizer não altera o que está dito. Vou dizer que *as qualidades domésticas* de Rufina davam-lhe muito mérito.” (conto *Último Capítulo*, Machado de Assis, 1997, p.60)

(27) “(...) Ouro – na Austrália; pedras- em Misora!...

“Mentira!” respondia em voz canora

O filho de Jesus...

“Pescadores!”... nós vamos no mar fundo

“Pescar almas p’ra o Cristo em todo mundo”,

“ Com um anzol – a cruz - !”

(...) Depois as solidões surpresas viam

Esses homens inermes, que surgiam

Pela primeira vez.

E a onça recuando s’esgueirava

Julgando *o crucifixo*... alguma clava

Invencível talvez!”

(poema *Jesuítas*, Castro Alves, s/d, p.71)

Nos dois itens acima, julgamos que os pares de sinônimos “as qualidades caseiras [de Rufina]” e “as qualidades domésticas de Rufina”; “a cruz” e “o crucifixo” não devem ser classificados como não-sinônimos. Uma vez levando-se em conta as exigências semânticas de tais contextos, os termos podem ser permutados um pelo outro sem haver perdas de significação. Conquanto admitamos não existir a *sinonímia perfeita*, isso não nos leva a concluir, necessariamente, que haja a recategorização do referente no discurso, afinal significação e referência não constituem o mesmo fenômeno, embora se inter-relacionem.

Assim, entendemos que os conceitos de “co-significação” e de “recategorização” devem ser considerados necessariamente divergentes.

Enfim, reflexões como essas serão bastante úteis à delimitação de nosso objeto de estudo. E, a partir delas, lançamos uma proposta de aprofundamento com relação a questões discursivas ligadas ao fenômeno da recategorização. Analisamos quais seriam outros objetivos de um locutor ao se utilizar dos termos recategorizadores, cujas alterações trazidas ao referente podem acrescentar ou não um teor avaliativo ao discurso.

3) Tomando-se o terceiro critério, o da forma de manifestação dos elementos, observemos que Cavalcante (2003) tem como ponto de partida a classificação dos elos coesivos idealizados por Koch (1989), que os divide em formas remissivas gramaticais presas e livres (que dão instruções de conexão) e formas remissivas lexicais (que, além de instruções de conexão, também dão instruções de sentido).

Para uma melhor compreensão das formas referenciais, expomos a tabela seguinte, a explicitar o modelo taxionômico de Koch (1989), pautado pelos critérios da correferencialidade e da forma de manifestação, o qual foi retomado por Cavalcante (2003):

Formas Remissivas ou Referenciais		
Formas Gramaticais (Instruções de conexão)		Formas Lexicais (Instruções de conexão e Instruções de Sentido)
Formas Presas	Formas Livres	
Artigos definidos e indefinidos; Pronomes adjetivos (demonstrativos, possessivos, indefinidos, interrogativos); Numerais cardinais e ordinais	Pronomes pessoais; Demonstrativos; Possessivos; Indefinidos; Interrogativos; Relativos; Numerais (Cardinais, ordinais, multiplicativos e fracionários); Advérbios pronominais, expressões adverbiais; Formas verbais remissivas	Grupos nominais definidos; Nominalizações; Expressões sinônimas ou quase sinônimas; Hiperônimos ou indicadores de classe; Nomes genéricos; Repetições com ou sem mudança de determinante; SN rotuladores; SN definidos, possessivos ou demonstrativos

**Tabela 1 – Formas remissivas ou referenciais na proposta de Koch (1989)**

Assim sendo, Cavalcante (2003) reúne em dois grupos todas as formas remissivas lexicais classificadas por Koch (1989), de acordo com o critério da significação, de forma que as expressões sinônimas ou quase sinônimas e as repetições com ou sem mudança de determinantes são agrupadas como anáforas “co-significativas”; ao passo que os grupos nominais definidos, as nominalizações, os hiperônimos, ou indicadores de classe, os nomes genéricos, os sintagmas nominais rotuladores e os sintagmas nominais definidos, possessivos ou demonstrativos são anáforas “recategorizadoras”.

Cavalcante (2003) consegue, então, aproximar duas perspectivas que sempre ocorreram em paralelo dentro da Linguística de Texto: o estudo da coesão e a análise de processos referenciais, acrescentando o aspecto da construção dos sentidos ao lado da referência em si.

Pelo fato de pretendermos estudar as recategorizações lexicais, que se relacionam ao aspecto da significação das palavras, trataremos exclusivamente das formas remissivas lexicais em nosso trabalho. Embora não seja nosso objetivo examinar tal fenômeno sob um prisma formal, observaremos, muito brevemente, que os traços semântico-formais de certos nomes, tais como os hiperônimos, os nomes gerais, os metalingüísticos, os nomes que indicam relação metonímica, bem como certas expressões nominais e paráfrases podem adquirir fundamental importância sobre a recategorização. Por exemplo, o usuário que pretende explicar a natureza de um referente, fornecer esclarecimentos sobre ele, ou, simplesmente, evitar a repetição de termos referenciais no texto, pode encontrar, nestes usos lexicais, meios apropriados para atingir suas finalidades. Citemos o exemplo (21), de Cavalcante (2003), que mostra a recategorização efetuada por meio de um hiperônimo. Naquele caso, o objeto que aparece, primeiramente, como “os vasos de plantas e xaxins” assume um novo aspecto ao ser retratado, em seguida, como “o recipiente”. Para nós, não seria apropriada a idéia de que o uso deste hiperônimo seja aleatório neste processo. Isto porque não se pode ignorar a maneira pela qual a propriedade semântico-formal do hiperônimo, que possui um sentido de cunho geral, enquadra-se no desígnio do locutor de glosar, ou melhor, de explicar a essência do referente de forma mais ou menos neutra, podendo evitar-se, ainda, a reiteração de palavras neste discurso informativo em (21).

Retornaremos, em outro momento, a esta concisa abordagem sobre os traços formais das anáforas recategorizadoras. Vale frisar que, por uma questão de coerência, não

privilegiaremos o ponto de vista formal, em detrimento de outros aspectos neste estudo. Não nos parece apropriado relacionar *a priori*, como o fez Cavalcante, formas coesivas a processos referenciais de recategorização, pois não é a forma que determina a transformação ou não de referentes.

### **3. PROPOSTAS DE CLASSIFICAÇÃO DAS RECATEGORIZAÇÕES**

#### **3.1 A proposta de classificação de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) – o momento do texto em que se dá a recategorização**

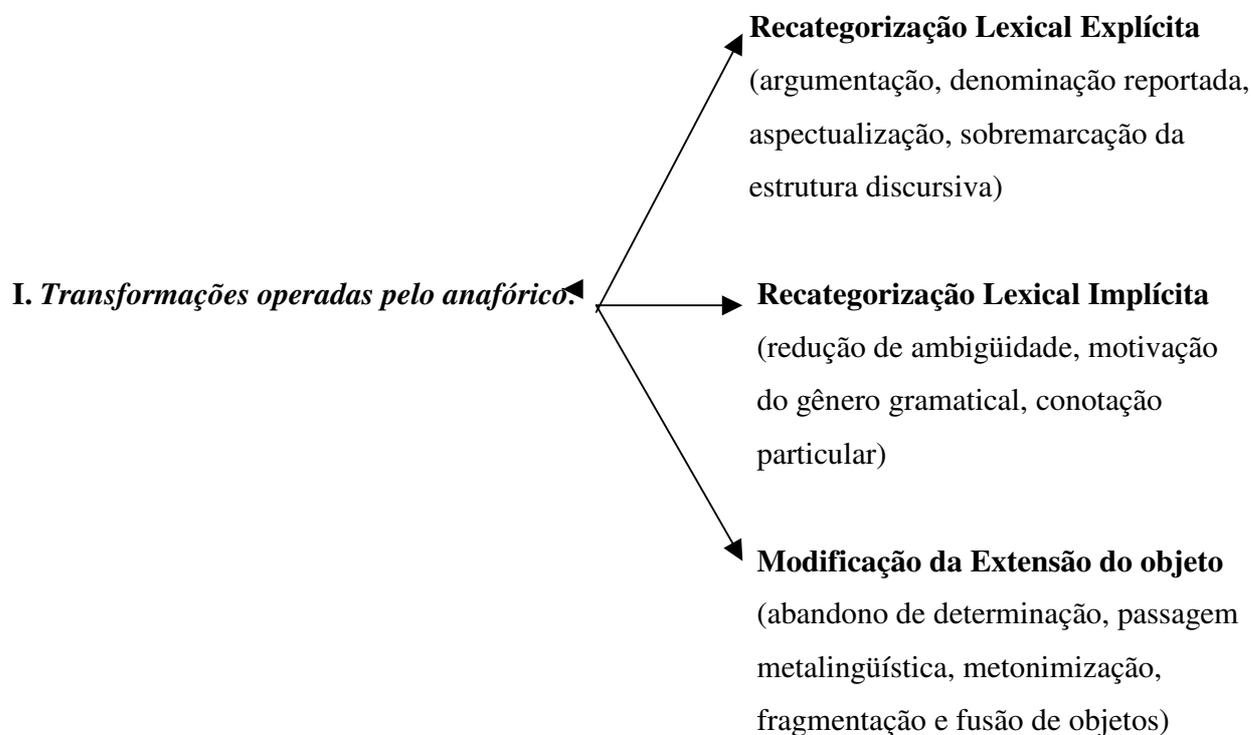
Veremos, a partir de agora, o estudo feito por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) sobre as recategorizações, que foi, certamente, de grande valia para a área do estudo em questão. Contudo, tal proposta necessita de maior coerência, principalmente no que diz respeito ao aspecto das funções discursivas das expressões recategorizadoras, tema da presente pesquisa.

Apothéloz e Reichler-Béguelin (1998), autores que se destacaram pelo seu estudo pioneiro sobre a classificação das recategorizações, defendem que a “evolução da referência” não depende de questões puramente ontológicas ou realistas, e sim da manobra de que os interlocutores se valem para transformar os conceitos a respeito dos objetos de discurso construídos. Segundo os autores, as recategorizações não somente apontam um objeto discursivo, mas também o modificam, fazendo-o sofrer diversas transformações em função de um contexto enunciativo.

Constata-se, então, que a escolha de expressões modificadoras por parte do enunciador revela que o cerne da questão não se encontra na relação entre a linguagem e o mundo, ou ainda, na busca de denominações que se adaptem de maneira “cartográfica” a uma realidade absoluta; pelo contrário, diremos que, por essas razões, a referência via linguagem é algo extremamente versátil, flexível ou adaptável ao contexto ou à visão de mundo.

Vejamos, abaixo, a proposta classificatória de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), esquematizada por Tavares (2003), com relação às possíveis formas de transformação sofridas por um referente durante a evolução do texto. No decorrer da descrição, faremos observações críticas com relação aos problemas que tal proposta apresenta.

## TIPOS DE REATEGORIZAÇÃO



### **II. Anafórico não considerando os atributos predicados do objeto;**

### **III. Homologação de atributos explicitamente predicados**

Como podemos observar, esta divisão apresenta três itens, que se relacionam à forma como se manifestam as alterações anafóricas no decorrer do desenvolvimento discursivo: o das *transformações operadas pelo anafórico*, o do *anafórico não considerando os atributos predicados do anafórico* e o da *homologação de atributos explicitamente predicados*.

Não pretendemos retomar este aspecto discursivo em nosso trabalho, pois não temos a preocupação de descrever em qual momento no corpo do texto acontecerão as transformações do elemento anafórico, nem de analisar quais atributos predicados do objeto a anáfora leva ou não em consideração. Na verdade, o objetivo de nossa pesquisa é a investigação das funções argumentativas das retomadas anafóricas recategorizadoras.

Acreditamos, pois, que a ênfase nesses aspectos mencionados não nos traga grandes contribuições sobre as funções argumentativas dos termos recategorizadores, as quais constituem o escopo da presente pesquisa. Porém, revisaremos esta proposta classificatória, detendo-nos em aspectos que mais interessam a nossa investigação.

No primeiro item, o das *transformações operadas pelo anafórico*, o objeto-de-discurso sofre uma transformação no próprio momento da designação anafórica, não havendo qualquer retomada de predicados atribuídos anteriormente, nem qualquer associação com mudanças ocorridas no contexto anterior. Este item abrange a *recategorização lexical explícita, a implícita, e a de modificação da extensão do objeto*.

Na *recategorização lexical explícita*, há a manifestação de caracterizações ou atributos sobre o objeto, que pode ser uma anáfora com item lexical reiterado e acrescido de expressões modificadoras ou então um novo sintagma nominal. Este tipo se subdivide em:

a) *Argumentação* – Expressão metafórica ou lexema marcado axiologicamente, exibindo o ponto de vista do autor da mensagem produzida:

(28) O reflexo conservador surpreendeu o vizinho gaulês. A adoção pelo Parlamento francês da lei Tubon contra o “franglês” é um exemplo bastante ridículo. **Esta nova glaciação da língua...** (Apothelóz, Béguelin, 1995, p.5)

Em concordância com Tavares (2003), nota-se que há incoerência a partir deste primeiro item, o das recategorizações lexicais explícitas: nesse exemplo dado acima como “argumentação”, Apothelóz e Reichler-Béguelin (1995) definem que a recategorização sempre se dá com o acréscimo do ponto de vista do locutor, ou seja, é um instrumento avaliativo usado em prol de uma intenção argumentativa. Ora, tal intenção é a mesma que se verifica nos outros tipos explícitos, conforme já constata Tavares (2003). Mais do que isso, esta é a mesma intenção que podemos facilmente encontrar em todos os discursos de modo geral, conforme também indica Koch (1989). Segundo ela, a linguagem passa a ser encarada como forma de ação sobre o mundo dotada de intencionalidade, caracterizando-se, dessa forma, essencialmente, pela argumentatividade. Em razão disso, o presente trabalho busca reorganizar essa classificação, esclarecendo que não há somente uma, mas várias formas de recategorização que merecem ser agrupadas sob o rótulo de “argumentativas”.

Em virtude do motivo acima exposto, julgamos que será útil sugerirmos outra denominação mais adequada ao tipo descrito como “argumentativo”. Então, preferimos chamá-la de “função avaliativa”, sempre que expressar um juízo de valor.

b) *Denominação reportada* - Quando o núcleo do sintagma referenciador não é ou não parece ser assumido pelo enunciador.

(29) Se ninguém duvida da piedade da rainha Isabel, muitos estimam que os meios utilizados para impor sua fé não são muito católicos. É ela, com efeito, que assina a lei que bane 150.000 judeus da Espanha e que fez perseguir, espionar, espoliar, torturar **estes infiéis** (Apothelóz, Béguelin, 1995, p.5)

Em consonância com as críticas feitas com relação ao subitem anterior, vemos que, em (29), o sentido do termo “estes infiéis”, que recategoriza o referente “150.000 judeus da Espanha”, também reflete uma postura da voz que o enunciador faz aparecer em sua fala, a voz da rainha. Esse pensamento manifesto no ato enunciativo revela, igualmente, um conteúdo avaliativo. Assim sendo, não é difícil notarmos a semelhança funcional que existe entre os tipos mostrados em (28) e (29). O único aspecto que os diferencia é que, neste caso, a *denominação* não é assumida pelo emissor, pois esta é uma função de “reprodução”, em que o locutor deseja convencer seu alocutário de que está apenas “retomando” uma categorização feita não por si mesmo, mas por outrem. Mas, ainda assim, existe avaliação neste tipo. Já no caso anterior, há um total comprometimento do locutor com relação à nova denominação dada ao objeto referido. Dessa forma, a denominação é assumida pelo emissor. Nesse sentido é que abordaremos essas duas funções como sendo, na verdade, a mesma função “avaliativa”. Consideramos importante, no entanto, que outros estudos um dia investiguem a relação entre as recategorizações e o fenômeno da heterogeneidade discursiva.

c) *Aspectualização* – Focaliza apenas um aspecto ou peculiaridade do objeto.

(30) No começo do séc. XX, certos poetas suprimiram a pontuação de suas obras, achando que **estes reparos da análise gramatical** não correspondiam mais à nova forma de dicção poética (Apothelóz, Béguelin, 1995, p.5).

O exemplo (30) tem também caráter marcadamente *argumentativo*, dado que, neste contexto, expõe-se uma intenção de se defender uma idéia a respeito do que se afirma; da mesma maneira, apreendemos um conteúdo *avaliativo* neste item, porque tais termos empregados para efetuar uma nova categorização acabam por adequar-se a um objetivo de fazer uma apreciação ou juízo de valor acerca do referente. Porém, achamos que a definição desta anáfora acima mostrada não a diferencia dos outros tipos classificados, porque o fato de se focalizar apenas um aspecto do objeto recategorizado não representa nenhuma exclusividade ou traço diferencial deste tipo anafórico. Ao contrário, cremos que todo locutor, em geral, no ato da recategorização lexical, limita-se a escolher sempre uma peculiaridade mais significativa ou um traço que ressalta ou identifica o objeto a que se refere, de forma a adaptar a expressão referencial a sua intenção comunicativa específica.

Em suma, visto que o caráter da *aspectualização* é um traço constante das expressões recategorizadoras em geral, não o abordaremos como um tipo específico de recategorização em nossa proposta, mas sim como uma característica que poderemos encontrar nos mais variados exemplos de expressões referenciais não co-significativas.

d) *Sobremarcação da estrutura discursiva* – Enfatiza a mudança de parágrafo, de modo a organizar melhor a estrutura textual.

(31) Os franceses e a maior parte dos francófonos têm uma relação muito forte com sua língua. Mais que um sistema de comunicação, ela é para eles um patrimônio, com todas as grandes línguas da civilização. Eles se preocupam com ela e imaginam às vezes o pior: o francês será, uma língua ameaçada, a anglicização permanente que ela sofre advém de seu empobrecimento lexical e de sua falta de criatividade. (...) Não é bem isso! **O francês** é uma linguagem evolui e se enriquece... (Apothéloz, Béguelin, 1995:5).

Tavares (2003) assevera que a função de *sobremarcação da estrutura discursiva*, demonstrada em (31), também repercute no reforço argumentativo. Porém a mesma autora afirma ainda que o critério utilizado pelos autores na *sobremarcação da estrutura discursiva* parece ser diferente do critério funcional que se observa nos demais tipos lexicais explícitos,

pois agora há uma certa ênfase na organização estrutural do texto, e não mais na função que essas anáforas exercem no discurso. Concordamos, então, que este fato prova que os critérios de divisão de tais tipos de anáfora são de natureza variada, sendo necessário haver mais homogeneidade nesses critérios.

Quanto às *recategorizações lexicais implícitas*, ocorrem quando não percebemos um acréscimo no conteúdo “lexical”, pois a recategorização é feita através de um pronome que remete a um objeto e o retoma, transformando-o sob algum aspecto. Isto ocorre, por exemplo, em:

(32) O guarda traz a refeição.

Primeiro preso: Que é isso?

Guarda: Um consomê à moda do chefe...

Os homens começam a comer...

Segundo preso: **Ela** não é “comível”. (Apothéloz, Béguelin, 1995, p.255)

Em (32), o emprego do pronome “Ela” sugere uma conotação particular ao contexto. Isto se dá porque esse pronome retoma o sintagma “Um consomê à moda do chefe”, de forma que transforma o próprio referente, que passa a ser não um consomê, mas uma gororoba, e modifica a significação inicial do sintagma anteriormente expresso no texto. Não pretendemos tratar desse tipo de recategorização, porque nosso objetivo está circunscrito aos casos das formas lexicais explícitas. Portanto, passemos ao comentário sobre o próximo item.

No item das *modificações da extensão do objeto* ou de seu estatuto lógico, indica-se uma forma de recategorização que nem sempre se dá em nível lexical, mas através de termos gramaticais. Julgamos, com base em Tavares (2003), que este item manifesta mais uma das falhas nos parâmetros de divisão. Isto porque Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) utilizam o critério de explicitude/implicitude nos dois itens anteriores da classificação e, neste terceiro item, passam a utilizar o critério morfossemântico, sem relacionar à questão funcional-discursiva que vinham adotando até então. Por isso, enfatizamos a observação de que, neste item, as funções discursivas deixam de ser abordadas. Isto corrobora mais uma vez o

argumento de que os critérios de classificação dos autores são bastante oscilantes. Para comprovar esta afirmação, leia-se o exemplo seguinte:

(33) Pierre Grosz, um compositor, explica suas relações com aqueles que o cantam. (Apothelóz, Béguelin, 1995, p.06).

Em (33), temos um caso apontado como uma *modificação da extensão do objeto*, em que não se percebe mais a aplicação de critérios formais (se a recategorização é feita por pronome ou sintagma nominal), e sim a observação do caráter semântico-lexical da expressão anafórica. Este tipo, por exemplo, é enquadrado pelos autores nos casos de “metonimização”. Ou seja, atenta-se agora para o *sentido* figurado que a recategorização imprime à frase (relação metonímica – música do compositor pelo próprio nome do compositor). Da mesma forma, não há mais a preocupação com o aspecto discursivo, observado em outros tipos, os quais foram classificados segundo as funções que cumprem no discurso, ou seja, segundo as possíveis intenções do falante - vale mencionar o exemplo (28), de recategorização “argumentativa”, cuja denominação dada pelos autores se deve à função discursiva que caracteriza essa anáfora.

Não obstante, em nossa proposta tipológica das funções discursivas das recategorizações, falaremos do aspecto metonímico presente na função de *glosa*, a qual pode se realizar através de nomes que expressam essa relação. Associaremos, pois, os traços semântico-formais destas expressões à sua funcionalidade.

Em suma, nos casos de *modificação da extensão do objeto*, dá-se ênfase ao caráter morfossemântico das expressões. Isso se relaciona, em certa medida, ao aspecto das funções discursivas, pois o uso de certas anáforas recategorizadoras que contêm nomes não só de caráter metonímico, mas de sentidos gerais, hiperonímicos, hiponímicos, metalingüísticos, nomes especificadores (hipônimos) ou de outros tipos pode auxiliar os locutores a atingirem seus propósitos discursivos (ver capítulo 5).

O segundo item trata dos casos em que o objeto sofre uma modificação de atributos, entretanto o anafórico não considera os atributos predicados do objeto.

(34) A ostra, da grossura de um calhau médio, é de uma aparência muito enrugada (...) É um mundo obstinadamente fechado. Mas pode-se abri-la: é preciso tê-la no oco de um esfregão... (Apothelóz, Béguelin, 1995).

O exemplo mostrado em (34) enquadra-se nos casos de retomada através de formas implícitas; conforme já dissemos, não refletiremos sobre esses tipos anafóricos, mas apenas acerca de alguns dos possíveis propósitos comunicativos do locutor ao se utilizar de expressões referenciais não co-significativas representadas por sintagmas nominais.

No que se refere ao terceiro item, a *homologação de atributos explicitamente predicados*, a expressão anafórica leva em conta as transformações sofridas pelo objeto e as homologa.

(35) Um jovem suspeito de ter desviado uma linha telefônica foi interpelado pela policia de Paris. Ele havia “utilizado” a linha de seus vizinhos destinado aos Estados Unidos por um montante em torno de 50.000F. **O bisbilhoteiro...** (Apothelóz, Béguelin, 1995, p.6).

Este último caso é semelhante a (28), designado pelos autores como “argumentação”, de forma a apresentar uma recategorização lexical explícita, expressa por um sintagma que indica juízo de valor. Por conseguinte, de acordo com a presente proposta, analisaremos essa expressão anafórica como *argumentativa*, também *avaliativa*. E, conforme justificamos anteriormente, não julgamos de grande utilidade aos nossos propósitos de pesquisa considerar as transformações do referente que o anafórico leva ou não em conta ou em que momento no texto isso ocorre.

Enfim, examinando a sugestão classificatória de Apothelóz e Reichler-Béguelin (1995), concluímos que se trata de um estudo de extrema relevância, por ter sido uma pesquisa pioneira sobre as recategorizações, servindo de suporte a outros estudos posteriores; no entanto, é inegável que este mesmo estudo mostra problemas advindos da falta de critérios mais rigorosos e homogêneos no que diz respeito a essa divisão.

Por essa razão, percebemos que as funções discursivas das recategorizações, tema central de nossa pesquisa, não foram abordadas adequadamente, pois tal aspecto não foi avaliado em todos os itens da classificação. Além do mais, em um item em que se considerou

essa questão, houve uma classificação equivocada no que concerne à função *argumentativa* das recategorizações, pois, a nosso ver, todas as expressões anafóricas podem ser argumentativas, dependendo do contexto, não somente uma, como apontam Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995).

Também por conta de toda essa heterogeneidade de critérios da proposta desses autores, achamos que não houve uma preocupação mais detida com o caráter argumentativo dessas anáforas, tornando-se necessário um estudo que procure avaliar esse aspecto de maneira mais acurada, inclusive propondo a análise de outras funções não analisadas pelos autores.

Em nosso trabalho, sugerimos, pois, uma forma de divisão de alguns tipos de recategorizações especificamente baseadas no aspecto das funções argumentativas: a função *avaliativa*, a *não-avaliativa*, a de *glosa* que se subdivide em: *por definição*, *por especificação*, *por correção* e a função *estético-conotativa*. Além da função de *evitar a repetição de palavras* num texto. Isso nos leva a crer que nossa proposta atingirá uma maior coerência no que se relaciona à questão do parâmetro a ser adotado, sendo também um estudo que busca um maior aprofundamento no tema em questão.

Mostramos, ainda, que Lima (2003), em seu trabalho fundamentado nas bases teóricas da Linguística Textual e Cognitiva, propõe-se a realizar a descrição de como se constrói o efeito humorístico a partir das ocorrências de (re)categorizações metafóricas, e a apresentar uma proposta de classificação para o tipo de ocorrência analisado. Para tanto, retoma o esquema de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), tomando como ponto inicial de análise um dos subtipos das Recategorizações Lexicais Explícitas classificados por tais autores, o da Argumentação, conforme o exemplo (28).

A autora argumenta que tais casos de (re)categorização metafórica não se limitam apenas aos tipos lexicais explícitos, mas, da mesma forma, podem existir em certos tipos implícitos. A recategorização lexical implícita, como vimos, é também abordada por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), porém se restringe a recategorizações seguidas de pronominalização, que são os casos de silepse exemplificados em (32). Lima (2003) discorda da proposta dos dois autores ao sugerir um outro tipo de recategorização que não se realiza no plano lingüístico-cognitivo, mas somente em nível de cognição. Em outras palavras, a (re)categorização metafórica tanto pode ser encontrada em casos de Recategorização Lexical Explícita, em que se insere o subtipo Argumentativo, de acordo com Apothéloz e Reichler-

Béguelin (1995), como também em casos de (re)categorizações metafóricas que se processam unicamente no nível cognitivo, não deixando nenhuma marca lexical explícita na superfície do texto. Conseqüentemente, Lima (2003) sugere dois tipos de Recategorização Metafórica: as que são Manifestadas Lexicalmente e as que Não são Manifestadas Lexicalmente. Veja-se, abaixo, um dos textos cômicos analisados por Lima (2003):

(36) “A mulher está esperando o trem, na plataforma da estação ferroviária, superapertada, com vontade de urinar. Pra variar, o trem está atrasado, e se ela perde esse não consegue chegar a tempo no serviço. Mas o trem não vem, e a vontade de fazer xixi aumenta. Ela olha pro relógio, será que dá tempo? Mas e se o trem chegar justo na hora que ela for mijar? Ela se contorce daqui e dali, até que não agüenta mais e vai ao banheiro.

Quando ela volta, o seu trem havia chegado e já havia partido. Inconformada, ela senta no chão da plataforma e começa a chorar. Ao vê-la assim, o mineirinho aproxima-se de mansinho, e diz a ela, solidário:

- Ô, Dona! Pur que esta choradera?

- É que eu fui mijar e o **trem** partiu! – explica a mulher.

E o mineirinho:

- Uai, mas a senhora já num nasceu com o **trem** partido?”(Sarrumor, 2000) (Lima, 2003, p. 122)

O fator que desencadeia o riso neste tipo de recategorização através de anáfora indireta por metáfora (= o trem da mulher), segundo Lima (2003), é a quebra de expectativa do leitor, que passa da ativação de um determinado conhecimento de mundo, no caso, “o trem”, meio de transporte, para outro conhecimento sobre o “órgão genital feminino”. Logo, faz-se necessário um esforço cooperativo do leitor para a construção do sentido desta recategorização baseada na inferência, que, por essa razão, é também denominada por Lima (2003) como “cognitiva”, portanto “não manifestada lexicalmente”.

De fato, notamos que o fenômeno da recategorização neste gênero piada exige maior empenho interpretativo por parte do leitor, contudo mantemos um posicionamento diferente do de Lima (2003) quanto a esta classificação atribuída à recategorização “o trem”, do item acima. Vemos que a palavra “trem”, apesar de se repetir no texto, mudou lexicalmente,

pois houve uma *polissemia*, isto é, uma mesma forma para mais de um sentido (trem = meio de transporte e trem = metáfora de órgão genital feminino). Ora, toda polissemia é necessariamente lexical. Por conseguinte, classificamos a recategorização acima como cognitiva e lexical.

Falaremos um pouco mais sobre a recategorização “cognitiva” ao descrevermos a proposta de Tavares (2003) no próximo item.

Enfim, Lima (2003) não teve o objetivo de estudar variadas funções discursivas na análise das (re) categorizações metafóricas e, além disso, seu trabalho encontra-se circunscrito ao texto humorístico.

### 3.2. A proposta de Tavares (2003) - O critério da função referencial

Tavares (2003), por sua vez, ao refletir sobre a necessidade de uma nova proposta de reorganização das recategorizações de modo geral, sugeriu um tipo classificatório que atentasse também para outras questões como:

- a ausência / presença de retomada dos referentes,
- o processamento cognitivo (com ou sem repercussão lexical),
- as transformações léxico-semânticas e
- as funções discursivas das recategorizações.

A sugestão de Tavares (2003) levou em conta questões de referência e de sentido. Para isso, a autora propôs uma nova divisão baseada em critérios mais homogêneos, portanto, mais coerentes do que os de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995).

Entretanto, o aspecto funcional-discursivo abordado pela autora foi, privilegiadamente, o referencial. Então, revisaremos esta proposta com o fito de mostrar que as funções argumentativas das recategorizações deixaram de ser contempladas.

Os critérios eleitos por Tavares (2003) são: o critério de *retomada*, de *cognição*, de *significação* e de *explicitude/implicitude*. A autora lembra que os critérios são todos intimamente correlacionados, embora possam ser explicados separadamente.

Analisando o critério de retomada, que se associa à referencialidade, vemos que Tavares (2003) toma por base a classificação de Cavalcante (2003), a qual, como vimos, divide os processos referenciais em: *expressões anafóricas com retomada*, que são a *anáfora direta*

*total* (correferencial) e *anáfora direta parcial* (não-correferencial); expressões anafóricas sem retomada, que são a *anáfora indireta* e *encapsuladora* (ambas não-correferenciais).

No caso das anáforas diretas parciais, concordamos com Tavares (2003), com relação à correferencialidade, que seria mais acertado classificá-las como *correferenciais parciais*, posto que há nesse tipo uma retomada não total, mas pelo menos parcial dos referentes. Em consonância com Cavalcante (2003), Tavares (2003) afirma ser a característica da retomada o que diferencia os casos de anáfora direta dos de anáfora indireta e encapsuladora.

Adicionando agora o critério cognitivo, Tavares (2003) explica que, se concebermos os processos de recategorização como essencialmente cognitivos, aceitaremos a idéia de que as expressões referenciais, independentemente de haver ou não correferencialidade, serão sempre recategorizações em nível cognitivo, o que pode ou não refletir-se no aspecto lexical do fenômeno.

Por outro lado, afirma a autora que, se atentarmos para os processos referenciais sem retomada de referentes, os quais não manifestam correferencialidade, podemos perceber casos de categorização e recategorização somente num nível cognitivo.

Em outros termos, a proposta de Tavares (2003) implica que, além da recategorização que acrescenta mudanças ao referente tanto num plano cognitivo quanto num plano de significação lexical, existe um outro tipo que não manifesta reflexos dessa mudança em nível de léxico. Segundo Tavares (2003), existem dois modos de se analisar os tipos de recategorização: um sob o ângulo *cognitivo-lexical*, que traz alterações a respeito das idéias ou concepções iniciais que os indivíduos têm acerca de um objeto, refletindo-se através de modificações no próprio significado das expressões recategorizadoras; e outro sob o ponto de vista *cognitivo*, que apresenta alterações unicamente a respeito dessas idéias sobre o objeto.

Portanto, vemos que, em profunda relação com o nível cognitivo, existe o critério de significação, o qual se retomou de Cavalcante (2003), que, embora não tenha considerado os tipos lexicais e cognitivos de recategorização, reintroduziu as noções de “co-significação” e “recategorização”, ambas caracterizadas pelo diferentes traços de significações que apresentam.

O critério de significação está intimamente associado ao critério cognitivo pelo fato de existirem duas perspectivas de análise dos tipos de recategorização, conforme já

explanamos acima. A diferença entre a recategorização cognitiva e a cognitivo-lexical não está no aspecto da referência, pois em ambos os casos há a introdução/continuidade referencial. Tal diferença encontra-se justamente no âmbito da significação. Em outros termos, a recategorização cognitiva não se associa diretamente ao sentido das expressões, mas a uma remodulação de idéias a respeito do referente; ao passo que, na recategorização lexical, a mudança de sentido dos termos é visivelmente expressa no texto, embora haja casos em que essa transformação não se manifeste num plano formal, mas somente em nível referencial e semântico, como ocorre nos casos de repetição de palavras, conforme veremos adiante.

Por último, Tavares analisa o critério de explicitude/ implicitude, retomado de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), o qual já foi definido anteriormente. Analisemos, sumariamente, os processos recategorizadores previstos na reorganização de Tavares (2003).

Nos processos de retomada manifestados por *anáfora direta total*, são sugeridos dois casos: ou de recategorização manifestando-se no plano lexical, ou mantendo a co-significação (ou seja, não realizando a recategorização lexical). Podemos ver, por exemplo, no item (20), um caso de anáfora direta com recategorização lexical. Já em (25), temos o que Tavares (2003) considera como um caso de “recategorização cognitiva co-significativa”, ao contrário de Cavalcante (2003), que afirma haver, neste caso, apenas um processo de “co-significação”. E, neste ponto, seguimos o posicionamento desta última autora, conforme já expusemos no capítulo anterior.

Nas retomadas por *anáfora direta parcial*, as expressões também são recategorizadas cognitivamente. De acordo com Tavares (2003), ou se mantém a co-significação ou se recategoriza lexicalmente o referente, porém mudando sua extensão. Sobre isso, vejam-se os itens abaixo:

(37) “Durante dois meses, o subeditor Leonel Rocha, da sucursal de Brasília, tentou encontrar trinta generais que tiveram importância no governo militar. Conseguiu falar com *catorze deles*. *Os outros* não foram localizados, nem o exército informou seu paradeiro”. (JoCaL09 – Carta ao leitor - Prottexto)

Em (37), de acordo com Tavares, a anáfora direta parcial mantém a co-significação, pois não acrescenta novas informações ao discurso. Logo, a recategorização se

dá, neste caso, apenas no plano cognitivo, em que o interlocutor realiza uma inferência para compreender que o sintagma “trinta gerais” é uma das partes do referente introduzido anteriormente.

(38) “Tivemos, na última semana, dois fatos que comprovam essa tese. *O primeiro* é o plebiscito que está sendo realizado por iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e de mais algumas dezenas de instituições, para ouvir o povo brasileiro (...) *O segundo grave problema* seria o que o ex-presidente Itamar Franco acaba de definir como “corrupção acadêmica” que estaria caracterizando o atual governo”. (JoEd04- Editorial – Prottexto)

Neste caso, a autora explica que, na medida em que o referente “dois fatos” é fragmentado, temos com relação a este, duas referências parciais, que são “o primeiro” e “o segundo grave problema”. Segundo a autora, no caso de “o primeiro”, temos uma recategorização cognitiva, pois só o fato de desdobrarmos o referente em partes, já significa que o modificamos cognitivamente. Porém, em “o segundo grave problema”, temos uma recategorização nos dois planos, cognitivo e lexical, pois se efetua uma mudança na significação do referente, ao ser imputada uma nova característica que se mostra, avaliativamente, através do modificador “grave” e da carga negativa do nome-nuclear “problema”. Desta forma, as expressões anafóricas acima retomam o objeto, transformando-o em partes, através da aspectualização de seus traços.

Estamos de acordo com Tavares (2003) quando esta afirma que, em casos como (37), existe recategorização com relação à anáfora direta parcial. Porém, achamos que este tipo de recategorização também aconteça em nível do léxico, pelo fato de já haver a mudança de significação lexical no momento em que se desmembram as partes de um referente. Em razão disso, discordamos da nomeação “recategorização cognitiva co-significativa” sugerida pela autora.

Examinemos, agora, os casos de não-retomada de referentes, portanto de não-correferencialidade. Na anáfora indireta, havendo recategorização por repetição de palavras, conseqüentemente, haverá, ao nível da significação, uma recategorização lexical, a qual pode vir acompanhada de uma mudança na extensão do referente.

A anáfora indireta com repetição, recategorização cognitiva e lexical e com mudança de extensão se dá em ocorrências do tipo:

(39) “... um artigo... de setembro último e consagrado inteiramente ao CORAÇÃO, a *sua* etimologia e as *suas* significações”. (Apothéloz e Reichler-Béguelin, 1995, p.05)

Concordamos com esta afirmação de que o sintagma “coração” designado acima sofre uma recategorização cognitiva e lexical. Isto acontece porque, segundo Tavares, há uma reiteração cognitiva desse sintagma operada pelos pronomes “sua” e “suas”, que efetuam uma mudança também na significação lexical, realizando-se a passagem da designação de “coração” enquanto “órgão do corpo humano” para o referente “expressão lingüística”, mudando, assim, sua extensão. Tavares conclui que essa transformação sofrida pelo referente é total, chegando a construir uma nova categoria em meio ao discurso.

O item (40) ilustra, abaixo, a ocorrência de anáfora indireta com repetição, recategorização cognitiva e lexical:

(40) “No meio do caminho tinha uma pedra  
 tinha *uma pedra* no meio do caminho  
 tinha *uma pedra*  
 no meio do caminho tinha *uma pedra*.  
 Nunca me esquecerei desse acontecimento  
 na minha vida de minhas retinas tão fatigadas.  
 Nunca me esquecerei que no meio do caminho  
 tinha *uma pedra*  
 tinha *uma pedra* no meio do caminho  
 no meio do caminho tinha *uma pedra*”. (poema No meio do caminho,  
 Carlos Drummond de Andrade, p.71)

Em (40), a cada vez que se repete o item lexical “uma pedra”, acontece uma nova introdução referencial, que se associa a âncoras existentes ao longo do discurso, na medida em que não se retoma o mesmo referente. Em meio a tais repetições, ocorre uma recategorização

lexical, pois aí se apresentam sentidos conotativos, embora o item lexical seja o mesmo. Essa reiteração de termos faz evoluir as idéias do interlocutor acerca dos referentes.

Já a anáfora indireta pode ocorrer através de categorização cognitiva, sofrendo uma recategorização apenas lexical, consoante Tavares. Duvidamos, porém, que também neste caso não haja transformações no objeto anteriormente introduzido. Para melhor explicar nosso pensamento em relação com o da autora, leiamos este exemplo seguinte:

(41) Este é o material que chegou aqui, do Banco Real. Desculpe por ter sido aberto *um envelope*, por engano, pelos meninos. Aqui tudo está bem. Recomendações à família. (EBi011 – Bilhete – Prottexto)

No caso acima, o sintagma em destaque é uma anáfora indireta por não retomar diretamente nenhum referente anterior na enunciação. Neste caso, “um envelope” é uma anáfora que introduz um novo referente ao discurso, fazendo com que, cognitivamente, tal referente seja apenas categorizado, operando uma recategorização somente lexical, pois, quanto à significação, temos um acréscimo de informações ao discurso, segundo o que diz a autora.

Entretanto, julgamos que, no caso acima, tem-se uma categorização cognitiva e lexical de um “um envelope” e a recategorização também nos mesmos níveis cognitivo e lexical de “o material”, já que a configuração dele vai mudando à medida que as relações metonímicas se acrescentam.

A anáfora encapsuladora, por sua vez, não recategoriza objetos no plano lexical, pelo fato de condensar somente as informações que se encontram difusas no texto; por isso, há neste caso somente uma categorização no plano lexical, mas uma recategorização no plano cognitivo-referencial. Exemplificamos esse caso em (19), em que a anáfora encapsuladora opera uma recategorização cognitiva, em que o rótulo, que encapsula as informações, imprime novas atribuições ao contexto, remodelando as concepções iniciais relacionadas ao objeto.

Em conformidade com a autora, diremos que o rótulo encapsulador fornece uma nova interpretação da porção textual em termos cognitivos, o que não significa dizer que houve uma recategorização no plano do léxico. Como nem sequer houve uma “categorização” do

referente em termos lexicais, julgamos que não podemos falar de recategorização lexical nesta situação.

Em suma, vemos, em Tavares (2003), uma proposta baseada na ocorrência de expressões referenciais que sofrem recategorizações cognitivas sem passarem por uma recategorização lexical e vice-versa; assim como esses dois tipos podem acontecer simultaneamente.

Sem dúvida, consideramos os critérios propostos por Tavares (2003) mais sistemáticos dos que os de Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), porém, diremos que a classificação de Tavares (2003) é um tanto densa. No esquema da autora, acrescentam-se ainda funções discursivas às recategorizações lexicais explícitas e implícitas pertencentes ao campo da anáfora direta total; porém estas funções limitam-se a definir se há ou não um valor argumentativo na descrição dessas anáforas. Conforme já dissemos, essa consideração sobre a dicotomia argumentativa/ não argumentativa não julgamos pertinente. Diremos que todas as recategorizações têm função argumentativa com uma variação que, provavelmente, dá-se apenas em termos de grau e de natureza.

Ainda no que concerne ao aspecto funcional, Tavares (2003) utiliza o critério da referencialidade, não abordando a variedade de funções discursivas possíveis de serem cumpridas pelas recategorizações. Eis por que nos propomos a investigar o aspecto funcional deste tipo anafórico.

## 4. AS FUNÇÕES DISCURSIVAS DAS RECATEGORIZAÇÕES

### 4.1. As escolhas do locutor entre as formas referenciais no discurso

Adotando o pressuposto de que a língua se realiza através de escolhas, desejamos ressaltar o caso específico da recategorização lexical, que acontece enquanto processo que envolve escolhas com relação ao uso de formas referenciais diferentes para um mesmo objeto enunciativo (Este, pelo menos, é o tipo de processo tido como mais usual; todavia vimos que são comprovados também casos de recategorização através da repetição de termos lexicais). Dito de outra forma, o ato da recategorização não-pronominal, que, comumente, acontece por meio de sintagmas nominais alternativos, representa um mecanismo pelo qual o emissor opera escolhas lexicais a fim de satisfazer seus intuitos comunicativos. Observemos o que dizem Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995, p.6): “As virtualidades inovadoras do ato referencial transparecem bem no emprego das anáforas lexicais, domínio onde a amplitude de escolhas nos meios lingüísticos utilizados é acrescida pelo próprio fato de que o objeto designado já é identificado, e em geral denominado, dentro do modelo de mundo construído pelo discurso (...)”

Reportemo-nos à asserção de Dubois et al. (1973) de que um enunciado só tem um sentido completo na medida em que o falante toma decisões, faz escolhas entre diversos itens ou unidades lingüísticas no decorrer do processo da enunciação. Sob uma perspectiva discursiva, Koch e Marcuschi (1998) também chamam a atenção para o fato de que todo enunciador pode escolher elementos lexicais variados para efetuar a designação de referentes já introduzidos no texto. E uma das conseqüências dessa variação é a não co-significação dos termos, sendo que a significação sempre será essencialmente contextualizada. Eis a razão por que a recategorização pode se realizar numa relação de correferencialidade através de termos não-sinônimos.

No entanto, os mesmos autores supracitados fazem advertência quanto ao que se deve entender por “escolhas lexicais adequadas”. Estes autores explicam que “a seleção lexical pode ser vista como um mecanismo que no discurso cria e mantém seus objetos”, o que torna difícil falar da adequação referencial, pelo menos enquanto concepção realista de significação. (cf. Koch e Marcuschi, 1998, p.12) Com efeito, quando se define a recategorização como um

processo de escolha entre formas referenciais alternativas, o que envolve adequação ao contexto enunciativo, não significa que essas formas correspondam, de modo acabado e simplista, àquilo que designam, pois as classificações dos objetos não são exatas nem definitivas. Conforme explicam Mondada e Dubois (1995), nunca poderemos considerar que uma palavra ou categoria adequada é decidida *a priori*, anteriormente a sua enunciação; tampouco poderemos dizer que existe um locutor ideal que se limita a buscar a palavra perfeitamente apropriada dentro de um estoque lexical. Ao contrário, “o processo de produção das seqüências de descritores em tempo real ajusta constantemente as seleções lexicais a um mundo contínuo, que não preexiste como tal, mas cujos objetos emergem enquanto entidades discretas ao longo do tempo de enunciação em que fazem a referência” (cf. Mondada e Dubois, 1995, p.33). Por isso, o ato de optar pela expressão que mais se encaixa no discurso corresponde tão somente a fatores do contexto comunicativo e jamais a uma idêntica relação entre termo selecionado e objeto real do mundo.

Tavares (2003), por sua vez, afirma que, ao escolhermos outros termos para um mesmo referente, podemos ter vários objetivos, como: evitar repetições, ambigüidades ou até acrescentar alguma avaliação. Sobre este último objetivo, é oportuno registrar a afirmação de Palmer (1976, p.123): “Fazemos juízos de toda a espécie e não apenas em termos de ‘bom’ e ‘mau’. (...) e fazemos ainda outro tipo de juízo quando escolhemos as palavras. O significado das palavras não é apenas uma questão de fatos objetivos, há nele muito de subjetivo (...)”.

#### **4.2.A intencionalidade e a argumentatividade na referenciação**

Uma vez dito que o ato de recategorizar envolve a efetuação de escolhas lexicais por parte de seu enunciador, acrescentemos o fato de que essas opções lexicais são sempre associadas a uma intencionalidade do enunciador. Sintetizaremos agora o que alguns estudiosos observam sobre esta questão.

Para Harman (1999), a intencionalidade é uma relação com um objeto intencional. Por exemplo, quando alguém se refere a George Miller como “um cientista cognitivista”, o objeto intencional de seu pensamento é George Miller enquanto cientista cognitivista. Este alguém possui, pois, uma representação mental desta referência “um cientista cognitivista”. Tal objeto expresso através da linguagem pode ou não ter uma existência real no mundo, pois

aquilo a que se refere é apenas um conteúdo de intenções. Portanto, a intencionalidade é vista por Harman (1999) como uma característica importante da cognição.

A despeito disso, achamos, ao contrário do autor, que tal fator discutido não se esgota no aspecto das representações mentais; a intenção, na verdade, passa a ser um relevante aspecto para a interação verbal.

Os autores Beaugrande e Dressler (1981), por sua vez, tiveram o mérito de elencar sete fatores cruciais da textualidade, dentre os quais se incluiu a intencionalidade, aqui relacionada aos propósitos a serem alcançados pelo emissor por meio da expressão verbal. Definindo em sentido restrito, dizem os autores que todo emissor tem por intenção precípua construir um texto coeso e coerente. Porém, em sentido mais amplo, a intencionalidade significa os modos pelos quais os produtores planejam seus textos a fim de obterem êxito com relação a suas intenções comunicativas. Segundo os autores, as atividades de produção e recepção de textos funcionam como “ações discursivas” relevantes para a obtenção de resultados que condizem com nossos intuitos.

Conforme focaliza Chaves (2004, p.02):

*O momento da intencionalidade aparece como um atributo de vontade de uma mensagem ao ser propositadamente direcionada, de ser arbitrária para atingir o seu destino. É a interação de competências distintas existentes nos diferentes mundos: o mundo do emissor da mensagem e o mundo de referências do receptor, em sua realidade de convivência e para onde o conhecimento se destina.*

Segundo Koch e Travaglia (1999), a argumentatividade é um traço marcante, subjacente à intencionalidade enquanto aspecto de cunho cognitivo do uso lingüístico. Podemos dizer, então, que, ao recriar um referente por meio de sua recategorização, o emissor nunca é neutro, mas sempre mantém um posicionamento com relação ao discurso. Em outros termos, isto se explica com base na idéia de que, a todo processo lingüístico, há uma ideologia que lhe é inerente (cf. Bakhtin (1979); Koch (1999)). O modo de articular e ordenar os sintagmas e expressões referenciais denuncia o pensamento de seu idealizador, sendo que todo este processo de escolhas determina o rumo que o discurso seguirá em sua progressão. Assim é que a argumentação, de caráter amplo, faz-se presente em todos os discursos. Como bem afirma Koch (1999, p. 19): “(...) o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido

de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo”. Vale frisar que a argumentatividade está latente nos enunciados de maneira variável, em termos de maior ou menor grau.

Como considera Pêcheux (1975, apud Brandão, 2002), na Análise do Discurso, o sentido de uma palavra, expressão ou proposição não existe por si só, de maneira prévia; e sim através da posição ideológica assumida pelo locutor no processo sócio-histórico, que acompanha a produção (ou a reprodução) lingüística.

Ao seguirmos esta perspectiva, constatamos que a recategorização reveste-se, em grande parte dos casos, de alto valor argumentativo, podendo o falante/escritor amoldar suas expressões referenciais à sua intenção comunicativa, a partir de seus julgamentos e avaliações sobre um determinado objeto discursivo.

Tomemos como o seguinte exemplo extraído de Koch (2002):

(42) “Os termos do acordo da Alca mais parecem com os de uma procuração por um instrumento público em que a sociedade repassa, definitivamente, plenos poderes às redes privadas oligopólicas. O poder dos senhores do capital se estende, inclusive, ao futuro quando procuram cláusulas de irreversibilidade, queimando possíveis portos de partida e naus de saída (Koch, 2002, p.108)”.

Neste trecho acima, tem-se que a modificação do referente recategorizado por meio da expressão “O poder dos senhores do capital” revela-se plena de teor argumentativo. Vê-se claramente que este sintagma de referência selecionado por seu redator não é ingênua, mas desempenha funções relevantes ao enunciado. Poderiam ser escolhidos outros sintagmas de significado mais sutil para reportar-se ao “poder oligopólico”. No entanto, tal forma referencial adotada pareceu ajustar-se ao desejo intencional de quem a produziu.

Diante disso, é impossível sustentarmos que a anáfora recategorizadora não apresente outras funções além de apontar objetos referencialmente. Pode-se dizer, então, que a recategorização como expressão referencial pode exercer múltiplas funções no discurso. Sobre isso, vejamos a argumentação de Koch (2002, p.106) de um modo geral: “A função das expressões referenciais não é apenas referir. Pelo contrário, multifuncionais que são, elas

contribuem para elaborar o sentido, indicando pontos de vista, assinalando direções argumentativas, sinalizando dificuldades de acesso ao referente e recategorizando os objetos presentes na memória discursiva”. A autora admite que os objetos discursivos apresentam um alto grau de adaptabilidade aos contextos sócio-comunicativos, podendo ser modificados, desativados, reativados, transformados no curso da progressão textual.

Mas, apesar de sua preocupação com a funcionalidade das expressões referenciais, Koch (2002) não se detém na análise das recategorizações. Uma vez que se efetua uma verdadeira mudança na identidade dos referentes ao longo do discurso, mediante o emprego de tais termos não co-significativos, julgamos bastante pertinente nosso objetivo de analisar tais termos de maneira mais aprofundada sob um ponto de vista funcional.

Em vista dos argumentos apresentados, acreditamos que as formas de recategorização lexicais não possam escapar ao princípio divulgado por Koch (1999) de que “a linguagem é essencialmente argumentativa”. Por isso, em nossa proposta de classificação das funções discursivas das formas acima mencionadas, qualificaremos todas elas como argumentativas.

Por fim, Koch (1999) afirma ainda que as relações discursivas ou pragmáticas são de caráter eminentemente subjetivo, já que dependem das intenções do falante, dos efeitos que este busca atingir no momento em que elabora seu texto.

#### **4.3. As funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais**

Um estudo que aborda o caráter funcional dos sintagmas referenciais em geral é o de Koch (2004). Mostraremos, a partir de agora, quais as funções cognitivo-discursivas destacadas por tal autora no que tange aos referidos tipos de sintagmas. Para fins de melhor explanação, numeramos estas funções em nove, seguindo a seguinte ordem:

- 1) ativação/ reativação na memória;
- 2) encapsulamento (sumarização) e rotulação;
- 3) organização macroestrutural;
- 4) categorização metaenunciativa de um ato de enunciação;
- 5) atualização de conhecimentos por meio de glosas realizadas pelo uso de um hiperônimo;

- 6) especificação por meio da seqüência hiperônimo/ hipônimo;
- 7) construção de paráfrases definicionais e didáticas;
- 8) introdução de informações novas;
- 9) orientação argumentativa.

Dentre estes itens, distinguiremos o “encapsulamento e rotulação”, “a organização macroestrutural” e a “categorização metaenunciativa de um ato de enunciação” como funções próprias da anáfora não-correferencial encapsuladora, da qual falaremos apenas brevemente, por não fazerem parte do escopo de nosso trabalho.

Embora a autora não cite, em seu trabalho, funções exclusivas da recategorização, essa análise é importante porque, como se trata de papéis exercidos por expressões referenciais, nestas estão inclusos os tipos de anáforas por nós pesquisadas. Assim, veremos adiante que alguns desses papéis se aplicam a nossa proposta de classificação funcional.

#### 1) *Ativação/ reativação na memória*

Conforme já vimos no capítulo sobre as expressões referenciais, Koch (2004) comenta que, uma vez introduzido, ou seja, ativado um referente na memória do interlocutor, este mesmo objeto poderá ser reativado cognitivamente. As marcas formais de tal (re) ativação podem surgir por meio de sintagmas nominais que remetem ou a elementos explicitados previamente no texto, ou a elementos implícitos no cotexto.

Quando se sucede esta ativação na memória, acontece a “categorização”, decorrente, em termos formais, de uma introdução referencial no cotexto. Esse novo “endereço cognitivo” ficará novamente em condição de saliência quando for reativado através de formas referenciais a ele atreladas. Se, por acaso, houver uma reativação cuja função geral seja refocalizar o referente, tem-se a “recategorização”. No caso de haver reativação mediante grupos nominais que rotulam segmentos textuais anteriores, tem-se o “encapsulamento”. Neste item, Koch menciona estes dois casos.

A autora afirma que, quando se operam as recategorizações e encapsulamentos, não só acontece a (re)ativação dos elementos no universo textual, como também as formas nominais presentes nas duas operações revelam-se como “formas híbridas”, pelo fato de conterem valores referenciais e predicativos simultaneamente. Aqueles valores retomam a

informação dada, prévia no discurso, ao passo que estes adicionam informações ao já dado ou conhecido.

Falaremos sobre tal funcionalidade da recategorização, o que será de nosso maior interesse. Ilustraremos os casos de encapsulamento brevemente, nos itens posteriores.

Sendo importante definir melhor tal *função híbrida*, primordial a todos os termos referenciais recategorizadores, diremos que a função de referenciar manifesta, incondicionalmente, a função de apontar ou individualizar os objetos no discurso, embora reconheçamos que, geralmente, outra(s) função (ões) esteja(m) vinculada(s) a ela. Ao passo que a função *predicativa*, também básica das recategorizações, combina-se com a referencial ao traduzir-se como um sentido qualificativo dado ao ser.

Logo, as expressões referenciais recategorizadoras particularizam o referente no texto, indicando, assim, o objeto a que se remete, de maneira que se revela uma mudança de significação, ao mesmo tempo em que qualificam os seres, aspectualizando-os. Exemplo:

(43) *A avó da criança não tinha meios para sustentá-la. A mísera velhinha estava à procura de alguém que quisesse adotar o recém-nascido cuja mãe parecera durante o parto.* (Koch, 2002, p.91)

O trecho em (43) contém dois sintagmas recategorizadores de núcleo nominal: “a mísera velhinha” e “o recém-nascido cuja mãe perecera durante o parto”. Concordamos inteiramente com a posição de Koch (2002) ao contemplar a recategorização como um fenômeno que contém mais de uma função inerente. Basta vermos que, em (43), ao mesmo tempo em que as formas sintagmáticas retomam, com o fim de identificá-los, os elementos introduzidos “a avó da criança” e a “criança” (informação dada), é conferido a estas formas todo um valor de predicação, que dá uma nova característica ao objeto focalizado, “a mísera velhinha” e “o recém-nascido cuja mãe perecera durante o parto” (informação nova).

Por isso, concordamos com a afirmação de Koch (2002) sobre as “formas híbridas” constitutivas das expressões nominais que possuem uma função referencial simultaneamente a uma predicativa.<sup>5</sup> Em termos gerais, particulariza-se o referente, de modo a salientar-se um

---

<sup>5</sup> Não devemos confundir a noção sobre as *formas nominais híbridas* com os termos em posições referenciais ou predicativas na oração. Um item, em uso referencial, pode predicar atributos. Mas um item, em uso atributivo, não refere. Por isso, alude-se, neste ponto, somente aos termos com funções referenciais que acumulam em si uma

atributo ou peculiaridade sua, porém, tal atributo ressaltado não é, necessariamente, valorativo. Em virtude disso é que iremos diferenciar, em nossa proposta classificatória, as recategorizações com função *avaliativa* e as que cumprem função *não-avaliativa*. Devemos apenas acrescentar a ressalva de que os sintagmas atributivos de caráter não axiológico podem tornar-se avaliativos, a depender do contexto em que são usados.

Em suma, reconhecemos que a (re) ativação de elementos textuais é uma função de cunho mais **cognitivo** e **geral** das formas nominais remissivas, o que não se liga diretamente a funções discursivas mais específicas. Porém, quanto às funções referenciais e predicativas, acreditamos que estas são de fundamental importância para as recategorizações, na medida em que o valor referencial e predicativo intrínseco a estas expressões associa-se às intenções avaliativas do locutor, o que causa forte impacto argumentativo na enunciação. Assim, em (43), “a mísera velhinha” acrescenta uma predicação nova ao ser referenciada com o intuito de uma avaliação depreciativa por parte do enunciador.

As funções seguintes apresentarão o caso dos encapsulamentos citados anteriormente.

## 2) *Encapsulamento (sumarização) e rotulação*

Este subtópico detém-se na função peculiar das nominalizações, que sintetizam as informações que lhes servem de suporte em certos segmentos precedentes no texto (pode-se conferir esta definição em nosso capítulo sobre as expressões referenciais). Segundo Koch (2004), os segmentos são encapsulados sob o uso de formas nominais que, conseqüentemente, transformam-nos em uma entidade discursiva. Ou seja, toda a informação antecedente ou conseqüente passa a receber uma atribuição lexical, uma rotulação determinada (x é um fato, uma desgraça, uma provocação etc.), que a eleva ao estatuto de um referente.

Conte (1996) comenta que este tipo de transformação significa algo que já está presente no discurso, mas somente depois é “objetificado”; isto equivale, em termos filosóficos, ao que se chama *hipóstase*, que se refere ao que se torna “substância”.

---

função também predicativa, o que é peculiar de toda expressão referencial recategorizadora. Não obstante, admitimos que os termos que ocupam posição predicativa na frase assumem um papel importantíssimo no processo de recategorização. Cf. exemplo (9) deste trabalho.

Os nomes encapsuladores têm, segundo Koch (2004), duas funções básicas: nomear ou rotular porções textuais; introduzir um novo referente, que, inclusive, poderá ser retomado nos parágrafos ou partes posteriores no mesmo discurso, com a finalidade de se realizar a progressão deste. Este tipo anafórico, então, é definido não como referência a uma entidade, objeto ou ser que recebe uma designação, e sim a porções discursivas.

Como alegam Apothéloz e Chanet (1997), as nominalizações até chegam a assemelhar-se à correferência, devido ao fato de fazerem referência aos “mesmos elementos” no discurso, mas há visíveis diferenças, pelo fato de a rotulação referir-se, nominalmente, a um processo ou estado anteriormente expresso por uma proposição.

Não abordaremos este item enquanto função discursiva em nossa proposta, visto que tratamos apenas das recategorizações por meio de anáforas diretas.

### 3) *Organização macroestrutural*

Falaremos pouco desta função, já que, mais uma vez, trata-se de um caso pertinente aos encapsulamentos, dos quais não tratamos aqui.

Esta função é a de organizar os parágrafos, evidenciando que o enunciador vai desenvolvendo uma idéia argumentativa, ao fechar um parágrafo, e inicia uma idéia seguinte com a utilização de um sintagma nominal que rotula, sumariza ou encapsula o conteúdo de tal parágrafo precedente. Eis a razão pela qual este tipo de fenômeno é tão comum na introdução de parágrafos.

Para ilustrar tal caso, vejamos o item (44) extraído de Francis (1994):

(44) “Em uma nota de imprensa em Londres, durante a reunião de inauguração das autoridades dos bancos, Henning Christophersen, vice-presidente da Comissão Européia, disse:” O EBRD não deve ser uma instituição política, mas pura e simplesmente um banco.

*Essa visão* contrastou com a de Jacques Attali, presidente do Banco Europeu, o qual considera que o papel do banco é político e econômico”. (Francis, 1994, p.209)

Neste exemplo, a autora mostra a extensão de discurso rotulada e sintetizada no início do parágrafo subsequente mediante a expressão “essa visão”. Neste caso, tem-se um

rótulo retrospectivo. Além disso, Francis (1994) destaca que “essa visão”, enquanto nome de processo mental, sinônimo de “ponto de vista”, revela ao leitor exatamente como essa extensão textual deve ser interpretada, e isso se torna um ponto de partida para a orientação argumentativa para o restante do texto.

É interessante assinalar o critério de Francis (1994) para a identificação de um rótulo retrospectivo como nome anafórico coesivo: não há nenhum grupo nominal particular a ele referente, pois não se trata de nenhuma repetição ou substituição por nenhum sinônimo equivalente a elementos precedentes. Ou ainda, ele é apresentado como equivalente à sentença ou a um grupo de orações que ele substitui, mesmo que esteja nomeando-as pela primeira vez no texto.

Como se vê, o papel desempenhado por esta anáfora é imprescindível para organizar as mudanças de tópico e para ligar tópicos ou subtópicos, o que pode ser considerado num trabalho concernente às funções do encapsulamento.

#### 4) *Categorização metaenunciativa de um ato de enunciação*

Koch (2004) assevera que o uso de expressões nominais, em toda anáfora encapsuladora, constrói, metaenunciativamente, não uma recategorização lexical do conteúdo da predicação precedente, mas uma categorização, a qual pode surgir acompanhada de uma função avaliativa, nos casos em que se deixa transparecer o julgamento do locutor ao se reportar a um determinado ato enunciativo realizado. Exemplo:

(45) “O que falta é um promoter ter a iniciativa de trazer a gente para fazer uma turnê decente no Brasil”. *A bronca* não é de nenhum popstar ou dinossauro do rock que ainda não pisou no país, mas do mineiro Max Cavalera, ex-vocalista do Sepultura e atual líder do Soulfly (Folha de São Paulo, Folhateen, 26 mar. 2001, p.5) (Koch, 2004, p.78)

É bastante perceptível o grau axiológico de “a bronca” enquanto elemento anafórico que encapsula ou “empacota” todo o segmento textual precedente. Tal segmento retrata o discurso direto de “Max Cavalera” de modo a interpretá-lo não como um discurso

neutro, mas sim como uma “bronca”, revelando-se, assim, uma espécie de categorização de alta carga subjetiva.

Dessa forma, segundo Koch (2004), os objetos de discurso são realmente construídos em meio ao discurso, à maneira dos indivíduos. No entanto, como afirmamos anteriormente, não deixa de haver uma recategorização do objeto que, de algum modo, começou a ser construído no segmento textual anterior.

5) *Atualização de conhecimentos por meio de glosas realizadas pelo uso de um hiperônimo*

Koch (2004) destaca aqui o emprego de certas anáforas lexicais sob a forma de um hiperônimo cuja função é a de glosar determinados termos raros ou desconhecidos. Em virtude dessa intenção, chega-se a atualizar os conhecimentos do interlocutor, porque, através da glosa, há uma explicação, de modo conciso, sobre a natureza do referente, introduzido referencialmente de maneira vaga ou pouco acessível.

Esta definição nos leva a crer que esta função anafórica é de natureza metadiscursiva, uma vez que há, neste caso, toda uma reflexão ou esclarecimento sobre o referente que se apresenta no próprio discurso. Segundo esta mesma autora, comprova-se a existência de função metadiscursiva sempre que os discursos se voltam para si mesmos, tomando como objetivo central o próprio fazer discursivo.

Esta concepção, que se revela extremamente importante para nós, será ainda cuidadosamente retomada neste trabalho, dado que identificamos a glosa como uma das funções peculiares das recategorizações. Conforme consta em nossa proposta, subdividimos a *glosa* em três tipos: *por definição*, *por correção* e *por especificação*. Segundo o que observamos, esta função pode se dar através de formas semântico-lexicais como nomes gerais, nomes metalingüísticos, hiperônimos, nomes que expressam relações metonímicas, nomes especificadores (hipônimos) ou até de outras formas.

Podemos dizer, seguramente, que há um processo recategorizador nestes casos pelo fato de haver, nesta retomada, uma remodulação das idéias iniciais sobre o objeto ativado. Confira-se o exemplo a seguir:

(46) Duas equipes de pesquisadores dos EUA relatam hoje descobertas que podem levar à produção de drogas mais eficientes contra o antraz. Para destruir *a bactéria*, os potenciais novos remédios teriam um alvo específico... (Folha de S.Paulo, 24 out. 2001, A-10) (Retirado do exemplo adaptado de Koch, 2004, p.72)

Podemos notar que o termo acima “a bactéria”, em referência a “o antraz”, transmite-nos um valor genérico, do ponto de vista semântico-lexical. Se partirmos do pressuposto de que há nomes correspondentes a classificações ou a categorizações de sentido geral e, por outro lado, há nomes específicos, que podem estar semanticamente inclusos nos primeiros tipos, torna-se viável inferirmos que, em (46), “a bactéria” é uma forma remissiva de cunho genérico, que anaforiza “o antraz”, na qualidade de termo específico. Neste ponto, constatamos a ocorrência de recategorização, na medida em que o termo retomado não permanece com o mesmo sentido, o que reflete a mudança no próprio referente.

Em termos cognitivos, Koch (2004) chama a atenção para o fato de que nosso conhecimento lexical deve ser ligado a um conhecimento enciclopédico que permita nosso entendimento sobre a relação entre um termo de sentido geral e um específico. Por outro lado, a mesma autora questiona a possibilidade de haver compreensão, mesmo que não se tenha tal conhecimento lexical/ enciclopédico necessário. Isto poderá acontecer, ao tomar-se, por exemplo, a relação entre “antraz” e “bactéria”. Ainda que não possua certo conhecimento prévio, é possível que o leitor, no desenrolar da enunciação, venha a concluir que “antraz é uma bactéria”, por causa das “pistas” deixadas pelo texto. Koch (2004) assevera que as predicções a respeito do objeto contribuem para esta apreensão, funcionando como “pistas”. Neste exemplo, fala-se de “drogas mais eficientes *contra* o antraz”; supõe-se então que “antraz” é algo negativo, que deve ser eliminado. Por fim, mediante o trecho “para destruir a bactéria”, é que se conclui que o elemento geral “bactéria” é a mesma referência de “antraz”. Porém, o que muda é a sua significação, o que revela a existência de uma anáfora com função recategorizadora de glosa.

Apresentaremos, abaixo, mais um caso ilustrativo desta função fornecido pela autora:

(47) O novo aliado dos cientistas para deter a leishmaniose visceral tem menos de um milímetro de comprimento, mas é capaz de matar mosquitos que transmitem a *doença* antes que eles se reproduzam.

O mesmo raciocínio acerca do item (46) pode ser aplicado ao segmento textual acima, com relação à expressão “a leishmaniose visceral”, pois se trata do mesmo intuito de se glosar ou explicar os termos. Tal objeto é recategorizado através da expressão lexical “a doença”, que assinala, necessariamente, uma relação de hiponímia/hiperonímia, pois toda “leishmaniose” é classificada como uma “doença”.

De nossa parte, julgamos mais acertado classificar estes tipos de anáfora como *glosa por definição*, que, em termos semântico-lexicais, pode se realizar, dentre outras formas, por meio de um hiperônimo, tal como em (46) e (47).

Finalmente, sob um ponto de vista formal, Koch (2004) ilustra as ocorrências nas quais a recategorização mediante anáfora hiperonímica com função de glosa também pode aparecer, num discurso, seguida de uma expansão adjetival, que, ao mesmo tempo, retrata o referente como uma subespécie. Veja-se o exemplo:

(48) O argônio é um elemento encontrado em diminuta proporção na atmosfera terrestre. *Este gás nobre incolor e inodoro* é utilizado no enchimento de lâmpadas elétricas.

Acima, tem-se que o núcleo da expressão referencial “gás”, remetente a “o argônio”, vem acrescido de qualificativos. Desta forma, “este gás nobre incolor e inodoro” é uma expansão adjetival que indica uma característica particular acerca do objeto designado; por isso o mostra enquanto subespécie.

Julgamos bastante oportuno inserir aqui a descrição de Jubran (2005) sobre a glosa. A autora comenta que há, no texto, marcas de operação dessa natureza, a assinalar uma mudança de modalidade de referenciação: da ideacional para a metadiscursiva. Assim explica a autora:

*(...) um segmento metadiscursivo opera um deslocamento da continuidade referencial do tópico discursivo, de base ideacional para o plano ambivalente de discurso e de glosa sobre o discurso. Ao assumirem essa função textual, as*

*marcas de segmento metadiscursivo explicitador de sentido de um item lexical preenchem, ao mesmo tempo, uma função interacional, ao oferecerem ao interlocutor uma pista de que a própria atividade discursiva de referência passa a se constituir como objeto- de -discurso. (cf. Jubran, 2005, p. 301)*

Portanto, no que diz respeito ao nosso assunto a investigar, concluímos que é perfeitamente possível a existência de recategorizações lexicais com função de glosa, enquanto expressões referenciais.

Contudo, queremos ressaltar, de nossa parte, que este tipo anafórico funciona como um atributo de cunho definicional, ainda que não se trate, necessariamente, de um termo “raro” em certos contextos. Abaixo, encontra-se um exemplo de nosso *corpus*:

(49) (...) Nesta edição, VEJA dedica ao Rio de Janeiro uma reportagem especial de dezesseis páginas. (...) Na segunda parte, aponta caminhos para sua recuperação. O empuxo histórico, cultural e econômico, sustenta a reportagem, é vigoroso o suficiente para permitir ao Rio de Janeiro superar seus problemas atuais e construir um futuro imponente. *A cidade é sede de cinco das maiores empresas do país.* (...) (Editorial Revista Veja, abril, 2005, p.9)

Analisando as condições de produção do discurso, bem como o aspecto do processamento cognitivo, concluímos que os eventuais leitores do enunciado acima sabem que “o Rio de Janeiro” é uma “cidade brasileira” devido ao seu conhecimento cognitivo enciclopédico. Portanto, nestas condições, este não é um termo incomum. No entanto, o sintagma “a cidade”, que recategoriza “o Rio de Janeiro”, tem por núcleo sintagmático um nome de natureza semântica metonímica, que exerce função de *glosa por definição*, na medida em que se torna uma tradução ou explicação metalingüística acerca de tal antecedente. Neste caso, ainda que não se tenha noção sobre o referente, a expressão recategorizadora leva-nos à inferência de que “o Rio de Janeiro é uma cidade”. Diremos ainda que a função acima também possa estar vinculada ao intuito de *evitar repetição de palavras*, função que um nome geral pode realizar perfeitamente, em qualquer um desses casos.

Em conclusão, consideramos a glosa como uma das funções discursivas das recategorizações. Também diremos que outras funções podem estar aliadas à função de glosa.

Acreditamos que somente cada contexto discursivo determinará a quantidade e os tipos de funções a ela somadas.

5) *Especificação por meio da seqüência hiperônimo / hipônimo*

Koch reserva a designação de ‘anáfora especificadora’ aos casos nos quais se revela um maior refinamento de certa categorização efetuada. Assim, a autora demonstra que esta forma de anáfora é também recategorizadora, na medida em que traz informações inéditas, relativas ao objeto-de-discurso. Exemplo:

(50) Uma catástrofe ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África. *Uma epidemia de Ebola* já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva. (retirado de Koch, 2004, p.74)

O referente introduzido acima, “uma catástrofe”, foi esclarecido ou especificado através de “uma epidemia de Ebola”. Esta, por sua vez, é uma forma de remissão cuja característica semântico-lexical se manifesta como “hiponímica”, já que constitui um sentido particular do sentido geral de “catástrofe”. É suficientemente notável que este modo de pormenorizar o referente acaba por recategorizá-lo, de forma a considerar-se que houve uma função “especificadora” no contexto.

Entretanto, podemos constatar, no exemplo acima, que tal anáfora também expressa uma glosa, visto que aqui se faz uma referência metadiscursiva, que traduz a natureza do referente apontado, mas, ao contrário da glosa por definição, a qual define através de características mais gerais, esta espécie de glosa explicita o objeto de maneira específica. Ou seja, o ato de especificar possui, igualmente, a função de esclarecer a natureza do referente. Portanto, a *glosa por especificação* será por nós abordada, em nossa sugestão classificatória, enquanto função auxiliada pelo traço semântico-lexical presente na recategorização.

Segundo Koch (2004), esta seqüência hiperônimo/ hipônimo é empregada no processo de referenciação, mesmo não sendo muito aceita na estruturação dos textos, sob pena de causar lacunas na compreensão do interlocutor, ou ainda, de tornar-se um ‘problema de

formulação' (É certo que isso não acontece em alguns contextos, como é o caso do exemplo acima).

A autora diz ser bastante usual, embora não exclusivo, o emprego dessas expressões especificadoras sendo iniciadas por artigo indefinido. Não obstante, acrescentemos a essa afirmação um exemplo de sintagma característico da anáfora especificadora sendo iniciado por artigo 'definido'. Com isso, pretendemos enfatizar que o uso deste tipo de artigo se mostra perfeitamente compatível com tal situação. Veja-se um exemplo extraído de nosso *corpus*:

(51) (...) No fim de dez minutos, vi passar um homem bem trajado, fitando a miúdo os pés. Conhecia-o de vista: era uma vítima de grandes reveses, mas ia risonho, e contemplava os pés, digo mal, os sapatos. Estes eram novos, de verniz, muito bem talhados, e provavelmente cosidos a primor. (...) Mas ia feliz, e contemplava *as botas*. (Conto O último capítulo, Machado de Assis, 1997, p.62)

Podemos dizer que o emprego lexical de “as botas” acaba por esclarecer ao leitor a espécie de calçado do qual se fala no segmento do conto acima, uma vez que a introdução referencial é “os sapatos”. Desta forma, vê-se que foi usado um artigo definido para a atribuição desta especificidade ao referente. Em geral, tais tipos anafóricos provocam reformulações no significado, de maneira compacta, no tocante ao objeto a ser focalizado.

Reiteramos que esta representa uma das funções discursivas peculiares das recategorizações, que, ao contrário da seqüência hipônimo/ hiperônimo, tende a particularizar mais o referente, após ele ter recebido uma denominação inicial de teor mais vago ou menos específico em um discurso.

#### 6) *Construção de paráfrases definicionais e didáticas*

Ao citar casos de parafraseamento, Koch (2004) demonstra a existência de determinadas paráfrases anafóricas de cunho “definicional” e “didático”, ou seja, que explicam ou esclarecem melhor certos termos técnicos ou elementos vagos ou desconhecidos em meio

ao discurso. Este é, pois, o caso de algumas manifestações da anáfora recategorizadora, conforme podemos conferir abaixo:

(52) Vocês já ouviram falar dos argonautas? Pois conta-nos a lenda grega que *estes tripulantes da nau mitológica Argos* saíram à busca do Velocino de Ouro. (Koch, 2004, p.75)

Mesmo sem relacionar diretamente este exemplo às recategorizações, Koch (2004) mostra que, no trecho acima, existe uma preocupação em definir ou esclarecer os referentes anteriormente denominados “argonautas”, por meio de uma paráfrase. Segundo a autora, este tipo anafórico é especificamente *definicional*. Nestes casos, como em (52), o *definiendum* é o termo técnico a ser introduzido no texto (*argonautas*); ao passo que o *definiens* contém os termos explicativos ancorados no antecedente (*estes tripulantes da nau mitológica Argos*); tais paráfrases vêm iniciadas por locuções como *um tipo de, uma espécie de* e outras.

Para nós, esta definição supracitada se aplica ao que identificamos justamente como função de *glosa por definição*, de acordo com nossa sugestão tipológica. A glosa, segundo analisamos, pode se manifestar mediante formas nominais ou paráfrase (ver capítulo 5).

Por outro lado, a autora cita um trecho ilustrativo sobre a anáfora didática:

(53) Para orientar as manobras dos aviões, os aeródromos são dotados de aparelhos que indicam a direção dos ventos de superfície. *As birutas*, que têm a forma de sacola cônica, são instaladas perpendicularmente à extremidade de um mastro. (Koch, 2004, p.75)

Já nas anáforas didáticas, manifesta-se o inverso: o *definiens* (*aparelhos que indicam a direção dos ventos de superfície*) surge através do termo novo introduzido discursivamente, enquanto que o *definiendum* (*birutas*) aparece somente na expressão referencial.

Koch ressalta o valor metadiscursivo destas formas de referenciação, uma vez que propiciam o surgimento de termos novos, técnicos ou desconhecidos no discurso, sem causar incompreensão ao interlocutor. Devido a esta característica, essas funções tornam-se muito úteis em gêneros de teor didático ou científico.

### 7) *Introdução de informações novas*

Koch (2004) considera que a função de introduzir informações novas num contexto esteja ligada a dois tipos de processos referenciais nominais: a) por recurso a relações de pára-sinonímia; b) por novas caracterizações do referente. Revisaremos cada um abaixo.

#### a) *Por recurso a relações de pára-sinonímia*

Segundo Koch (2004), certos sinônimos, os quais são mais ou menos aproximados das palavras que retomam, podem trazer algumas informações inéditas sobre o objeto nomeado. A autora afirma que este caso é bastante comum, ao revelar informações não tão previsíveis para o enunciatório, mesmo que a nova referência seja, em certa medida, sinonímica. Exemplo:

(54) A polêmica parecia não ter fim. Pelo jeito, *aquele bate-boca* entraria pela noite adentro, sem perspectivas de solução. (Retirado de Koch, 2004, p.76)

As expressões “a polêmica” e “aquele bate-boca” acima designadas são vistas pela autora como sinonímicas. Todavia, os dois termos não são idênticos. Enquanto a palavra que introduz o objeto, “a polêmica”, apresenta um sentido denotativo, “aquele bate-boca” altera a significação da palavra a que remete, de forma a instaurar certo tom irônico no discurso.

Em nosso ponto de vista, acreditamos que haja diferenças nítidas de significado entre as duas formas. Ou seja, ambos os termos não são permutáveis, pois “a polêmica” tem valor denotativo e “aquele bate-boca” é fortemente conotativo, acrescentando tonalidades estilísticas que adicionam outras informações sobre o objeto discursivo, de tal modo que afirmamos existir, neste caso, um processo recategorizador.

Portanto, ponderamos que, em situações como a exemplificada acima, haverá recategorização, mas não cremos que os termos em questão sejam sinônimos neste contexto.

Sob o aspecto funcional da recategorização, consideramos bastante vaga a noção de que a função desses casos é introduzir informações novas. Isso porque TODOS os casos de

recategorização possuem tal papel como elementar. Por isso, o que investigamos aqui são as funções discursivas específicas e diversas atinentes às recategorizações, as quais ultrapassam a função primordial de acrescentar um conteúdo novo ao discurso.

*b) novas caracterizações do referente*

Primeiramente, diremos que a função de atribuir novas características ao referente, indicada por Koch (2004), também é própria de todas as recategorizações. Assim sendo, a anáfora nominal (seja definida ou indefinida) que possui tal valor adquire uma carga semântica diferente da do termo a que faz referência. Exemplo:

(55) O prefeito é especialmente exigente para liberar novos empreendimentos imobiliários, principalmente quando estão localizados na franja da cidade ou em áreas rurais (...) O crescimento urbano tem de ser em direção ao centro, ocupando os vazios urbanos e aproveitando a infra-estrutura, não na área rural, que deve ser preservada, repete *o urbanista que entrou no PT em 1981 como militante dos movimentos populares por moradia* (“Quem matou Toninho do PT?”, Caros Amigos, set., 2003, p.27) (Koch, 2004, p.77)

O item acima mostra-nos que a significação da introdução referencial, “o prefeito”, pôde ser ampliada, remoldada ou recriada devido ao acréscimo de informação nova ao objeto através da expressão “o urbanista que entrou no PT em 1981 como militante dos movimentos populares por moradia”. Diante desta nova nomeação, é impossível negarmos que houve uma transformação dos sentidos inicialmente ligados ao referente. Podemos, então, ver que esta é uma recategorização, mostrando claramente a posição ideológica assumida pelo locutor da enunciação, pois o indivíduo antes nomeado como “o prefeito” passa a ser particularizado de outra forma, mediante novos aspectos apontados pelo enunciador.

Isto posto, percebemos que as recategorizações, de modo geral, apresentam um caráter ‘metonímico’ (aspectualizador), devido ao fato de ressaltarem, através de uma informação nova, apenas um aspecto ou traço peculiar do ser referido. Dito de outro modo, o tipo anafórico de nossa análise consiste em sempre focalizar uma determinada particularidade daquilo a que remete, de modo a caracterizá-lo de forma inédita no discurso.

Entretanto, não nos parece bastante reconhecer que a apresentação de novas caracterizações do referente é uma função imanente a toda recategorização, pois o que objetivamos é contemplar certas funções específicas que esse fenômeno assume em contextos enunciativos.

Por exemplo, podemos propor que a anáfora em (55), bem como em (54), não só remodulam nossas idéias iniciais sobre o referente ao introduzir informações novas, o que é comum a todo processo de recategorização, como também revelam uma função *avaliativa*, que decorre da qualificação axiológica, ou de juízo de valor atribuída ao objeto pelo emissor.

Para melhor esclarecer o que entendemos por “avaliação”, somemos mais um exemplo:

(56) O pensamento nestes dias se volta, com tristeza, para o passado. Há 55 anos, a 7/8/1945, era lançada sobre Hiroshima a bomba atômica que destruiu mais de 90 mil vidas. Dois dias depois, caiu a segunda bomba, sobre a cidade de Nagasaki, matando 75 mil pessoas e deixando número enorme de feridos. Os japoneses não foram avisados da terrível explosão nuclear que equivalia a 20 mil toneladas de TNT. Permanece o gravíssimo problema moral do uso na época de *uma arma de absurdo poder destrutivo* quando havia fundada esperança de que a ameaça da detonação e o conhecimento de seus efeitos bastassem para sustar a guerra. (JoEd05m - Protexoto)

No item (56), tem-se a recategorização “uma arma de absurdo poder destrutivo”, que diz respeito às duas bombas que atingiram as cidades de Hiroshima e Nagasaki, sendo que o conteúdo avaliativo do enunciador sobre o objeto transparece através da escolha lexical para operar a referência. Assim, o sentimento negativo do horror “da *bomba atômica que destruiu mais de 90 mil vidas*” se evidencia pelas expressões “arma”, “absurdo”, “poder destrutivo”.

Em suma, temos, em (54), (55) e (56), ilustrações da função *avaliativa*, ou melhor, de anáforas que efetuam recategorizações com valor axiológico ou de apreciação advinda da subjetividade contida na (re) construção enunciativa. (Demonstraremos mais exemplificações desta função em capítulo posterior).

#### 8) *Orientação argumentativa*

Este item define o papel argumentativo de certas expressões nominais de cunho referencial. Segundo Koch (2004), elas podem ser metafóricas ou não, de modo que representam um recurso muito comum nos gêneros textuais, inclusive nos de caráter opinativo.

Abaixo, segue um exemplo característico de recategorização lexical metafórica:

(57) Cuido que ele ia falar, mas reprimiu-se. Não queria arrancar-lhe as ilusões. Também ele, em criança, e ainda depois, foi supersticioso, teve *um arsenal inteiro de crendices*, que a mãe lhe incutiu e que aos vinte anos desapareceram. No dia em que deixou cair toda *essa vegetação parasita*, e ficou só o tronco da religião, ele, como tivesse recebido da mãe ambos os ensinamentos, envolveu-os na mesma dúvida, e logo depois em uma só negação total. (...) (Machado de Assis, “A cartomante”) (Koch, 2004, p.77)

Com efeito, o enunciador se utilizou dos termos metafóricos “um arsenal inteiro de crendices” e “essa vegetação parasita” para recategorizar, de forma altamente argumentativa, o referente “as ilusões”; neste contexto, aplica-se todo um valor depreciativo a tal objeto, sendo, pois, tais formas de renomeações uma opção estratégica do produtor da mensagem.

Contudo, devemos alegar que o caráter argumentativo permeia praticamente todo ato discursivo.

Por causa disso, consideramos a designação de tal função discursiva demasiadamente imprecisa. A nosso ver, a autora nomeia “orientação argumentativa” ao que julgamos melhor designar como “função avaliativa”, pois este é um caso no qual a anáfora renomeia o objeto através de expressões que acentuam determinadas qualificações, ou seja, atributos que demonstram uma opinião ou ponto de vista do enunciador, independentemente de serem ou não metafóricos. Analisamos, pois, que a função *avaliativa* é na verdade, um tipo de função argumentativa. Logo, é mais específica, pois não se revela em todos os contextos de ocorrência do tipo anafórico em estudo, mas apenas em certos casos, ao contrário de seu valor de argumentação, que é uma constante em todas as suas manifestações.

Enfim, o exame destas funções enumeradas por Koch (2004) é de grande utilidade em nossa abordagem sobre as funções discursivas das recategorizações.

Conforme Koch (2004), todo tipo de processamento textual, seja do ponto de vista de sua produção, seja de sua recepção, baseia-se em variadas estratégias discursivas de construção dos sentidos. A autora dirige a atenção para a existência de certos tipos de estratégias chamadas de *textual-interativas*, que são usadas em decorrência de alguns propósitos do enunciador do texto, tais como: auxiliar a interpretação, fornecer esclarecimentos ou exemplificações, conferir maior força retórica ao texto, enfatizar trechos do enunciado, modalizar aquilo que é dito ou, até mesmo, refletir sobre a própria enunciação.

Fundamentalmente, avaliamos que a recategorização inclui-se como fenômeno textual-interativo, pois entendemos que ela é produzida discursivamente, de forma estratégica, tornando-se responsável por conduzir o alocutário na interpretação do texto, conforme a intencionalidade do indivíduo que a produz. Além disso, de acordo com a nossa investigação tipológica das funções discursivas das anáforas recategorizadoras, demonstraremos que as recategorizações podem assumir algumas dessas funções acima explicitadas por Koch (2004). Em virtude disso, faremos, agora, certas considerações sobre a importância da recategorização como estratégia na construção dos textos.

#### **4.4. A recategorização: uma estratégia textual-discursiva**

As pesquisas de caráter textual-discursivo desenvolveram-se na Lingüística de Texto a partir da década de 1980, caracterizando-se como o estudo das estratégias de construção textuais, as quais são focalizadas como *escolhas* feitas pelos usuários da língua no ato enunciativo. Alude-se, então, ao fato de que, durante a enunciação, o produtor lança mão de uma série de recursos verbais à sua disposição a serem usados consoante as possíveis significações que deseja conferir a seu discurso. Dito de outro modo, há diferentes tipos de estratégias de composição, a depender das mais variadas escolhas feitas pelo locutor em prol das finalidades a que se destinam suas mensagens.

A perspectiva textual-interativa passou a representar um modelo teórico de análise lingüística que foi criado pelo subgrupo *Organização textual-interativa do Projeto de Gramática do Português Falado* (PGPF), cujos membros são autores como Koch, Silva, Hilgert, Basílio, Jubran dentre outros. A preocupação central deste subgrupo, organizado por Castilho, é a de elaborar uma gramática de descrição da língua portuguesa culta e falada no

Brasil, de forma que, diferentemente de outras gramáticas estritamente formalistas, descreva a funcionalidade da língua, destacando as situações comunicativas, com seus participantes e atividades realizadas no processamento do discurso.

De antemão, afirmaremos que, apesar de ser um enfoque dado a textos exclusivamente falados, tal modelo de abordagem presta-se, igualmente, à análise de textos escritos, conforme comentaremos no próximo item.

#### 4.4.1. A organização textual-interativa

O modelo textual-interativo criado pelo Projeto de Gramática do Português Falado busca explicar as estratégias composicionais de um texto a partir de dois aspectos: o interacional e o lingüístico.

Este tipo de abordagem justifica-se pelo princípio de que a língua constitui-se como uma interação entre os indivíduos, ou, ainda, como atividade verbal que envolve certos fatores extralingüísticos, dentre os quais os de caráter sócio-cultural, cognitivo e contextual, que influenciam crucialmente esses atos verbais. Assim, para que a análise de um texto seja mais completa, não se deve considerar simplesmente seu material lingüístico, mas também a sua funcionalidade interativa, com toda a contextualização que o rodeia, pois estas características são tão fundamentais a ponto de determinarem os possíveis sentidos que o discurso pode assumir.

Nesse tipo de enfoque, a atividade interacional lingüística é concebida como o resultado do exercício de uma competência comunicativa. Esta competência traduz-se na realização da própria atividade verbal do falante e do ouvinte, a qual revela certas regularidades apreensíveis nos textos, evidenciando um sistema de desempenho lingüístico formado pelos subsistemas: fonológico, morfossintático e textual. (cf. Pinheiro, 2003)

Essas regularidades mencionadas acima, entendidas como traços sistemáticos presentes nas operações de elaboração do texto, são, portanto, observadas no desempenho de todos os falantes na linguagem oral e escrita..

Hilgert (1996), como membro da Organização textual-interativa do PGPF, reforça a idéia de que este projeto tem por objetivo estudar, unicamente, a constituição dos textos

falados, mas o autor reconhece que muitos dos procedimentos normalmente utilizados nessa modalidade também são pertinentes aos textos escritos.

Eis por que, ao observarmos que a recategorização, além de ocorrer como fato formulativo de textos orais, também aparece na escrita, adotamos a perspectiva textual-interativa, de base sócio-cognitiva e julgamos necessário considerar, em nosso trabalho, as premissas demonstradas nas análises do subgrupo do PGPF.

Um fato essencial a ser frisado neste modelo teórico é o de que o aspecto interacional é intrínseco ao lingüístico. Isto existe porque, como vimos, os textos em geral são construídos mediante as regularidades em seus princípios de estruturação, de modo que os elementos de caráter situacional são projetados discursivamente, atribuindo a estes um sentido dentro de seus contextos de produção.

Diz-se, então, que o grupo de trabalho Organização textual-interativa do PGPF mantém uma posição funcionalista, segundo a qual a língua é fundamentalmente um instrumento de ação social e, em decorrência disso, as descrições lingüísticas não devem estar desvinculadas de considerações sobre sua função comunicativa (cf. Basílio, 1996).

Destarte, estudarmos as formas de constituição de um texto significa ultrapassarmos os limites puramente lingüísticos, de modo a adentrarmos em questões interacionais, isto é, de cunho sócio-contextual e pragmático. No tocante a esta afirmação, relembremos oportunamente o próprio conceito de *texto* formulado por Koch (1997, p.139):

*o texto é considerado como manifestação verbal, constituída de elementos lingüísticos de diversas ordens, selecionados e dispostos de acordo com as virtualidades que cada língua põe à disposição dos falantes, no curso de uma atividade verbal, de modo a facultar aos interactantes não apenas a produção de sentidos, como a fundear a própria interação como prática sociocultural.*

O conceito formulado pela autora, conforme supracitado, sugere-nos a existência de questões mais amplas envolvidas na constituição dos textos; ou seja, os elementos componentes da superfície textual são organizados tendo em vista o êxito desta prática sociocultural. Portanto, o que determina a estruturação da mensagem não são os fatores intralingüísticos em si mesmos, mas sim os fatores de ordem pragmático-situacional, que

motivam o próprio destinador a elaborar seu texto a fim de obter a compreensão e, conseqüentemente, a produzir certas reações em seu destinatário.

Por conseguinte, entendemos que a recategorização, enquanto estratégia textual-interativa, realiza-se por meio de marcas formais, materializadas regularmente nos textos. Por outro lado, co-existem marcas interacionais subjacentes a essa estratégia, porque a recategorização sempre acontece impulsionada por uma intencionalidade do locutor, a qual determina o desenvolvimento argumentativo do texto. O aspecto textual-interativo de tal processo anafórico, que se mostra através das intenções do emissor; é o que exploramos em nossa pesquisa.

Em função disso, veremos a definição das atividades de composição textual segundo Hilgert (1996); em seguida, comentaremos tais funções textual-interativas na visão de Koch (2004).

#### 4.4.2. A recategorização e os tipos de estratégias textual-interativas

Reflitamos agora sobre o papel assumido pelas atividades responsáveis pela formulação de um texto e sua relação com o processo anafórico da recategorização.

Uma vez derivadas a fala e a escrita de um mesmo sistema, será oportuno recorrermos a definições básicas contidas da Gramática do Português Falado, centralizando-nos em questões que dizem respeito a atividades que são também comuns às composições escritas. Lembramos que o nosso propósito é destacar, nos textos escritos, o fenômeno da recategorização, que, efetivamente, ocorre como um processo textual-interativo.

Inicialmente, Hilgert (1996) observa as diversas estratégias textual-interativas, porém privilegia o estudo de certas atividades estratégicas responsáveis pela *formulação* textual. Para este autor, num sentido amplo, as atividades formulativas acontecem mediante “iniciativas de construção lingüístico-comunicativas de um enunciador, o qual deseja fornecer uma “proposta de compreensão” ao enunciatário, em interação com o qual o processo comunicacional se realiza” (...) (cf. Hilgert, 1996, p.107). Ou ainda, são aquelas atividades destinadas a assegurar a intercompreensão das mensagens, conduzidas pela intenção do enunciador e pelas determinações da progressão interacional.

Afirmamos, pois, que a recategorização insere-se neste processo formulativo, na medida em que faz parte do processo de elaboração do texto, auxiliando na construção dos sentidos. Exemplo:

(58) “SOBE

CARLOS ALBERTO PARREIRA

*O treinador tetracampeão do mundo* voltou ao comando da seleção brasileira.

PAULO LACERDA

*O delegado que ajudou a desvendar o esquema de corrupção de PC Farias* foi escolhido para dirigir a Polícia Federal.

PAUL McCARTNEY

*O ex-Beatle* foi o artista que mais arrecadou dinheiro em shows em 2002. Seus espetáculos renderam 103 milhões de dólares. (Notas – Veja, 15/01/03) (Cavalcante, 2003, p.05)

Nas notas do exemplo acima, vê-se que os três nomes próprios são redefinidos ou identificados mediante as expressões e paráfrases que os recategorizam com uma função explicitamente *avaliativa*: “o treinador tetracampeão do mundo”, “o delegado que ajudou a desvendar o esquema de corrupção de PC Farias”, “o ex-Beatle”. Estas formas, além de funcionarem coesivamente, fornecem uma orientação argumentativa, ajudando o leitor para que reconstrua os sentidos que o produtor pretendeu conferir ao texto. Percebemos, a partir disso, que a recategorização é uma grande “ferramenta” formulativa, já que é uma forma coesiva, que promove a identificação das intenções do emissor, o qual busca elaborar a enunciação adequadamente.

O autor esclarece que o falante/escritor, durante a atividade de formulação, efetua certas operações que contribuem para a construção dos textos, prevenindo a ocorrência de certos problemas, que podem levar a certa falta de compreensão da mensagem por parte do ouvinte/leitor. Em outros termos, as atividades de formulação devem impedir, resolver ou atenuar dificuldades de captação ou processamento do texto em constituição. Para tanto, são comuns certos procedimentos como “acentuar, corrigir, explicar, precisar, justificar, parafrasear, repetir” e outros. Recebem estes o nome de *atividades metaformulativas*, porque,

neste caso, trata-se de tipos de formulações que remetem a outras formulações feitas no discurso, a fim de evitarem-se problemas formulativos. Cabe, assim, a asserção de que as atividades de formulação são, na verdade, desencadeadores de outras atividades formulativas.

À guisa de ilustração, mostraremos como a recategorização pode atuar de forma metaformulativa:

(59) Todas as cores do céu

Essa imagem de Cassiopéia A, uma supernova que explodiu 325 anos atrás, combina imagens obtidas por diferentes telescópios espaciais. Os tons em vermelho correspondem aos comprimentos infravermelhos observados pelo telescópio espacial Spitzer. O espectro de luz visível, captado pelo telescópio Hubble, é representado pelos tons amarelos, e os verdes e azuis são na verdade as emissões em raio X detectadas pelo telescópio Chandra. *A estrela* fica na constelação de Cassiopéia, a 10 mil anos-luz de distância. (Reportagem Revista Galileu, 2005, set., p.8)

Veja-se que o locutor recategoriza “Cassiopéia A” por meio do termo “a estrela” acima, o qual, além da função primordial de referenciar e atribuir, também atua, no discurso, com o papel de explicar ou precisar, ainda que de forma compacta, o termo empregado num segmento textual precedente, de modo a contribuir para deixar mais compreensível ao interlocutor seu “projeto de dizer”. É o que já identificamos, em nosso trabalho, como a função de *glosa*. Observamos, pois, que a recategorização funciona como estratégia metaformulativa textual.

Koch (2004), por sua vez, divide as estratégias textual-interativas em: formulativas e metadiscursivas. Para a autora, enquanto as *formulativas* são as estratégias destinadas a garantir o êxito da interação, uma vez que realizam a organização do texto, facilitando a compreensão do locutor e provocando a sua adesão àquilo que foi dito, as *metadiscursivas* são utilizadas tomando-se como próprio objeto o ato de dizer. Assim, estas últimas se evidenciam a partir do momento em que o locutor, por exemplo, avalia, corrige, ajusta, comenta a forma do dizer; ou reflete sobre sua enunciação, expressando seu ponto de vista ou grau de adesão tanto em relação ao seu próprio enunciado quanto ao de outros.

Vale citar que Jubran (2004), por sua vez, questiona o pensamento corrente de que a especificidade da atividade metadiscursiva centra-se na diferença entre o “uso” de recursos

léxicos para referir os objetos do mundo (função ideacional da linguagem), entendido como *extra-discursivo* e a “menção” ao próprio discurso nos casos de função metadiscursiva, considerado *intra-discursivo*. Segundo explica a autora, nos dois tipos de funções, existe a criação de objetos pertencentes ao campo do *discurso*, ou seja, “a construção referencial institui objetos-de-discurso em quaisquer situações de “uso” da língua. Assim como a significação ideacional não é um simples ato de designação de referentes, a metadiscursiva não se restringe a um ato de “menção” ao discurso” (cf. Jubran, 2004, p.1).

Porém, aquilo que confere especificidade ao metadiscurso é o fato de que o falante, nesta atividade, funda como objeto-de-discurso o próprio discurso. Assim é que se conclui que a recategorização, no exemplo (59), pode ser também considerada como forma de estratégia metadiscursiva, na medida em que se recorre ao esclarecimento sobre a natureza de “Cassiopéia A” tomada no texto, explicando-se que se trata de uma “estrela”.

Desta forma, a autora trata a metaformulação como uma estratégia que se enquadra no tipo metadiscursivo. A metaformulação, para Koch (2004), consiste em se tomar como objeto o próprio texto, sua forma de estruturação, o código usado, o estatuto de um segmento textual em relação a outros.

Koch e Silva (1996), ao refletirem sobre os atos de fala realizados na interação, mostram a integração entre as funções argumentativas do emissor e o processo da estruturação do texto. As pesquisadoras postulam que os vários tipos de atos ilocutórios, interativos e tipos de atividades de formulação não podem ser vistos de maneira estanque, já que um mesmo discurso pode acumular funções ilocutórias e interativas e que uma atividade de formulação pode cumprir funções argumentativas relevantes.

Analisamos que todo locutor pode evidenciar ou não pontos de vista sobre um dado referente no discurso; da mesma forma, pode refletir sobre a construção de seu discurso ao explicitar melhor a essência do referente, seja definindo, fazendo correções ou especificações; bem como pode avaliar o objeto ao qual se refere de forma estético-conotativa.

Isto exposto, finalizamos este capítulo afirmando que as recategorizações assumem certas funções formulativas e metadiscursivas responsáveis pela condução do alocutário na teia argumentativa do texto. E, em virtude disso, em nossa proposta tipológica, sugeriremos algumas funções discursivas das recategorizações, tendo em vista a abordagem de tais funções enquanto estratégias textual-discursivas.

## 5. POR UMA TIPOLOGIA DAS FUNÇÕES DISCURSIVAS DAS RECATEGORIZAÇÕES

### 5.1. Análise dos dados

Já comentamos, no decorrer do presente trabalho, sobre a necessidade de se explorar o aspecto funcional das recategorizações. Por isso, com este objetivo, configuramos uma proposta de classificação das funções discursivas desta anáfora em estudo.

Nesta pesquisa, estamos propondo as seguintes funções argumentativas das recategorizações:

Avaliativa	
Não-avaliativa	
De glosa	Por definição
	Por correção
	Por especificação
Estético-conotativa	

Sob o plano formal, as funções acima podem se manifestar através das formas: por paráfrase, nomes gerais, nomes metalingüísticos, nomes especificadores (hipônimos), nomes que expressam relação metonímica, expressões nominais, além de outras particularidades semânticas que esta pesquisa não se ocupará em exaurir.

Pelo que temos observado, a escolha das manifestações semântico-formais não é aleatória e, possivelmente, atende também a propósitos enunciativos. Porém, sugerimos que aspectos mais formais relacionados a tais funções sejam desenvolvidos numa pesquisa mais ampla.

De acordo com nossa análise de base qualitativa, vimos que algumas funções coexistem numa mesma mensagem e, não raro, até se co-auxiliam na construção dos sentidos. Quer dizer, além da função *referencial* e *predicativa*, que são constitutivas destas anáforas, elas ainda podem ter funções discursivas simultâneas como, por exemplo, a de *glosa*, a *avaliativa* ou a *não-avaliativa* e a *estético-conotativa* ao mesmo tempo. Acrescentamos a estas funções a de *evitar* uma eventual *repetição de palavras*, o que ocorre, potencialmente, em toda recategorização. Para reconhecermos tais funções, é imprescindível a observação e a análise do contexto em que a expressão anafórica se insere.

Dito de outro modo, as funções que iremos descrever, em nossa proposta, somam-se umas às outras num mesmo discurso. Diremos, também, que a função de *evitar repetição de palavras* pode também se somar a qualquer outra função acima discriminada.

Faremos uma observação cuidadosa sobre as funções *avaliativa* e a *não-avaliativa*: estas devem, necessariamente, existir em todos os casos de recategorização; porém, são as únicas funções mutuamente exclusivas numa mesma ocorrência de recategorização. Ou seja, segundo propomos, todos os sintagmas nominais recategorizadores contêm ou a função *avaliativa*, ou a *não-avaliativa*. Contudo, qualquer uma das duas pode aliar-se a outras funções sugeridas.

Em suma, tudo isto nos leva a sustentar que existe uma multifuncionalidade nas recategorizações. E esta sobreposição de funções procede dos critérios distintos estabelecidos (caráter avaliativo, natureza metadiscursiva, valor estético-conotativo).

Explicaremos, agora, cada uma das funções por nós sugerida.

1) A função **avaliativa** ocorre quando há uma denominação axiológica, ou seja, um juízo de valor formulado na recategorização. Neste caso, verifica-se um sentido valorativo, em geral, através de expressões ou paráfrases nominais que demonstram uma determinada opinião ou posicionamento (o qual pode ser verdadeiro ou simulado) perante o objeto referido. Esse tipo anafórico equivale ao que Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) denominam como “argumentação”.

O exemplo abaixo mostra como os dois autores exemplificam essa função:

(60) O reflexo conservador surpreendeu o vizinho gaulês. A adoção pelo parlamento francês da lei Tubon contra o “franglês” é um exemplo bastante ridículo. *Esta nova anglicização da língua ...* (Apothéloz, Béguelin, 1995, p.5)

De fato, não podemos negar que a recategorização “esta nova anglicização da língua” expressa uma avaliação, uma vez que comprova determinado posicionamento ou apreciação diante do referente posto em discussão no texto. Logo, percebemos que esta avaliação funciona como um importante reforço para a intenção argumentativa de seu emissor.

Analisemos mais um exemplo:

(61) Novo! Gillette MACH 3 Turbo

A Gillette apresenta *uma inovação que vai virar o mundo do barbear de cabeça para baixo*. Com o novo Gillette MACH3Turbo, você tem um barbear mais confortável em qualquer direção, mesmo no sentido contrário ao crescimento dos pêlos. As inovadoras lâminas, os microsensores mais flexíveis e a fita lubrificante reforçada garantem que você possa escanhoar sem irritar a pele. Tudo para um barbear mais suave. Alguém contra?

Barbear confortável mesmo quando os pêlos são do contra.

Suavidade em todos os sentidos. (anúncio Revista Veja, maio, 2005, p.76)

O texto acima, classificado como gênero anúncio, se compõe de várias anáforas, dentre elas a direta total “uma inovação que vai virar o mundo do barbear de cabeça para baixo”, bem como as indiretas não-correferenciais “as inovadoras lâminas”, “os microextensores mais flexíveis” e “a fita lubrificante reforçada”. Uma vez que, em nossa pesquisa, propusemo-nos a examinar somente as anáforas do primeiro tipo mencionado, vemos que o sintagma “uma inovação que vai virar o mundo do barbear de cabeça para baixo” manifesta-se com grande força de persuasão e conduz a uma avaliação positiva a respeito do referente. Nestas condições de produção do discurso, a razão para tal atribuição apreciativa é o objetivo de propagar o produto “Gillette MACH3 Turbo”, convencendo o consumidor de que vale a pena comprar.

O mesmo papel é desempenhado pelas anáforas dos trechos abaixo:

#### (62) JESUÍTAS

Quando o vento da Fé soprava Europa,  
 Como o tufão, que impele ao ar a tropa  
 Das águias, que pousavam no alcantil;  
 Do zimbório de Roma – a ventania  
*O bando dos Apóst’los* sacudia  
 Aos cerros do Brasil.  
 (...) Mal na vaga fria  
 Colombo ou Gama um trilho descobria  
 Do mar nos escarcéus,  
 um padre atravessava os equadores,

Dizendo: “Gênios!... sois os batedores  
 Da matilha de Deus”.  
 Depois as solidões surpresas viam  
*Esses homens inermes*, que surgiam  
     Pela primeira vez.  
 E a onça recuando s’gueirava  
 Julgando o crucifixo... alguma clava  
 Invencível talvez!  
 (...) Surgia então no meio do terreiro  
     *O padre calmo, santo, sobranceiro,*  
     *O Piaga do amor.*  
 (...) Outras vezes no eterno itinerário  
 O sol, que vira um dia no Calvário  
 Do Cristo *a santa cruz* (...)  
 (poema Jesuítas, Castro Alves, s/d, p.71)

O poema acima se compõe de várias anáforas de recategorização, como “O bando dos Apóst’los”, “esses homens inermes”, “O padre calmo, santo, sobranceiro, O Piaga do amor”, “a santa cruz”, todos com função *avaliativa*, pois a intenção do poeta é a de evocar valores positivos aos objetos retratados nesta mensagem poética.

Decidimos alterar a denominação deste tipo de anáfora em nossa proposta porque, conforme já criticamos, a *argumentação* não está presente apenas numa espécie de recategorização, mas em todas. A função argumentativa, de caráter amplo, é algo inerente a todos os discursos. Conforme diz Koch (1999, p.19): “(...) o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato lingüístico fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo”. Desse modo, seguindo o pensamento da autora, achamos que a “argumentação” não é uma função exclusiva, mas que, ao contrário, está diluída em todas as outras, ainda que exista em grau maior ou menor, dependendo dos contextos. E as demais funções atendem, na verdade, a propósitos argumentativos.

Observemos mais um exemplo:

(63) (...) Minhas aulas começaram dia 14/02. Estou ficando impaciente de esperar para conhecer essa nova vida que vou levar. É interessante como muda a nossa situação perante a sociedade, até meus pais me olham com mais orgulho e sem falar de não ser mais criticada por não conseguir passar. Aqui em casa teve uma super festa até mensagem de carro-som recebi de meus pais. É muito gratificante poder passar por isso. Só faltou você para completar *a festa que teve a participação de pessoas muito queridas*. (ECP04- Prottexto)

Nota-se, neste gênero epistolar, a relevância dada ao referente “uma superfesta”, que se recategorizou como “a festa que teve a participação de pessoas muito queridas”. Então, a característica particular que vemos nesta função não é a argumentação, comum também às outras, mas o caráter avaliativo expresso neste tipo de anáfora.

2) A função **não-avaliativa** caracteriza-se por não apresentar juízos de valor na denominação recategorizadora. Ao contrário da função acima descrita, o papel desempenhado por esta anáfora é o de referenciar de forma atributiva, porém não acrescentando avaliações ao objeto reativado. Exemplo:

(64) TERMO DE DEPOIMENTO DA PARTE AUTORA

(...) Dada a palavra ao Defensor Público, em prol da promovida, às suas perguntas respondeu: (...) que desde os quinze anos de idade a requerida trabalha; que na época do arbitramento da pensão alimentícia em questão o depoente ainda oferecia ajuda à requerida; (...) que a filha nasceu no mês de junho do ano p.p. de 1980; que *a aludida pensão alimentária* foi acordada no ano p.p. de 1996 (...) (JuTD01- Prottexto)

No item acima, “a aludida pensão alimentária” remete ao referente do sintagma anterior “a pensão alimentícia”, de forma a acrescentar-lhe informações, mas o realiza de forma *não-avaliativa*, mesmo porque sabemos que, no tipo de gênero discursivo acima, predomina o intuito de objetividade do locutor. Já o termo “a requerida” em relação ao antecedente “a promovida”, para nós, não representa recategorização, e sim co-significação, visto que tal termo usado, neste contexto, foi apenas uma substituição por um outro termo técnico da área jurídica de significação equivalente.

## (65) PARECER

A doutoranda M. H. A. C. ficou impossibilitada de concluir seu projeto de tese em tempo hábil porque sofreu um acidente e, por recomendação médica, precisou entrar com afastamento para tratamento de saúde.

A *orientanda* não interrompeu inteiramente, porém, suas pesquisas e, na medida do possível, vem elaborando as reformulações que sugeri nas sessões de orientação e amadurecendo as questões que pretende abordar.

Uma vez que deverá submeter-se a uma cirurgia com anestesia geral, não posso definir exatamente em que mês deste semestre ela entregará a versão final de seu projeto, mas creio que isso possa acontecer dentro de uns dois meses. (Retirado de Cavalcante, M.; Matos, J., 2005, p.5, no prelo)

Em (65), temos anáfora com função *não-avaliativa* explícita, pois assinala apenas a passagem de “a doutoranda” para “a orientanda”, visando-se a transmitir informações e também a não repetir palavras. Não queremos dizer, com isso, que não haja argumentação, nem que não exista avaliação em vista disso, mas que essa avaliação procura não se expressar claramente. Tudo isso se levando em conta que se trata de um parecer enquanto gênero técnico. A mesma função pode ser encontrada no exemplo a seguir:

(66) Estão abertas as inscrições para o curso de Redação para o Vestibular de Direito, Medicina e Enfermagem (UVA/UFC). O curso será ministrado pelo professor Vicente Martins, mestre em educação e docente do curso de Letras, com larga experiência no ensino de redação para o vestibular. (...)

Durante o curso, *o ministrante* vai utilizar o método processual de escrita que consiste na elaboração de textos em partes. (...) (Reportagem jornal da UVA, 2005, p.4)

O sintagma nominal “o ministrante”, o qual anaforiza “o professor Vicente Martins”, é também destituído de sentido axiológico neste contexto, já que tal recategorização limita-se a indicar, embora de modo bastante argumentativo, o mesmo referente sob uma

renomeação. Divulga-se um nome e o que ele representa para a comunidade que tem informações sobre o referente.

3) Em nossa proposta, a função de **glosa** consiste em recategorizar com o objetivo de explicitar ou elucidar a natureza ou categoria a que pertence o referente. Consideraremos aqui três tipos de glosa: por *definição*, por *correção* e por *especificação*.

a) **Glosa por definição** - serve para explicar a natureza do objeto em foco no discurso, através de uma expressão nominal ou uma paráfrase definidora. Assim, podemos encontrar esta função manifestada por nomes gerais, nomes metalingüísticos, hiperônimos, nomes que expressam relações metonímicas, nomes especificadores (hipônimos) ou até mediante outras formas possíveis de serem encontradas. É interessante a observação de que o aspecto semântico-formal destas expressões presta-se ao intuito do enunciador de definir o referente.

Acrescentemos a isso o fato de que, embora sendo um uso de grande utilidade em certos tipos de textos, como os científicos e didáticos, a glosa recategorizadora costuma aparecer como estratégia de constituição dos mais variados gêneros, de acordo com nossa investigação.

Relembremos o exemplo extraído de Koch (2004):

(67) Duas equipes de pesquisadores dos EUA relatam hoje descobertas que podem levar à produção de drogas mais eficientes contra o antraz. Para destruir *a bactéria*, os potenciais novos remédios teriam um alvo específico... (Folha de S.Paulo, 24 out. 2001, A-10) (Retirado do exemplo adaptado de Koch, 2004, p.72)

Nesta ilustração, Koch (2004) denomina de hiperônimo “a bactéria”, cuja remissão é a “o antraz”. Destarte, tem-se uma definição, pois se trata de uma explicação metalingüística concisa sobre o novo referente apontado.

Koch (2004) reconhece a ocorrência destas anáforas, conforme já citamos no tópico concernente às funções cognitivo-discursivas das expressões nominais referenciais. Neste tópico, a autora assevera que pode haver a “atualização de conhecimentos por meio de glosas realizadas pelo uso de um *hiperônimo*”. Todavia, reiteramos aqui nossa ressalva quanto

a tal definição: a glosa por definição, a nosso ver, não se dá somente através de hiperônimos, como mostra a autora, mas também através de outras formas, segundo poderemos observar.

A fim de comprovar o uso das formas que manifestam tal função, iremos analisar vários exemplos. Começemos pela glosa por *definição* através dos hiperônimos:

(68) Feias, sujas e imbatíveis

As baratas estão na Terra há mais de 200 milhões de anos, sobrevivem tanto no deserto como nos pólos e podem ficar até 30 dias sem comer. Vai encarar?

(...) Mas mesmo tomando todos os cuidados necessários, o contato com *as monstrengas* é inevitável, seja em casa, no trabalho e, principalmente, ao ingerir alimentos. (...) “Os locais campeões em incidência *desses insetos* são as padarias, onde há oferta abundante de alimento, utensílios domésticos e esconderijos”, conta.

(...) Recapitulando: as baratas são feiosas, nojentas e fazem mal à saúde. Então qual a utilidade *desses bichos* no mundo? A resposta divide os pesquisadores. De um lado, há os que, como Milano, defendem *o animal*. (Reportagem Revista Galileu, fev. 2004, p.28)

Todas as expressões referenciais em destaque retomam “as baratas”. No caso de “as monstrengas”, há demonstração clara de tom pejorativo, sendo, portanto, uma função *avaliativa*. Porém, percebemos que um papel diferente é assumido pelas demais anáforas, “esses insetos”, “esses bichos” e “o animal”. Estas se classificam, segundo o que propomos, como *glosa* por hiperônimo, na medida em que a barata é, em termos gerais, um inseto, um bicho e, conseqüentemente, um animal. Observe-se como varia o grau de genericidade dos termos, por isso uma investigação desses valores semânticos poderia ser muito elucidativa, em trabalhos futuros.

Para reforçar nossa compreensão, examinemos mais um exemplo:

(69) O Pica-Pau Ataca Novamente. Soa esquisito para uma estréia, mas foi esse o título em português do episódio com a primeira aparição do *personagem* (Knock Knock, no original), em 40. (...)

Seu criador, Walter Lantz, costumava dizer que teve a idéia para *o passarinho topetudo* durante sua lua-de-mel a três: o terceiro integrante do chalé era um pica-pau irritante que não parava de fazer barulho. (...)

*O arretadíssimo passarinho* se adaptou bem ao Brasil. Chegou mesmo a ser tema de uma música da Jovem Guarda (...) (Reportagem revista Flashback, dez. 2004, p.19)

Acima temos três tipos de anáforas que modificam o sentido da introdução “O Pica-Pau”. A primeira é “o personagem”, cuja função é somente *não-avaliativa*. Já não podemos dizer o mesmo sobre os termos “o passarinho topetudo” e “o arretadíssimo passarinho”, que, além de serem claramente *avaliativos*, cumprem a função de *glosa* por meio de hiperônimo.

Analisemos outro exemplo:

(70) A medicina preventiva vem baixando os parâmetros de normalidade para uma série de marcadores – e, com isso, está aumentando o número de pré-doentes. Até que ponto isso é um exagero?

(...) Um dos melhores exemplos é o que ocorreu depois da invenção do exame de tomografia computadorizada que analisa a quantidade de cálcio nas artérias. A concentração do *mineral* é um importante marcador de risco cardíaco (...) (Reportagem Veja, 2005, p. 86)

Vemos que “o mineral” é um hiperônimo de “cálcio”. Portanto, este nome indica a que classe pertence o objeto em questão.

Vejamos, a partir de agora, casos de glosa por nomes gerais:

(71) O futuro está aqui

Começo de ano é sempre uma boa época para pensar no futuro. (...)

No entanto o futuro não promete só coisas bacanas. (...)

E para quem gosta do *tema*, uma boa dica para saborear a ficção enquanto ela não vira realidade. No começo do mês vai estrear um novo filme do gênero: “A Linha do Tempo”, baseado no best seller homônimo de Michael Crichton, o mesmo de “Parque dos Dinossauros”. (Editorial revista Galileu, fev.2004, p.4)

Note-se que “o tema”, nome recategorizador de “o futuro”, representa um *nome geral* (cf. Halliday e Hasan, 1976), que se adequou ao referente neste contexto. No caso, “tema”, ou assunto a ser discutido na revista, é uma classificação de cunho geral apontada para o referente de “o futuro”.

Vejamos mais um exemplo:

(72) (...) Senhor (a) Coordenador(a),

A Biblioteca Universitária da Universidade Federal do Ceará (BU/UFC) fará a assinatura de periódicos estrangeiros para o ano 2000.

Ainda não temos idéia do montante de verbas para aquisição *deste material*, mas em reunião com a CAPES em 09.06.1999, fomos informados que a verba seria para aquisição da core collection de cada curso da Instituição.

(EC 06 – Carta oficial – Prottexto)

Com o objetivo de manter um estilo impessoal neste gênero de carta, é provável que se tenha recategorizado o termo “periódicos estrangeiros” através da expressão “este material”, uma vez que tal sintagma *não* possui caráter *avaliativo* e funciona como *glosa* por meio de nome geral.

Quanto à glosa através de nomes que revelam um caráter metonímico, leiamos os dois exemplos seguintes:

(73) FLASHBACK ano 1

(...) recebemos, até o início de novembro, 250 e-mails relativos principalmente às edições 1 (capa dos Trapalhões) e 2 (Legião Urbana). Enquanto escrevo isso, a edição 3 (Roberto Carlos) mal chegou às bancas.

(...) Queremos saber o que você está achando *da revista*. (Editorial revista Flashback, dez. 2004)

(74) “Universidade em perigo”, este é o título do editorial do “Le Monde”, datado de 21 de janeiro último. *O jornal* expressa dessa maneira sua preocupação com as

“alarmantes” dificuldades vividas pela universidade francesa (...) (Artigo de opinião, Revista Galileu, fev, 2004, p.82)

No exemplo (73), “a revista” retoma o substantivo “Flashback”. Neste caso, esta recategorização representa um sentido metonímico no que diz respeito à sua âncora no contexto, porque se revela o uso de uma *marca de um produto* “Flashback” e, depois, explica-se que se trata do *produto* “a revista”. Então, tal forma cumpre a função de esclarecer a natureza do referente.

O mesmo processo se dá em (74), já que “o jornal” igualmente remete à introdução referencial “Le Monde”. Dessa forma, o nome em lugar do produto surge inicialmente no contexto; em seguida, dá-se a conhecer que “Le Monde” é um jornal.

Atentemos, agora, para casos desta função mediante nomes metalingüísticos:

(75) *Solidão positiva!*

Submetido por Edson Rodrigues... em Quarta, 2005-07-06 15:14

*A palavra Solidão*

Assusta a muitos irmãos

Irmãos que buscam na ansiedade

Tudo para suprimir o medo da solidão

Solidão pode ter outro prisma

Em nossa visão (...) (Poema - Internet, 2005)

No caso acima, a entidade referida inicialmente como “solidão positiva” é redenominada como “a palavra solidão”, o que implica uma função de *glosa* por meio de nome metalingüístico, na medida em que tal anáfora indica um sentido explicativo de “solidão” enquanto termo do léxico português.

Observemos um caso semelhante:

(76) (...) Felizmente – ah! um infelizmente neste último capítulo de um caipora é, na verdade, uma anomalia; mas vão lendo, e verão que *o advérbio* pertence ao estilo, não à

vida; é um modo de transição e nada mais. (...) (Conto Último Capítulo, Machado de Assis, 1997, p.60)

No último exemplo, “o advérbio” é o elemento recategorizador de “um infelizmente”. Assim sendo, há nisso uma função de *glosa* por nome metalingüístico pelo fato de a anáfora referir-se à classe gramatical a que o objeto pertence.

Temos ainda, em nossa proposta, os casos nos quais a glosa se apresenta sob a forma de paráfrase. Como vimos anteriormente, as construções parafrásticas, ‘definicional’ e ‘didática’ foram explicitadas por Koch (2004) como funções discursivas das formas referenciais. Entretanto, em nossa proposta, associamos o primeiro tipo de paráfrase aos casos de glosa, como uma mesma função recategorizadora.

Exemplo:

(77) (...) Lançada em 1897, a aspirina era indicada inicialmente apenas como analgésico. Com o tempo, *o remédio feito a partir da casca de salgueiro* provou-se eficaz contra inflamações, doenças do coração e alguns tipos de câncer, entre outros benefícios. (Reportagem Revista Veja, maio, 2004, p.86)

Notemos que a recategorização acima, “o remédio feito a partir da casca de salgueiro”, caracteriza-se como uma paráfrase, por constituir-se de uma expansão, a qual evidencia um enunciado lexical e sintaticamente mais complexo do que a expressão a que se refere. (cf. Hilgert, 1996) É também definicional, já que define que a “Aspirina é um remédio extraído da casca do salgueiro”. Estamos, pois, considerando as paráfrases não como funções, mas como reelaborações semânticas.

Salientamos, sobretudo, que tal expansão parafrástica possui como núcleo o substantivo de significado mais geral “remédio”, que retoma o sentido particular de “aspirina”.

Por conseguinte, sugerimos denominar esta recategorização de *glosa por definição* através de paráfrase – que, neste caso particular, é também *avaliativa*. Isto se deve ao fato de que esta recategorização expressa uma avaliação sutil, pois sugere que a matéria da qual este remédio tão eficaz foi feito é bastante simples, por se tratar de uma planta florífera.

Segue outro caso abaixo:

(78) A **EXPOITA** é realizada, anualmente, no Parque de Exposições Dr. Ary Bastos, em Itapajé, região norte do Ceará, a 125km de Fortaleza.

Em 2005, *esse evento que é responsável pela maior movimentação turística do município e que consiste na quarta maior exposição agropecuária do Ceará*, será realizado durante os dias 02 a 07 de agosto, envolvendo vários representantes dos setores agropecuários, industriais, culturais e de serviços, tanto da comunidade como de diversas regiões do Estado. (...) (Informativo municipal, julho 2005, p.8)

A recategorização acima, “esse evento que é responsável pela maior movimentação turística do município e que consiste na quarta maior exposição agropecuária do Ceará”, exerce a função *avaliativa* e de *glosa* por *definição* mediante construção parafrástica, possuindo um nome que revela metonímia ou contigüidade entre o núcleo sintagmático “evento” e “EXPOITA - Nome do evento”. Uma vez que este informativo visa a propagar ações político-administrativas no município referido no texto, a glosa, sob a forma parafrástica, se reveste de um caráter extremamente axiológico, pois não apenas explica o que significa “a EXPOITA”, mas também a avalia positivamente.

Registramos mais um caso de *glosa* manifesta por paráfrase:

(79) CEWIN

Ácido Ascórbico

Cewin é um medicamento que possui em sua fórmula *uma substância denominada ácido ascórbico ou vitamina C*. (Bula de Cewin, sanofi-synthelabo)

Como se vê, toda esta extensão parafrástica tem por função esclarecer o sentido de “ácido ascórbico” mediante um núcleo de nome geral “uma substância denominada ácido ascórbico ou vitamina C”, com intenção *não-avaliativa*.

Concluimos que os casos de *glosa* existem com função *avaliativa* ou *não-avaliativa*, uma vez admitindo-se que as recategorizações podem exercer mais de uma função simultânea num mesmo ato enunciativo. Nestas situações, por exemplo, a recategorização pode

também ter sido motivada por um desejo de *evitar repetição de palavras*, por isso dissemos que esta função existe potencialmente nas recategorizações, nos casos gerais de substituição de uma designação por outra.

Em conclusão, propomos que a glosa pode ser de três tipos: por *definição*, por *correção* ou *por especificação*, porém não teremos a pretensão de esgotar aqui os tipos de glosas exercidas pelas recategorizações, pois outros tipos, provavelmente, poderão existir.

Em geral, pode-se dizer que a glosa é uma importante ‘estratégia metaformulativa’, pois se volta para o próprio texto, de maneira que esclarece o sentido dos termos empregados, refletindo, assim, sobre a forma do dito, o que se caracteriza como um ato metadiscursivo.

d) A função de **glosa por correção** existe quando o falante recategoriza com o fim de negar, reformular ou corrigir uma denominação anterior, indicando outra como sendo a mais conveniente e assinalando, explicitamente, a inadequação da primeira nomeação. Isto ocorre por meio de expressões nominais ou por paráfrases. Tais formas podem vir a ter as mesmas características semântico-lexicais da glosa por definição. Porém, esta função possui a especificidade de ocorrer, de modo possível, após a indicação de expressões corretivas do tipo *ou melhor*, *quer dizer* e outras; ou através de certos comentários metalingüísticos.

Essa mesma noção funcional de correção pode ser encontrada em Mondada e Dubois (1995) e em Koch (2004). Mondada e Dubois (1995) lembram que, em termos gerais, a correção é um processo que existe tanto em textos orais (com grande frequência) como em textos escritos. Segundo as autoras, isto acontece não somente nos casos de rasuras visíveis nos manuscritos, mas também nas subversões da linearidade textual. Neste último caso, poderá ocorrer uma recategorização, como no exemplo a seguir:

(80) Se me for permitido contar, falarei da série de provações que me foram necessárias para encontrar ‘um quarto’..., não, ‘*uma toca*’ no Grande Albergue da Europa, administrado pelo osignore Pietro Roberti. (Achard, Montebello, Magenta, Marignan. *Lettres d’Italie* (mai et jun, 1859), Paris, 1859; 50) (Mondada e Dubois, 1995, p. 31)

Acima, tem-se que “uma toca” reformula a referência anterior, “um quarto”. O uso do advérbio “não” evidencia que o locutor reprova a designação inicial no discurso, para, em

seguida, redenominar o referente. Percebemos, pois, o valor *avaliativo* que esta correção adquiriu ao tratar do objeto de maneira um tanto irônica.

Koch (2004) demonstra que a “correção” faz parte dos tipos de estratégias textuais metaformativas, chamadas de ‘reformulativas’. Contudo, convém lembrarmos que, em Koch e Silva (1996), estabelece-se uma diferença entre dois tipos de ações reformulativas: as ‘saneadoras’, por meio das quais o locutor retoma um segmento do texto a fim de sanar alguma deficiência, esclarecendo, assim, o sentido idealizado; e as que não são saneadoras, mas se prestam a satisfazer certos propósitos argumentativos. A correção, bem como certas paráfrases e repetições, enquanto estratégias reformulativas, não ocorrem, neste caso, para “resolver” problemas de formulação detectados, mas para exercerem um importante papel no desenvolvimento da argumentação do locutor. Exemplo:

(81) Fiel ao meu hábito, eu me dirigi para o porto. (...) é necessário, para subir lá, uma firmeza que eu não tenho, e, voltando por onde vim, eu deixei o faz de conta de cais, para me fechar com as minhas lembranças no apartamento... quer dizer, *na sala de teto arredondado, obscura e tão ampla* que não reconheceríamos o próprio pai se ele estivesse na outra extremidade, que me foi dada como quarto de dormir. (Gaparin, Voyage d’une ignorante dans le midi de la France et l’Italie, Paris:Paulin, 1835, v1.p.147) (Mondada e Dubois, 1995, p.31)

Note-se que a paráfrase “a sala de teto arredondado, obscura e tão ampla” negocia uma nova atribuição ao referente “o apartamento”. Com efeito, ao verificarmos as condições de produção deste texto formal escrito, o qual é menos espontâneo e bem mais elaborado que o discurso oral, acabamos por depreender que a forma de correção recategorizadora que nele existe não possui finalidade de sanar deficiências formativas. Na verdade, o locutor se auto-corrige, usando a expressão “quer dizer”, para propor uma reinterpretação de “o apartamento”, o qual é *avaliado* pejorativamente no discurso. Por outro lado, neste caso, vemos também a força emotiva que emana do locutor, através da recategorização. A paráfrase acima modifica o referente conforme o sentimento ou a subjetividade do enunciador.

Leiamos, agora, outro fragmento retirado de Mondada e Dubois (1995), que mostram como um comentário metalingüístico pode realizar tal função:

(82) “Palácios em mármore branco!” – gritava-se. Eu via somente *velhas construções* enfileiradas umas após as outras, formando treliças, por assim dizer. ( Gasparin, idem, v1, p. 147) (Mondada e Dubois, 1995, p. 33)

As autoras destacam “velhas construções” como o sintagma que “corrige”, de forma metonímica e com expressividade, a designação “palácios em mármore branco”. Elas ressaltam como os próprios locutores pontuam os “deslizes entre referencialidade e negociação intersubjetiva dos processos de referenciação”, através de exemplos como acima, que refletem exatamente as diversas visões e tentativas de captar a realidade construída por meio das formas referenciais. E assim esclarecem sobre este modo de corrigir: “Observamos, aqui, um conflito entre diferentes convenções, diferentes interpretações. Uma categoria lexical impõe um ponto de vista, um domínio semântico de referência, a concorrer com outras categorias sugeridas, e produzindo sentido a partir do contraste com as precedentes”. (cf. Mondada e Dubois, idem)

Confira-se outro caso de correção:

(83) Ninguém ousa namorar as deusas do sexo

(...) Que nos prometem elas, com suas formas perfeitas por anabolizantes e silicones? Prometem-nos um prazer impossível, um orgasmo metafísico, para o qual os homens não estão preparados.

(...) *Essas fêmeas pós-industriais* foram fabricadas pelo desejo dos homens ou, melhor, pelo *desejo que eles gostariam de ter* ou, melhor ainda, pelo *poder fálico que as mulheres pensam que os homens possuem*. (Artigo de opinião, Folha de São Paulo, 1999, p.10)

Estas correções parafrásticas, de alto poder retórico, beneficiam os argumentos defendidos pelo autor do artigo. No entanto, ressalvemos que a primeira recategorização, “essas fêmeas pós-industriais”, tem uma função unicamente *avaliativa*. Já o restante dos termos destacados tende também a corrigir, de forma não menos *avaliativa*, “o desejo dos homens”, pois, na verdade, o que o enunciador “pretendia” dizer era “o desejo que eles (os homens) gostariam de ter” e “o poder fálico que as mulheres pensam que os homens possuem”.

Observemos o item a seguir:

(84) (...) O eixo que surge anunciado pela formação do governo Lula é o que sobrou

da vasta indeterminação. Entre a avenida Paulista e São Bernardo: uma política econômica ortodoxa, para não dizer *tucana*, e uma política social petista, Palocci-Meirelles e Fome Zero-Ministérios Sociais. (...)

O programa que ficou conhecido como neoliberal e, entre nós, tucano, enquanto sociabilidade, menos que ideologia, está de corpo inteiro no par Palocci-Meirelles, e até na definição do social, que não se apresenta como antagônico ao econômico, mas como sua correção. E nos conselhos que renomados articulistas vêm repetindo à exaustão: autonomia do Banco Central, corte nas despesas do governo, uso implacável da taxa de juros, "sensatez" na negociação da Alca, eliminação de privilégios corporativos (leia-se *derrogação dos direitos constitucionais do funcionalismo público*) (Artigo de opinião, Folha de São Paulo, dez. 29, 2002)

Aqui se realizam correções que auxiliam na construção retórica do cotexto; são elas as formas "tucana" e "derrogação dos direitos constitucionais do funcionalismo público". Constatase que o termo "para não dizer..." é um recurso usado para indicar uma nova designação ao ser, assim como a expressão "leia-se", que sugere ao leitor uma outra compreensão dos referentes mencionados anteriormente.

e) A função de **glosa por especificação** serve para recategorizar os referentes de forma específica, partindo-se de um sentido geral para um particular. No que diz respeito a isso, Koch (2004) menciona o uso da "anáfora especificadora", termo utilizado pela própria autora para designar os casos em que se faz um refinamento da categorização através da seqüência hiperônimo / hipônimo, de modo a trazer, compactamente, ao discurso, informações novas correspondentes ao objeto discursivo. Vejamos a ilustração da autora:

(85) Uma catástrofe ameaça uma das últimas colônias de gorilas da África. *Uma epidemia de Ebola* já matou mais de 300 desses grandes macacos no santuário de Lossi, no

noroeste do Congo. Trata-se de uma perda devastadora, pois representa o desaparecimento de um quarto da população de gorilas da reserva. (retirado de Koch, 2004, p.74)

Não será difícil discernirmos que o sintagma nominal “uma epidemia de Ebola” é uma referência que especifica “uma catástrofe”. Inicialmente, introduziu-se o referente de maneira vaga, imprecisa no texto. Logo em seguida, traduziu-se tal catástrofe anunciada como “uma epidemia de Ebola”, o que vem a ser um nome de cunho específico.

Acrescentemos mais um exemplo:

(86) Cientistas da Universidade de Massachusetts seqüenciaram o genoma de um microorganismo que pode sobreviver em condições dez vezes mais salgadas do que a água do mar. Os dados genéticos deverão esclarecer como *esse organismo - Halobacterium* – vive em ambientes extremos, como minas de sal ou lagos salgados. A idéia dos pesquisadores é utilizar essas informações para o desenvolvimento de produtos biotecnológicos, como planta de arroz, que possam crescer em solos salinos.

(extraído de Koch, 2002, p.87)

Aqui nos reportamos ao objeto de discurso “esse organismo - Halobacterium”, cuja interpretação remete à introdução referencial “um microorganismo que pode sobreviver em condições dez vezes mais salgadas do que a água do mar”. Tal anáfora consegue evidenciar, de modo particular, que tipo de organismo está sendo pesquisado pelos cientistas acima referidos. Uma vez que “Halobacterium” é um termo que pode ser classificado como hipônimo de “microorganismo”, diremos que estamos diante de um caso de recategorização cuja função discursiva é a de *glosa por especificação*.

Vejamos, em seguida, uma ocorrência de recategorizações sucessivas a respeito de um referente. Em tal item, há diferentes funções; dentre elas, anáforas com funções de glosa que especificam e outras que, ao contrário, generalizam. Neste contexto, constatamos que a função discursiva de *glosa por especificação* se manifesta de maneira inversa à de *glosa por definição*, no plano semântico-lexical:

## (87) O quebra-cabeça de Arquimedes

Pergaminhos revelam *trabalho inédito do grego* em análise combinatória

Como se não bastasse ter sido o descobridor de leis da física, inventor de engenhocas para facilitar a vida humana e um dos maiores matemáticos de todos os tempos, Arquimedes (287-212 a.C.) agora é apontado também como o possível inventor de *um dos passatempos mais antigos do mundo*.

(...) Com o auxílio de raios ultravioletas e de programas de computador para separar o que seria original (transcrição do trabalho de Arquimedes) de ruídos (orações escritas, mofos etc.), a equipe liderada por Netz chegou à conclusão que o grego deixou um trabalho inédito sobre *um passatempo da Antiguidade: o stomachion*.

O trabalho descreve *um quebra-cabeça que consiste em um quadrado fracionado em 14 partes*. O objetivo do jogo é, depois de embaralhados, juntar esses 14 pedaços para formar novamente o quadrado ou ainda outras figuras conhecidas. *O stomachion* é parecido com o Tangram, mais difundido hoje, o desafio chinês de 7 peças.

Os especialistas não compreendiam como um gênio como Arquimedes poderia ter perdido seu tempo com um trabalho sobre *um brinquedo desses para crianças*. (Reportagem Revista Galileu, 2004, p.68)

Detectamos, na ilustração acima, a evolução sofrida pelos objetos “Arquimedes” e, principalmente, por seu “quebra-cabeça”. Isso se denuncia através das recategorizações “trabalho inédito do grego”, “um dos passatempos mais antigos do mundo”, “um passatempo da Antiguidade: o stomachion”, “um quebra-cabeça que consiste em um quadrado fracionado em 14 partes”, “o jogo”, “O stomachion”, “um brinquedo desses para crianças”. Vemos que os dois primeiros sintagmas citados “trabalho inédito do grego” e “um dos passatempos mais antigos do mundo” desempenham um papel de “*glosa por definição avaliativa*” no discurso. Já o terceiro, “um passatempo da Antiguidade: o stomachion”, envolve uma *glosa por especificação*, pois refina a categorização feita ao especificar, também de modo *avaliativo*, de qual tipo de passatempo da Antiguidade se tratava; no caso, do stomachion, que é a informação nova acrescentada ao referente. Em “um quebra-cabeça que consiste em um quadrado fracionado em 14 partes”, tem-se uma função de *glosa por definição não-avaliativa*, que apenas acrescenta informações de como tal passatempo é constituído. Em seguida, vê-se uma

nova forma de *glosa por definição não-avaliativa*, “o jogo”; depois disso, volta-se a recategorizar de modo especificador através do nome “O stomachion”. Por fim, “um brinquedo desses para crianças” revela-se fortemente *avaliativo*, em forma de *glosa por definição*, principalmente em virtude do pronome “esses”, o qual sugere um sentido pejorativo ao objeto criado por Arquimedes.

Vejamos outro item semelhante:

(88) A crescente demanda e a escassez do pescado no Baixo São Francisco transformaram o cenário do Rio. É comum encontrar tanques-rede, ou *gaiolas*, para a produção de peixes em cativeiro ao longo do leito e em seus afluentes. Trata-se de *uma atividade econômica que se prolifera no Velho Chico e rende bons lucros para seus investidores*.

A busca por um projeto pessoal de vida e a paixão pelos peixes levaram Mário de Albuquerque e Rodolfo Lima a criar *tilápias* em gaiolas, próximo à foz do São Francisco, em Brejo Grande. (...) (Reportagem, Jornal de Aracaju, dez. 2001, p.51)

Identificamos, acima, três diferentes recategorizações. O sintagma com função de *glosa por correção não-avaliativa*, “gaiolas”, ajusta ou retifica a primeira denominação “tanques-rede”. Já a segunda anáfora, “uma atividade econômica que se prolifera no Velho Chico e rende bons lucros para seus investidores”, define a natureza de “produção de peixes em cativeiro”; por isso a consideramos *glosa por definição avaliativa* manifesta, inclusive, por paráfrase. Apenas a última recategorização, “[criar] tilápias” funciona como *glosa por especificação não-avaliativa* do hiperônimo “peixes”.

f) A função *estético-conotativa* é bastante encontrada não somente, mas de modo principal, nos textos literários. O ato de recategorizar, com esta função, decorre do desígnio de fazer a expressão recategorizadora voltar-se para si mesma, dotando-se de várias possibilidades de sentido; neste caso, a expressão se autocentra, privilegiando suas características semântico-lexicais, as quais se aplicam ao referente, de tal modo que se evidenciam muito mais tais propriedades do que o seu conteúdo nocional. Isto implica ultrapassar a interpretação do conteúdo puramente denotativo ou referencial da expressão recategorizadora para se evidenciar seus traços eventuais e multissignificativos que se impõem aos objetos discursivos.

Vista sob este aspecto, a recategorização assume um papel fundamental de recriar os referentes a partir de um mundo ficcional, no qual se constrói uma rede de relações inferenciais complexas e ambíguas, mas que passam a dar coerência à leitura. Exemplo:

(89) ENIGMA

Não suponho. Creio  
na força universal que move o mundo,  
ordenando e desordenando a natureza.  
*Essa mesma força que torna o mar bravio*  
traz a tempestade impiedosa,  
a fúria indesejável do vento,  
os terremotos, furacões,  
cataclismas e enchentes devastadoras.  
*Essa mesma força universal*  
*que cria o ar puro das montanhas,*  
*a mansidão das águas, o céu azul e limpo,*  
*as noites poéticas de luar.*  
(Poema de Ary de Albuquerque, 2003, p.60)

Verifica-se a função *estético-conotativa* nesta mensagem poética, por meio das recategorizações de “a força universal que move o mundo”, “essa mesma força que torna o mar bravio” e “essa mesma força universal que cria o ar puro das montanhas, a mansidão das águas, o céu azul e limpo, as noites poéticas de luar”.

Esta paráfrase expressa um valor conotativo através de uma linguagem metafórica, vindo a se caracterizar também como estética. E isto acontece mediante uma renomeação do objeto. Veja-se mais um caso:

(90) A MULHER

Havia uma hora em que não existia nada:  
nem sol, nem terra, nem lua.  
Não havia nem espaço nem dimensões havia.

(...) E surgiu, com a criação do homem, *a mulher*  
*que se doou em amor e (que) se tornou*  
*a sublime inspiração da vida.* (idem, 2002, p.152)

Nestes versos poéticos, a função *estético-conotativa* da recategorização se concretiza na paráfrase “a mulher que se doou em amor e (que) se tornou a sublime inspiração da vida”. Entende-se que houve aqui um objetivo estético de uso da linguagem e, ao mesmo tempo, conotativo, ao se tomar a mulher como “a sublime inspiração da vida”.

Conforme se conclui em Jaguaribe e Cavalcante (2002), a referência literária é extremamente instável e multiforme e, muitas vezes, processa-se em nível cognitivo-discursivo, acarretando mudanças semânticas, que não se explicitam no modo de designação, como acontece com relação a certas repetições na progressão do discurso.

Segue, abaixo, um exemplo destas pesquisadoras, que mostram como o efeito de ambigüidade, enquanto recurso *estético-conotativo*, é projetado através da anáfora direta recategorizadora por repetição. Nos próximos itens, veremos ilustrações de recategorizações com esta mesma função não através de mudança de nomeação, mas de repetição lexical:

(91) “(...) o homem permaneceu com Betsy na cama durante toda a sua agonia, acariciando o seu corpo, sentindo com tristeza a magreza de suas ancas. No último dia, *Betsy*, muito quieta, os olhos azuis abertos, fitou o homem com o mesmo olhar de sempre, que indicava o conforto e o prazer produzidos pela presença e pelos carinhos dele. (...) A noite inteira, o homem passou acordado ao lado de *Betsy*, afagando-a de leve, em silêncio, sem saber o que dizer. Eles haviam vivido juntos dezoito anos (...)

Cuidadosamente, colocou o corpo de *Betsy* dentro da caixa debaixo do braço, caminhou para a porta. Antes de abri-la e sair, enxugou os olhos. Não queria que o vissem assim”. (Conto *Betsy*, Rubem Fonseca) (Jaguaribe e Cavalcante, 2002, p.7)

É interessante a análise de que, no momento em que o referente “*Betsy*” é introduzido, o autor nos induz a imaginar tal personagem com traço semântico “humano”, conforme notamos ao longo do trecho narrativo acima. Não obstante, no final da história, a

natureza de “Betsy” é desvendada: trata-se de um animal de estimação do homem, personagem do conto; portanto, seu traço semântico é “não-humano”.

Porém, o aspecto mais curioso e criativo do conto é que esta “metamorfose” do referente provocada pelo autor não se deu por meio de designações alternativas, mas sim através da repetição lexical “Betsy”. Isto significa que tal transformação foi sentida pelo leitor cognitivamente, pois provocou uma quebra de expectativas sobre o referente, o qual é interpretado com base em âncoras cotextuais e com base no conhecimento prévio ou bagagem cognitiva do interlocutor de que só um animal como um gato ou um cachorrinho caberia numa caixa de liquidificador.

O que temos a dizer sobre este fato é que houve remodulações da idéia inicial que se tinha sobre o objeto, mudando-se, assim, o sentido da referência, mas isso ocorreu independentemente da denominação atribuída a este objeto. Portanto, o exemplo acima explicitado nos leva a compreender a *apreensão cognitiva do referente construído* (inferências a respeito de Betsy) e a *significação da palavra que o designa* (o nome próprio Betsy).

Enfatizando, pois, o caráter cognitivo-discursivo do processo de recategorização, as autoras apontam o fragmento acima como a evidência de que devemos atentar para esta função dinâmica da recategorização existente no texto literário, o qual “exige do leitor mais elasticidade nas expectativas que cria” quanto à interpretação dos referentes.

Jaguaribe e Cavalcante (2003) também nos fornecem o seguinte exemplo:

(92) (1) Estava ali esperando o bonde. O último bonde que ia para a Lapa.

(2) A sensação sem propósito de estar sozinho, sozinho, sem ninguém, é o que o desanimava. Não podia ficar quieto. Precisava fazer qualquer coisa. Pensou numa. Olhou o relógio: sete para as duas. *A Lapa é longe.*

(3) O bonde vinha vindo. O nevoeiro atrapalhava a vista mas parece que ela olhou para trás. Mais uns segundos perdia o bonde. O último bonde que ia para *a Lapa*. Achou que era uma besteira não ir dormir. Resolveu ir.

(4) Mas ali o nevoeiro já não era tanto felizmente. Decidiu. Iria indo no caminho *da Lapa*. Se encontrasse a mulher bem. Se não encontrasse paciência.

(5) Estava parada na esquina. E virada para o lado dele. Foi diminuindo o andar. Ficou atrás do poste. Procurava ver sem ser visto. Alguma coisa lhe dizia que era aquele o momento. Porém não se decidia e pensava no bonde da *Lapa* que ia já longe.

(6) A mulher recomeçou a andar. Até que enfim. E ele também rente aos prédios. Agora já tinha desistido. Viu as horas: duas e um quarto. Antes das três e meia não chegaria na *Lapa*.

(7) Nem tinha tempo de pensar em nada. *Lapa. Lapa.* Puxou o relógio: vinte e cinco para as três. Um quarto para as quatro em casa. E que frio. E o velho atrás. Virou-se estupidamente. O velho fez-lhe um sinal. O quê? Não queria conversa. Não falava com quem não conhecia.

(8) Corria com as mãos fechando a gola do paletó. Só depois de muito tempo pegou no passo de novo. Porque estava ofegante a garganta doía com o ar da madrugada. *Lapa. Lapa.* E pensava: A esta hora é capaz de ainda estar apanhando. (poema O Tímido José (Borba), Alcântara Machado) (Jaguaribe e Cavalcante, 2003, p.4)

Conforme observamos, sob a ótica das autoras, se a palavra “Lapa”, na ocorrência (1), quer dizer simplesmente o nome do bairro em que o personagem José Borba morava, o mesmo não ocorre em (2). Isto porque tal palavra começa a se impregnar de um sentido conotativo, o qual passa a indicar algo além do plano físico. Já em (3), segundo as autoras, “a Lapa” torna-se quase um sinônimo de “refúgio”, por causa do lamento do autor, ao perder o “último bonde que ia para a Lapa”. Afirmam as autoras que a reiteração em (4) “confirma a impossibilidade de se ler a palavra *Lapa* como simples referente do bairro paulistano”, enquanto que o item (6) recupera a força sugestiva que havia sido atenuada no item anterior, visto que, em (5), a palavra apenas integra, denotativamente, o sintagma “o bonde da Lapa”.

De fato, nota-se que as divagações de José, através do discurso indireto livre, deixam entrever o novo sentido sugerido ao nome aludido, que se mistura ao sentimento de angústia do personagem no trecho (7): “Nem tinha tempo de pensar em nada. *Lapa. Lapa...*”

Finalmente, em (8), Jaguaribe e Cavalcante afirmam que: “(...) o processo de recategorização se completa: nas duas ocorrências finais, a palavra parece formar frases interjectivas; são gritos de socorro e de dor de alguém sufocado pela angústia, pelo desespero de se reconhecer incapaz de concretizar um dos maiores anseios humanos: sair de si mesmo e

encontrar-se com o outro. E *Lapa* aí, passa a ser lida simplesmente como um abrigo, um lugar de refúgio, no qual José Borba deseja esconder-se”.

Portanto, deve-se concluir que todas as repetições da palavra “Lapa” não acontecem aleatoriamente neste poema, mas cumprem um propósito: o de multiplicar os sentidos de uma mesma palavra reiterada no mesmo texto. Mais precisamente, estamos diante daquilo a que chamamos de função *estético-conotativa*, que, nos casos de anáfora direta (objeto de nossa análise), manifesta-se freqüentemente, nos poemas, através de repetições aparentemente co-significativas. Vejamos mais um caso:

(93) Havia um menino, que tinha um chapéu

para pôr na cabeça

por causa do sol.

Em vez de um

gatinho

tinha um caracol.

Tinha o caracol

dentro de um

chapéu;

fazia-lhe cócegas

no alto da cabeça

Por isso ele andava

depressa, depressa

p’ra ver se chegava

a casa e tirava

o tal caracol

do chapéu, saindo

de lá e caindo

o tal caracol.

Mas era, afinal,

impossível tal,

nem fazia mal

nem vê-lo, nem tê-lo:  
 porque *o caracol*  
 era do cabelo. (Poema Fernando Pessoa, s/d)

Não nos restam dúvidas de que a reiteração da palavra “caracol” acima acarreta, no final do poema, uma recategorização cognitiva, que acaba também sofrendo ressignificação, além de uma transformação no referente. Com efeito, o “caracol” de que se fala no texto possui o sentido inicial de “molusco”, que se relacionaria ao fato de “fazer cócegas na cabeça” e também a outras pistas presentes em trechos como “em vez de um gatinho tinha um caracol”, o que nos fazia supor que se tratava realmente de um ser animado. Porém, esta expectativa de significação do referente é superada quando o leitor descobre que “o caracol era do cabelo”. cremos haver nisso uma mudança tanto no plano cognitivo-referencial, no que toca às inferências, quanto no plano semântico-lexical, isto é, no efeito de sentido do termo. Logo, acreditamos que a intenção subjacente a esta forma de recategorizar explica-se através da função *estético-conotativa*.

Jaguaribe (2005) também aponta exemplos de recategorização com função *estético-conotativa* através de anáforas indiretas e de introduções referenciais puras. Porém, não abordaremos aqui tais ocorrências, já que foge ao escopo de nosso trabalho, o qual se limita ao estudo das anáforas diretas correferenciais.

Em síntese, ressaltamos que todas essas funções elencadas devem ser observadas do ponto de vista da intencionalidade do produtor do texto em seus contextos de ocorrência, pois o que tentamos enfatizar neste trabalho foram as recategorizações a partir das situações de uso. Conforme afirma Sitya (1995, p.28):

*O discurso possui uma orientação argumentativa e a significação das palavras, expressões e proposições que o acompanham é construída a partir de uma determinada situação de discurso, e especialmente, pelo objetivo do locutor. Há certas orientações que propõem maneiras de construir um enunciado, a fim de que este seja interpretado de acordo com a intenção do locutor.*

Também gostaríamos de reafirmar que tais funções podem não se excluir umas às outras, mas chegam a agir conjuntamente na construção dos sentidos.

O que temos a acrescentar sobre isso são ainda algumas observações que podem servir como sugestões para reflexões futuras sobre o tema estudado. Fizemos, pois, comentários associados à relação entre as funções discursivas das recategorizações e os gêneros, bem como à frequência de tais funções.

## 5.2. Breves observações sobre a relação entre função e gênero

Pelo fato de termos selecionado alguns dos gêneros textuais como ponto de partida para análise, ficou-nos evidente que algumas funções discursivas se apresentam com maior frequência em certos gêneros. Dentre estes, salientaremos os anúncios publicitários, poemas, bulas de remédio, verbetes de enciclopédia, reportagens, explicações de livros didáticos e outros gêneros que contêm seqüência explicativa.

No caso dos anúncios, a função que denominamos como “avaliativa”, junto a outras funções, é altamente previsível. Sua ocorrência foi um fato constante em nossa análise. Conseqüentemente, nossa interpretação sobre essa característica nos anúncios assume total coerência quando nos reportamos ao fato de que tal gênero tem como alvo principal a venda dos produtos oferecidos por meio da veiculação das mensagens. Logo, todo o discurso, que atinge um alto grau de argumentatividade, organiza-se em torno do objetivo de levar o consumidor à adesão de suas idéias. Tomemos como ilustrações os itens subseqüentes:

### (94) APRECIADOS E CONSUMIDOS EM TODO O MUNDO

Há quatro gerações a Viña Extremeña vem preservando técnicas e conhecimentos centenários e, com sabedoria, vem incorporando o que há de melhor na moderna tecnologia do setor, produzindo vinhos premiados e consumidos em todo o mundo. A Casa Flora traz para o Brasil, com exclusividade, *estes preciosos vinhos da Espanha* para o seu total prazer. (Anúncio Revista Gula, março 2003, p.31)

## (95) SCHERING

Com a pílula minha vida não mudou.

Ainda bem.

Há 40 anos a Schering lançou *o primeiro anticoncepcional produzido em larga escala no Brasil e no mundo*. Com certeza, ajudou a mulher conquistar a liberdade de escolher o que fazer com sua vida, a ser dona do seu destino, senhora das suas opções. Hoje, 35 milhões de mulheres no mundo tomam pílulas anticoncepcionais da Schering. O investimento em pesquisa e desenvolvimento de medicamentos inovadores ajuda a mulher a manter e avançar nas suas conquistas sociais e de saúde. (Anúncio Veja, dez. 2004, p.20)

Vimos que em (94), assim como em (95), as respectivas anáforas “estes preciosos vinhos da Espanha” e “o primeiro anticoncepcional produzido em larga escala no Brasil e no mundo” traduzem referências atributivas que produzem efeitos de sentido de forma positiva sobre o consumidor. Veja-se mais um exemplo do tipo:

(96) CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO CAIXA. Mais de cinco imóveis entregues todo dia. Líder nacional do setor. Líder em número de grupos. Entre você também para *o consórcio que o Brasil inteiro confia*. (Anúncio Revista Veja, jun. 16, p. 58)

Como vemos, “o consórcio que o Brasil inteiro confia [*sic*]” é uma recategorização *avaliativa*, que constitui grandiosa estratégia para convencer o consumidor sobre a boa qualidade do produto ofertado. Por essa razão, esta anáfora se torna um instrumento de alto poder de persuasão no discurso, e, neste caso, no publicitário.

Portanto, é possível dizer que o gênero “anúncio publicitário” tem como um dos principais recursos persuasivos a recategorização de função *avaliativa*, que pode estar aliada a funções como a de *glosa*, a *estético-conotativa* ou outras.

Agora, veremos que a função *avaliativa* atua frequentemente vinculada à *estético-conotativa* em textos poéticos, como em:

## (97) TESTEMUNHAS DO TEMPO

Jazem esquecidas em profundos sonos

as pedras milenares.

(...) já existia *a rocha*

*amanhecida na paisagem da terra.*

*Essa mesma rocha umedecida de orvalho,*

*castigada de sol e fustigada pelo vento,*

sentia a indiferença

do homem que, desapercebido,

não vislumbrava que um dia

a mesma rocha haveria de ser.

(idem, 2000, p.133)

#### (98) O LIVRO E A AMÉRICA

(...) Vós, que o templo das idéias

Largo – abris às multidões,

P’ra o batismo luminoso

Das grandes revoluções,

Agora que o trem de ferro

Acorda o tigre no cerro

E espanta os caboclos nus,

Fazei desse “*rei dos ventos*”

- Ginete dos pensamentos,

- Arauto da grande luz!...

(Poema de Castro Alves, s/d, p. 19)

#### (99) VENCIDO

Narra a história que out’rora, o Rei Davi, um sábio

que o israelita povo a ser grande levou,

de tanto governar (diz assim o alfarrábio)

friorento e caduco *o nobre herói* tombou;

e Abisag de Sugan lhe valeu, com seu lábio

de virgem casta e o corpo – o rutilante sol,  
 que por milagre fez ressurgir o arrebol  
 da Vida ao já *cansado e miserando sábio*.  
 (...) Lembranças do passado aumentam-lhe a saudade  
 e a *virgem de Suga*n enxuga, com piedade,  
 um pranto de Vencido  
 ao *que foi grande e forte* (Poema de Guimarães Barreto, 2004, p.261)

É perceptível o valor axiológico, bem como conotativo e estético de todos os sintagmas destacados nos itens (96), (97) e (98) com referência às entidades que recategorizam. É compreensível que a linguagem poética seja tão carregada de termos valorativos, pois todas estas significações conferidas pelos sintagmas instauram a beleza, a criatividade e a originalidade no estilo poético. As escolhas têm, portanto, motivação estilística.

Fica-nos, assim, comprovada a existência da função *avaliativa*, que, juntamente com a função *estético-conotativa*, constitui papel essencial das recategorizações nos poemas.

Por outro lado, isso não significa dizer que a função *avaliativa* limita-se a aparecer apenas neste tipo de gênero tratado acima. Em conformidade com o que já mostramos em muitos itens na presente pesquisa e com o que ainda veremos no decorrer de nossa análise, a avaliação pode aparecer juntamente com outras funções, colaborando na construção de seus sentidos, a partir da intencionalidade dos locutores das enunciações.

Do mesmo modo, acabamos por considerar que uma função predominante nas bulas farmacêuticas é a *glosa por definição*. Esta função surge, na maioria dos casos, aliada à função *não-avaliativa*. Possivelmente, porque se trata de um tipo de texto de explicativo e descritivo, de teor científico, estas funções recategorizadoras se tornam marcantes em tal gênero. Vejamos alguns exemplos:

(100) MAXICALC

(...) Interações medicamentosas:

Ferro, etidronato, fenitoína, tetraciclina: a administração concomitante com medicamentos que contenham *estas substâncias* deve ser evitada. (Bula de Maxicalc D-200UI, Asta Médica)

## (101) DAKTAZOL

(...) O tratamento de micoses é demorado podendo estender-se por mais de um mês, portanto, não deixe de usar *o medicamento* caso não note melhora dentro de poucos dias.

(...) Podem ocorrer reações adversas com o uso tópico do Miconazol, tais como: irritação, sensação de ardor ou maceração no local da aplicação. *Esses efeitos colaterais* são raramente observados. (Bula de Daktazol, neo química)

## (102) SORINE

(...) Sorine age fluidificando a secreção da mucosa nasal favorecendo, portanto, sua eliminação.

*O produto*, quando conservado em temperatura ambiente (temperatura entre 15 e 30 graus) e ao abrigo da luz e umidade, apresenta uma validade de 24 meses a contar da data de sua fabricação. (Bula de Sorine, Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.)

Nos itens acima, os termos destacados significam recategorizações com valor de *glosa por definição*, uma vez que se nota o valor explicativo de sentido de tais termos: “estas substâncias”, “esses efeitos colaterais”, “o produto”. Estes casos são, igualmente, considerados como *não-avaliativos*, já que veiculam apenas informações científicas sobre os remédios a serem utilizados pelos consumidores.

Porém, o uso da *glosa* não está restrito às bulas farmacêuticas. O mais curioso é que esta função, apesar de constituir grande estratégia de formulação de outros gêneros científicos e também didáticos, como lembra Koch (2004), também pode se estender aos mais variados gêneros, conforme verificamos em nossa pesquisa.

Em suma, reiteramos que, embora tenhamos mostrado essa regularidade funcional nos gêneros anúncio, poema e bula de remédio, isso não quer dizer que tenhamos relacionado criteriosamente as funções discursivas aos gêneros. Nosso desígnio é justamente o de mostrar o tipo de funcionalidade que as recategorizações assumem nos discursos em geral, orientando sempre o interlocutor no desenvolvimento argumentativo intrínseco à mensagem.

### 5.3. Breves observações sobre a frequência das funções discursivas

Resta-nos, ainda, fazer uma breve consideração de ordem quantitativa, embora secundária, por isso menos detalhada, sobre as funções discursivas das recategorizações examinadas. De todas elas, as menos encontradas em nosso *corpus*, foram as funções de *glosa por especificação* e *por correção*. Vejamos o exemplo abaixo, em que mostraremos várias funções recategorizadoras, além da correção:

(103) Afastado dos negócios entre Corinthians e MSI, Citadini diz que não se arrepende de não trabalhar com o grupo que controla o futebol do Timão, elogia os novos jogadores do clube e vê Kia e cia. acudados

(...) AOL – O Corinthians embarcou em uma aventura perigosa, ao fechar acordo com a MSI?

Citadini – Não há dúvidas que embarcamos em *uma aventura de grande delicadeza*. O acordo tem dois problemas básicos. *O primeiro* é que os investidores são clandestinos. Não se trata de sigilo comercial, como eles vêm alegando, mas sim de *clandestinidade*. Eles não podem aparecer. *O segundo detalhe* é que o contrato é péssimo para o Corinthians. *Estes dois pontos* não me agradam. (Entrevista AOL esportes - Internet, abril, 04, 2005)

Nos dados acima, detectamos alguns tipos de recategorizações, dentre elas a *glosa por correção*. Inicialmente, temos o sintagma anaforizante “uma aventura de grande delicadeza”, a qual se mostra marcadamente *avaliativa*. Já em “o primeiro”, há anáfora parcial com função *não-avaliativa*, que retoma “dois problemas básicos”. Somente em seguida, encontra-se “clandestinidade” como *glosa por correção avaliativa*, a qual sugere uma nova categorização para “sigilo comercial”, sendo que isto se institui através do comentário metadiscursivo “não se trata de sigilo comercial (...), mas sim de (...)”. Após isso, surge a anáfora “o segundo detalhe” que faz evoluir, *avaliativamente* (visto ser uma ironia chamar-se um “problema” de “detalhe”) a significação parcial de “dois problemas básicos”. E, por último, neste trecho, recobra-se novamente a visão do todo do referente, ao retomarem-se as anáforas

parciais, agora de modo total “estes dois pontos”. Esta retomada, por não contribuir com juízos de valor de tais objetos discursivos em foco, é por nós considerada como *não-avaliativa*.

Mais um dos poucos exemplos encontrados de *glosa por correção* foi o trecho do “blog” abaixo:

(104) Enquanto isso, na sala dos roteiristas de Shrek 2

(...) Quem tem mais falas, claro, é o Burro Falante. Por falar nisso, não é meio estranho que o burro, com voz do Eddie Murphy, seja o único que queira se transformar para sempre num lindo cavalo branco, sem dar a mínima para essa coisa de "ensinar os outros a lidar com as diferenças"? Não acha que vai um pouco contra o resto do filme?

- Rá. Não acho que o público vá perceber uma contradição tão pequena. E, além do mais, o Burro é o ingênuo, é só para divertir; quem tem que passar a mensagem mesmo é o Shrek, e também o final, em que as pessoas têm coragem de admitir que amam as minorias.

- Minorias, você disse?

- Ops, digo, *seres diferentes*, tipo sapos e ogros.

- Ah. Entendo. (blog missveen – Internet, fev.23, 2005, p.2)

Neste caso, podemos ver a recategorização “seres diferentes”, em *correção* ao termo “as minorias”. A existência desta função torna-se perceptível, dentre outros aspectos, por causa da expressão de correção “ops”, muito própria da conversação oral e presente em textos mais informais, como os “blogs”. Como analisamos poucos gêneros informais, em virtude da natureza mais formal do banco de dados do Protexoto, as ocorrências de correção foram reduzidas.

Outro caso de *glosa por correção* pôde ser constatado no mesmo discurso no qual também mostramos a *glosa por especificação* e mais outras funções. Faremos a análise abaixo:

(105) (...) Você já cuspiu para cima???

Bom, todo mundo já... mas essa estória não é particularmente minha e nem se trata de *um conto* do amigo do amigo meu.

Baladinha, sábado e nós, os amigos, lá, bebendo, dançando e searching for a mina da hora. Até que avistei o alvo e como o nível sanguíneo na corrente alcóolica estava alto, perguntei ao meu amigo o que achava da *futura casquinha*. A resposta não poderia ser mais clara: "Ela parece uma formiga... e olha que quando começo a comparar *mulher* com *animal*, é melhor pular fora". E nem fiz o approach. Fui ao banheiro mais tarde, e na volta o que eu vejo??? Sim, *o rapaz* atracando com *a formiga!!!*

Bom, mas claro que essa estória não se enrolou muito, pois *espécies diferentes* não geram nada... por acaso alguém já viu *traíra* com *formiga* dar alguma coisa??? (...)

(blog capitão desliga, junho, 07, 2005)

Fica-nos evidente que ocorrências como a recategorização acima “um conto”, exerce as funções simultâneas de *avaliação* e de *glosa por correção*. A primeira função se justifica porque há um valor axiológico conferido a “um conto do amigo do amigo meu”; a segunda porque se corrigiu a significação de “essa história”, que não é “um conto”; a terceira função ocorre porque “um conto” possui valor de nome genérico metalingüístico, se comparado a “essa história”. No decorrer, temos as seguintes funções das recategorizações: “a futura casquinha” (*avaliativa*); a seguir, “mulher” (*glosa definicional avaliativa*) e “animal” (*glosa definicional avaliativa*); “o rapaz” (*glosa definicional avaliativa*) e “a formiga” (*glosa por especificação avaliativa*); “espécies diferentes” (*glosa definicional avaliativa*) e “traíra” (*glosa por especificação avaliativa*) e, novamente, “formiga” (*glosa por especificação avaliativa*).

Em virtude do que acima apresentamos, podemos refletir que, conforme se confere em Koch e Silva (1996) e Hilgert (1996), a *glosa* através de *correção* é uma estratégia metaformativa que constitui principalmente os textos orais, embora também possa se apresentar em textos escritos. Portanto, cremos que, enquanto naquele tipo a *correção* é uma das estratégias constitutivas do discurso oral, neste último tipo a *correção* pode se mostrar apenas como um recurso argumentativo eventual, por isso relativamente com menor frequência.

Também sobre o caso da *glosa por especificação*, da qual foram detectadas poucas ocorrências, relembremos a advertência de Koch (2004) ao afirmar que a anáfora com função especificadora, atualmente estudada por outros autores como Ilari e Lima, representa um uso condenado pela norma de certa maneira. De acordo com Koch (2004), prefere-se, em geral, o uso da seqüência hipônimo/ hiperônimo. E isto se pôde constatar em nossa pesquisa, dado que a freqüência de *glosa por hiperônimos e nomes genéricos* foi bastante alta, encontrando-se tal função em praticamente em todos os gêneros pesquisados. Destarte, nossa expectativa de que houvesse empregos bastante restritos da “anáfora especificadora” acabou por se confirmar.

Tudo isso nos leva a crer na possibilidade de existirem funções recategorizadoras de maior ou menor abundância nos discursos. Mas uma análise mais detida deste aspecto da recategorização, deixaremos para estudos futuros.

Apesar de termos argumentado sobre o índice menor de ocorrência das funções de *correção* e de *especificação* em nosso *corpus*, acreditamos ser possível encontrarem-se tais funções, ainda que de forma menos abundante (se comparada à freqüência de ocorrências das outras funções sugeridas), em qualquer tipo de gênero.

As demais funções ocorreram em abundância nos dados, inclusive com mais de uma ocorrência da mesma função durante a progressão de um mesmo texto.

Finalmente, apenas reiteramos que nosso trabalho se relacionou, sobretudo, às funções discursivas, e não aos gêneros de que dispomos para realizar as análises.

## Conclusões

O presente trabalho foi motivado pelo propósito de investigar as possíveis funções que as anáforas recategorizadoras realizam nos discursos. Focalizamos apenas as recategorizações lexicais expressas por meio de anáforas diretas, por estas serem o tipo mais comum de recategorização até hoje investigado na Linguística Textual.

Para tanto, fundamentamo-nos no pressuposto de que o ato de referenciar envolve interpretações intersubjetivas a respeito das entidades mundanas, as quais são (re) construídas em virtude de tais possibilidades de negociação dos sentidos desses objetos discursivizados pelos falantes.

Nesse processo de reelaboração constante, as formas de designação dos objetos são demasiadamente flexíveis, podendo-se amoldar aos diversos contextos sócio-culturais e às concepções individuais ou públicas do mundo. A esse fenômeno, tem-se dado o nome de recategorização, um mecanismo pelo qual se reenquadram ou se requalificam os referentes, fazendo-os evoluir durante a progressão textual. Isto ocorre na medida em que o locutor passa a denominar os referentes através de formas alternativas, ou de certas repetições lexicais que acarretam mudanças cognitivas e semânticas.

Em nosso trabalho, frisamos que nossa análise foi realizada com vistas à obtenção de resultados qualitativos. Na análise retrospectiva que fizemos das contribuições dos teóricos no tocante às recategorizações, evidenciamos a pouca preocupação com o caráter funcional desta forma anafórica. Procuramos, por isso, suprir tal lacuna a partir de nossa proposta tipológica das funções discursivas das recategorizações e, com tal intuito, elencamos um conjunto de funções sugeridas, sendo que todas as quais consideramos como “argumentativas”.

Neste ponto, divergimos de autores como Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995) e Tavares (2003). Os dois primeiros autores propuseram somente um tipo de recategorização a ser assim denominada, a qual deveria se opor aos demais tipos existentes; enquanto Tavares sugeriu a divisão funcional das anáforas diretas em “argumentativas” e “não-argumentativas”.

Assim, assumimos a concepção de Koch (1999), fundada em Ducrot, de que o ato de argumentar é inerente a todo discurso, constituindo-se, desse modo, como fundamental a

todos os atos de linguagem. Portanto, este foi o princípio que nos guiou para que organizássemos todas as funções propostas sob tal rótulo.

Todo indivíduo, no processo recategorizador, dispõe de um imenso repertório lexical a contribuir para satisfazer seus objetivos comunicativos, os quais possuem sempre um teor de argumentação em maior ou menor grau. A recategorização manifesta, pois, tipos de funções argumentativas, que se adaptam aos vários interesses do locutor no momento de construção do ato enunciativo. Certos objetivos sobrepõem-se, pois, ao ato puramente referencial.

Como resultado desta análise, propusemos um conjunto de funções recategorizadoras, que foram divididas em quatro tipos: a função *avaliativa*, a *não-avaliativa*, a de *glosa*, que se subdivide em três: *glosa por definição*, *por correção* ou *por especificação*, e a função *estético-conotativa*.

Semelhante à “argumentação” descrita por Apothéloz e Reichler-Béguelin (1995), a função *avaliativa* representa o tipo de recategorização que imprime valores axiológicos ao objeto discursivo. Em certa medida, também associamos esta função ao que Koch (2004) denominou de “orientação argumentativa”. Já a função tida como *não-avaliativa*, não apresenta tons valorativos.

A função de *glosa* acontece quando o locutor acrescenta certas referências metadiscursivas, ou, ainda, que se tornam uma espécie de explicação, tradução ou esclarecimento que se faz acerca do objeto de discurso. Pode isto se dar através da *glosa por definição*, *por correção* ou *por especificação* do referente.

Por fim, identificamos a função *estético-conotativa* sempre que o locutor deseja conferir ao referente matizes conotativos, enfatizando o arranjo vocabular, caracterizando-se, assim, como de feição também estética. Por essa razão, é bastante comum que esta função anafórica se manifeste em textos artísticos, como no caso da poesia. Sob o ângulo formal, diremos que, além das formas nominais alternativas, tem-se a repetição de palavras como um meio lexical eficiente para cumprir esta função.

Observamos também, muito embora não tenha sido esta a preocupação deste trabalho, que as características semântico-formais dos sintagmas recategorizadores são essenciais ao locutor neste processo. É preciso atentar para o fato de que os termos não são usados ao acaso, mas sim em virtude de uma escolha com vistas à obtenção de resultados a

partir determinados objetivos do usuário. Isto se revela, por exemplo, no uso de certos nomes, como os hiperônimos, os nomes gerais, os metalingüísticos, os nomes que indicam relação metonímica, bem como as expressões nominais e as paráfrases utilizados para se recategorizar.

Para nós, é indiscutível que as expressões referenciais recategorizadoras sejam multifuncionais. Um dos grandes destaques quanto a isso é o fato de que todas as anáforas desta natureza apresentam funções híbridas, ou seja, que servem tanto para *referenciar* quanto para *imprimir atributos* ao referente. Ademais, todas elas podem funcionar, em quaisquer discursos, como recurso de estilo, para se *evitar repetição de palavras* no texto. Contudo, só pelo fato de que o papel referencial e predicativo, bem como o de evitar repetição de palavras sejam intrínsecos às anáforas em estudo, não os incluímos como funções discursivas contextuais. Dito de outra maneira, nosso objetivo foi o de promover a classificação não das funções constantes, pertencentes às recategorizações em todos os seus contextos, mas das diferentes funções que podem surgir nas mais diversas situações particulares de uso das recategorizações.

Por conseguinte, a constatação principal em nossa pesquisa é a de que, a par destas funções primordiais, estas anáforas exercem as funções argumentativas que delineamos em nossa proposta. Concluímos, neste estudo, que estes tipos podem se manifestar não de forma a se excluírem entre si, mas a se co-auxiliarem no processo de construção dos enunciados. Tal sobreposição, que confere natureza multifuncional às recategorizações, decorre de diferentes planos notados: a natureza avaliativa, a metadiscursiva e o valor estético e de conotação, que podem existir ao mesmo tempo. Assim, por exemplo, a função *não-avaliativa* pode estar atrelada à de *glosa por definição*; ou a função *avaliativa* pode manifestar-se junto à *estético-conotativa*, assim como outras combinações de funções são suscetíveis de ocorrer.

Porém, há certas restrições a serem feitas a partir de nossa análise. Em primeiro lugar, os tipos sugeridos podem atuar de maneira simultânea na construção enunciativa, com exceção das funções *avaliativa* e *não-avaliativa*, as quais são mutuamente excludentes. Em segundo, uma destas duas funções deve, necessariamente, existir nas ocorrências do fenômeno em questão, mas o valor axiológico pode ser acrescido ou não às formas nominais que modificam os sentidos do objeto do discurso.

Deixamos, aqui, a hipótese a ser investigada de que certas funções das anáforas correferenciais recategorizadoras podem estar condicionadas a características de determinados

gêneros textuais, uma vez que verificamos a predominância da função “avaliativa” em gêneros como os poemas e anúncios publicitários; da mesma forma que a “glosa por definição” prevalece nas bulas farmacêuticas. Ainda mencionamos a larga utilidade dessa função em outros textos de teor científico ou também didático.

Outro aspecto a ser ainda explorado, a nosso ver, concerne ao aspecto quantitativo das recategorizações. Ou seja, supomos que alguns tipos podem ser de maior ocorrência em certos gêneros; enquanto outros podem ocorrer menos freqüentemente.

Após todas estas considerações, esperamos ter alcançado algum grau de elucidação sobre a funcionalidade do fenômeno da recategorização, pois temos a certeza de que toda a complexidade existente em torno deste assunto só nos permite deixar, aqui, um ponto de partida para um aprofundamento posterior das funções dos processos referenciais em geral.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

APOTHÉLOZ, D; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. *Construction de la référence et stratégies de designation*. In: BERRENDONER & REICHLER-BÉGUELIN, M-J. (eds.) *Du syntagme nominal aux objects-de-discours*. Neuchâtsh, Université de Neuchâtsh, p.227-271, 1995. Tradução livre de Mônica Magalhães Cavalcante

APOTHÉLOZ, D.; CHANET, C. Definido e demonstrativo nas nomeações. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo; Contexto – (Coleção Clássicos da Lingüística), 2003, p. 131-176.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1979.

\_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARSALOU, L. *Being there conceptually: Simulating categories in preparation for situated action*. Mahwan, N.J.: Erlbaum, 2002. Disponível em: [www.service.emoryedu/barsalou/Publications/online.htm](http://www.service.emoryedu/barsalou/Publications/online.htm). Acesso em: 13, março, 2005.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. *Introduction to Textlinguistics*. London: Longman, 1981.

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo, Cultrix, 1985.

BRANDÃO, H.H.N. *Introdução à análise do discurso*. SP: Editora da UNICAMP, 2002.

CAVALCANTE, M.M. *Expressões indiciais em contextos de uso: por uma caracterização dos dêiticos discursivos*. Recife, 205p. Tese/ Doutorado em Lingüística/ - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2000.

\_\_\_\_\_. *Função discursiva dos elos coesivos referenciais.*/ Trabalho apresentado no Celsul, Curitiba/ 2002.

\_\_\_\_\_. *A construção do referente no discurso.*/ Módulo básico sobre referenciação/ 2002.

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre referenciação-* Contribuições do grupo Prottexto/2003.

\_\_\_\_\_. *Expressões referenciais – uma proposta classificatória.* / Trabalho apresentado no GELNE/2003.

\_\_\_\_\_; JAGUARIBE, V.M.F. *A (re) construção da referência em contos literários.*/ Trabalho apresentado no GELNE/2002.

\_\_\_\_\_. *O processo de recategorização sob diferentes parâmetros.*/ Trabalho apresentado no GELNE/2004.

CHAVES, M.H.G. *Chico Buarque canta a ditadura.* Humanidades em foco. Revista de Ciência, Educação e Cultura. Ano 2, n 4- out./ nov./ dez., 2004.

CIULLA, A. *A referenciação anafórica e dêitica: com atenção especial para os dêiticos discursivos.* Fortaleza, 98 p. Dissertação/ Mestrado em Linguística/ - Universidade Federal do Ceará, (UFC), 2002.

CONTE, M.E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação.* São Paulo; Contexto – (Coleção Clássicos da Linguística), 2003, p. 177-190.

CROFT, W. & CRUSE, D. A. *Cognitive linguistics.* Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

CUENCA, M. J. & HILFERTY, J. *Introducción a la lingüística cognitiva.* Barcelona: 1999.

DAMASCENO, J. R. *Introdução ao Estruturalismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.

DUBOIS; J. et alli. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973, 653

FRANCIS, G. Rotulação do discurso: Um aspecto da coesão lexical de grupos nominais. In: CAVALCANTE, M.; RODRIGUES, B.; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo; Contexto – (Coleção Clássicos da Lingüística), 2003, p. 191-228.

HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HARMAN, G. Intencionality. In: BECHTEL, W.; GRAHAM, G. (org.) *A companion to cognitive science*. London, Blackwell, 2004, p.602-610.

HILGERT, J.G. Esboço de uma fundamentação teórica para o estudo das atividades de formulação textual. In: In: CASTILHO, A.T.; BASÍLIO, M. (orgs.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, vol. VI , p. 19-30.

ILARI, R.; GERALDI, J.W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 2002.

JAGUARIBE, V.M.F. *A recategorização no texto literário: as negociações discursivas em poemas*. Projeto de Pesquisa/ Doutorado em Lingüística/ Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005.

JUBRAN, C.C.A.S. *Referenciação metadiscursiva*. Trabalho apresentado na XIX ENANPOLL, Maceió/ 2004.

\_\_\_\_\_. *A significação enunciativa enunciada*. In: Estudos Lingüísticos XXXIV. São Paulo: Unicamp, 2005, p.299-303.

KOCH, I.G.V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo:Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. ; CUNHA-LIMA, M.L. Do cognitivismo ao sociocognitivismo. In: BENTES, A.C.; MUSSALIM, F. *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos, filosóficos e modelos de análise*. São Paulo: Cortez, vl. 3, p.251-300, 2004.

\_\_\_\_\_. ; SILVA, M.C.P.S. A dimensão ilocutória. In: CASTILHO, A.T.; BASÍLIO, M. (orgs.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, vol. 3, p. 19-30.

\_\_\_\_\_. Atividades de composição do texto falado: a elocução formal. In: CASTILHO, A.T.; BASÍLIO, M. (orgs.) *Gramática do Português Falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996, vol. 4, p. 379-410.

\_\_\_\_\_. ; TRAVAGLIA, L.C. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1999.

LAKATOS, E.M.; MARCONE, M. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, S. M. C. *(Re) categorização metafórica e humor: trabalhando a construção dos sentidos*. Fortaleza, 170p. Dissertação / Mestrado em Lingüística/ - Universidade Federal do Ceará (UFC), 2002.

LYONS, J. *Semântica*. Tradução portuguesa de Wanda Ramos. Porto: Editorial Presença / Martins Fontes, 1977.

MARCUSCHI, L.A. O léxico: lista, rede ou cognição social? In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M.J...; OLIVEIRA, R.P. *Sentido e significação*. São Paulo: Contexto, p.263-299, 2004.

MARCUSCHI, L.A.; KOCH, I.G.V. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. In: ABAURRE, M. Bernadete; RODRIGUES, A.C.S. (orgs.). *Gramática do Português Falado*. v. VIII. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, p.31-56, 2002.

\_\_\_\_\_; *Processos de referenciação na produção discursiva*. DELTA, 14, n.especial, 1998.

MILNER, J. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto – (Coleção Clássicos da Lingüística), 2003, p. 85-130.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. *Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação*. In: RODRIGUES, B; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto – (Coleção Clássicos da Lingüística), 2003.

MORATO, E.M. Cognição, interação e atividade discursiva. In: KOCH, I.; BARROS, K.S.M.(orgs.) *Tópicos em Lingüística de Texto e Análise da Conversação*. Natal, EDUFRN, P.133-146, 1997.

MÜLLER, A.L.P.; VIOTTI, E.C. Semântica formal. In: FIORIN, J. L. (org.) *Introdução à Lingüística II. Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 137-159.

PALMER, F.R. *A semântica*. São Paulo: Edições 70 – (Coleção Signos), 1976.

PIETROFORTE, A.V.S.; LOPES, I.C. A semântica lexical. In: FIORIN, J. L. (org.) *Introdução à Lingüística II. Princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2003, p.111-135.

PINHEIRO, C.L. *Integração de fatos formulativos e interacionais na construção do texto: um estudo a partir da topicalidade*. Assis. Tese / Doutorado em Letras / - Universidade Estadual Paulista (UEP), 2003.

POERSCH, M. A leitura como fonte de saber lingüístico: processos cognitivos. In: LAMPRECHT, R.; MENUZZI, S. (orgs.) *Letras de hoje*. Porto Alegre, PUCRS, P.401-407, 2001.

ROSCH, E. Principles of categorization. In: E. Rosch, B.B. Llyodd (eds.) *Cognition and categorization*. New York: Wiley, 1978.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, [1916] 1995.

SITYA, C.V.M. *A Lingüística Textual e a Análise do Discurso – uma abordagem interdisciplinar*. RG do Sul, URI, 1995.

TAVARES, D. F. *Processos de recategorização – uma proposta classificatória*. Fortaleza, 139p. Dissertação/ Mestrado em Lingüística/ - Universidade Federal do Ceará (UFC), 2003.

VARELA, F.J.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *A mente incorporada - Ciências cognitivas e experiência humana*. Porto Alegre: Artmed, 2004.